

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



O REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL E O INVESTIGADOR

Perceções, Requisitos e Comportamentos

Isabel Maria Coelho Gonçalves Guerreiro Murta

Dissertação orientada pelo Prof. Doutor Jorge Manuel Rias Revez, especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Documentação e Informação

2022

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



O REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL E O INVESTIGADOR

Perceções, Requisitos e Comportamentos

Isabel Maria Coelho Gonçalves Guerreiro Murta

Dissertação orientada pelo Prof. Doutor Jorge Manuel Rias Revez, especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Documentação e Informação

2022

O REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL E O INVESTIGADOR

Perceções, Requisitos e Comportamentos

FICHA TÉCNICA

Tipo de Trabalho	Dissertação
Título	O Repositório Institucional e o Investigador
Subtítulo	Perceções, Requisitos e Comportamentos
Autora	Isabel Maria Coelho Gonçalves Guerreiro Murta
Orientador	Prof. Doutor Jorge Manuel Rias Revez
Curso	Mestrado em Ciências da Documentação e Informação
Área Científica	Ciências da Documentação e Informação
Local	Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa
Ano	2022

RESUMO

O Repositório Institucional (RI) representou durante, aproximadamente, duas décadas, uma das mais importantes infraestruturas de preservação e de disseminação científica em Portugal. Ao longo desse período, procurou acompanhar a evolução na comunicação de informação, adaptando-se a novas exigências, nomeadamente, no cumprimento de políticas de Ciência Aberta e de métricas institucionais. Embora seja unânime a sua importância, pareceu-nos fundamental perceber como se explica a baixa adesão do investigador ao RI. Este estudo procura identificar a perceção, os requisitos e o comportamento do jovem investigador face ao RI. A partir de um método qualitativo, de natureza exploratória, conduzimos esta investigação através da revisão da literatura e utilizámos o inquérito por entrevista para a recolha de dados. Concluímos que o RI é pouco cativante para o jovem investigador, pois este não encontra vantagens significativas na sua utilização, nomeadamente, para o auto-arquivo da sua produção científica. Ao comparar este a outros mecanismos de preservação e de disseminação, considera-se que contribui pouco para a promoção do trabalho dos investigadores. Esta constatação evidencia uma falta de investimento na promoção do RI junto dos investigadores em início de carreira, revelando-se uma utilização esporádica, ao nível institucional, do Repositório. Embora a amostra não seja representativa do universo científico português, permite-nos identificar as principais fragilidades do RI na ótica do investigador e consolidar conhecimento sobre os requisitos necessários para que este procure cumprir a sua missão junto da comunidade científica, passando a colmatar as necessidades de preservação e de disseminação da informação produzida.

PALAVRAS-CHAVE

Repositórios Institucionais; Investigadores em início de carreira; Comunicação Científica; Informação Científica; Ensino Superior; Portugal.

ABSTRACT

For approximately two decades, the Institutional Repository (IR) has represented one of the most important preservation and scientific dissemination infrastructures in Portugal. Throughout this period, it has tried to keep up with the evolution in the communication of information, adapting to new demands, namely in compliance with Open Science policies and institutional metrics. Although its importance is unanimous, it seemed fundamental to us to understand how to explain the low adherence of researchers to IR. This study seeks to identify the perception, requirements, and behavior of young researchers towards IR. Based on a qualitative method, of exploratory nature, we conducted this research through literature review and used the interview survey for data collection. We concluded that the IR is not very attractive to young researchers, as they do not find significant advantages in its use, namely for the self-archiving of their scientific production. When comparing this to other mechanisms of preservation and dissemination, it is considered that it contributes little to the promotion of the work of researchers. This finding shows a lack of investment in the promotion of IR among early career researchers, revealing a sporadic use, at the institutional level, of the Repository. Although the sample is not representative of the Portuguese scientific universe, it allows us to identify the main weaknesses of the IR from the point of view of the researcher and to consolidate knowledge about the necessary requirements for the IR to seek to fulfill its mission within the scientific community, by meeting the needs of preservation and dissemination of the information produced.

KEYWORDS

Institutional Repositories; Early career researchers; Scientific Communication; Scientific Information; Higher Education; Portugal

DEDICATÓRIA

À memória do Dadinho (Eduardo Luís Ferreira), o meu avô de coração, que me amou incondicionalmente e me ensinou os primeiros passos nesta aventura que é a Vida.

À memória da minha avó Dade (Natividade Guerreiro), pela simplicidade das suas palavras, carinho e pelos nossos momentos juntos.

Nunca vos esquecerei!

AGRADECIMENTOS

Nesta fase especial de aproximação do fim de um ciclo, gostaria de agradecer a muitas pessoas, que por vários motivos tornaram este percurso ainda mais especial.

Em primeiro lugar, quero agradecer, ao Professor Doutor Jorge Manuel Rias Revez, pela sua orientação neste meu sonho, que foi o de tirar o curso de Mestrado em Ciências da Documentação e Informação. As suas palavras na condução deste projeto, foram fundamentais, obrigada pela paciência, por saber escutar as minhas dúvidas e aturar as minhas “ausências”. Ao Coordenador do Curso, Professor Doutor Carlos Guardado da Silva, pelo voto de confiança, pelos nossos debates nas aulas, aprendi muito e espero continuar a aprender.

À minha turma de 2019/2020 e 2020/2021, pelas nossas aulas presenciais e online, troca de conhecimentos, incentivo e motivação, não tenho palavras para descrever o quanto foi importante ter-vos nesta fase. Quero sobretudo agradecer às colegas que ficaram no meu coração: Alcinete Oliveira, Brenda Miranda, Joana Mendes, Luísa Candeias e Patrícia Palma. Obrigada pelo vosso apoio e pelas vossas palavras sábias.

Às minhas colegas do ITQB NOVA, sobretudo dos Serviços Académicos, que me apoiaram desde o início, quando precisei de ir às aulas: Ana Almada, Ana Maria Portocarrero e Sónia Moita. À Lurdes Conceição, por me ter apoiado no trabalho, em alturas de exames, em que não podia mesmo faltar. E por fim às minhas colegas dos cafezinhos, confidências e Erasmus, Cristina Amaral e Anabela Simões. Muito obrigada, minhas queridas, pela força e companheirismo.

Aos meus amigos de sempre e para sempre e que me apoiaram neste percurso. O meu obrigada especial à minha amiga Cláudia Martinho por me ter ajudado na fase de candidatura ao curso, à Maria da Conceição pela organização das nossas caminhadas e pela companhia em alturas em que precisava de apanhar “ar”.

Agradeço à minha família por tudo o que me tem dado e continua a dar. Aos meus pais, Manuel Murta e Maria Luísa Murta, por sempre me terem apoiado e contribuído para o meu crescimento, enquanto pessoa e profissional. À minha irmã Maria Inês Murta por se interessar por mim e pelo meu curso. Por último, quero agradecer ao meu companheiro de aventuras e de luta, Jorge Silva pelo seu amor e preocupação para que eu estivesse bem e não enlouquecesse e à minha filha adorada, Leonor Cascalheira, o Amor da Mãe.

“The highest activity a human being can attain is learning for understanding, because to understand is to be free.”

(Benedict de Spinoza – 1632-1677)

SUMÁRIO

RESUMO	iii
PALAVRAS-CHAVE	iii
ABSTRACT	iv
KEYWORDS	iv
DEDICATÓRIA	v
AGRADECIMENTOS	vi
LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS	xi
ÍNDICE DE FIGURAS	xii
ÍNDICE DE TABELAS	xiii
ÍNDICE DE QUADROS	xiv
ÍNDICE DE GRÁFICOS	xv
INTRODUÇÃO	1
1 O REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL E O INVESTIGADOR: CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA	4
1.1 Repositórios Institucionais: conceptualização e enquadramento histórico.....	4
1.1.1 Um modelo de características únicas.....	7
1.1.2 Uma ferramenta na divulgação da ciência.....	10
1.2 O Repositório Institucional na esfera da Investigação.....	17
1.2.1 Os desafios à utilização do Repositório no mundo académico	20
1.3 O investigador: perceções, requisitos e comportamentos	22
1.3.1 O investigador e o “auto-arquivo”	23
1.3.2 Submissão no Repositório Institucional: a disponibilidade do investigador	24
1.3.3 O interface do Repositório Institucional: requisitos dos investigadores ..	26
1.3.4 Como motivar o Investigador: Incentivos à utilização do RI.....	27
2 METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO.....	29
2.1 A análise do objeto: estudo empírico.....	29
2.2 O objeto de estudo, os sujeitos e o contexto	30
2.3 Análise bibliográfica.....	36
2.4 O guião da entrevista: as duas fases da construção	39
2.5 Os jovens investigadores: convite à participação	47

2.6	Entrevista semiestruturada por telefone.....	49
2.7	O processo de análise de dados: temas, categorias e codificação.....	50
2.7.1	Os temas em análise: a perceção, o comportamento e os requisitos	50
2.7.2	A análise das transcrições: recorte e diferenciação vertical e o reagrupamento e recorte horizontal	51
2.7.3	A análise de conteúdo: a definição de categorias	54
3	DADOS E RESULTADOS DO INQUÉRITO POR TELEFONE	59
3.1	Dados gerais da entrevista	59
3.2	A experiência na utilização do Repositório Institucional: perfil do investigador	61
3.3	As perceções: o grau de importância do repositório institucional	63
3.3.1	A promoção da divulgação científica	63
3.3.2	O auto-arquivo	64
3.3.3	Divulgação e preservação da produção científica	65
3.4	O investigador e o Repositório Institucional: análise de comportamentos.....	67
3.4.1	O utilizador ativo e o passivo: a frequência de utilização do RI	67
3.4.2	O repositório de outras instituições: comportamento de pesquisa	68
3.4.3	Motivar o investigador: ações de formação a explorar.....	70
3.5	Os requisitos dos investigadores: funcionalidade, sincronização e incentivo .	71
3.5.1	Qual a funcionalidade que melhor define a missão do Repositório Institucional: arquivar, preservar, divulgar, promover	72
3.5.2	A sincronização: a caminho da interoperabilidade.....	73
3.5.3	A promoção do auto depósito: incentivos a considerar	74
3.6	Síntese das respostas dos investigadores: Universidade de Lisboa e Universidade do Porto	76
4	DAS PERGUNTAS DE PARTIDA À DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	79
4.1	A perceção do jovem investigador sobre o Repositório Institucional	80
4.2	O comportamento do jovem investigador face ao Repositório Institucional...	81
4.3	Requisitos valorizados nos Repositórios Institucionais	83
	CONCLUSÃO.....	87
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	92
	APÊNDICES	97
	APÊNDICE A – LEGITIMAÇÃO DA ENTREVISTA.....	98
	APÊNDICE B – MODELO DE GUIÃO DA ENTREVISTA	99

APÊNDICE C – MODELO DE CONVITE ENVIADO POR EMAIL	101
APÊNDICE D – TEXTO INTEGRAL DA TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS	102

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

COAR – Confederation for Open Access Repositories

DOI – Digital Object Identifier

DRIVER- Digital Repository Infrastructure Vision for European Research

EOSC – European Open Science Cloud

ERC – Early Career Researcher

FAIR – Findable, Accessible, Interoperable; Reusable

FC –Faculdade de Ciências

FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia

FE –Faculdade de Engenharia

FOSTER–Facilitate Open Science Training For European Research

IES – Instituição de Ensino Superior

MIRACLE – Making Institutional Repositories a Collaborative Learning Environment

OpenDOAR – Directory for Open Access Repository

ORCID – Open Researcher and Contributor ID

PTCRIS – Portuguese Current Research Information System

RCAAP – Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal

RI – Repositório Institucional

ROARMAP – Registry of Open Access Repository Mandates and policies

SPARC- Scholarly Publishing and Academic Resources Coalition

UC – Universidade de Coimbra

UL- Universidade de Lisboa

UM-Universidade do Minho

UNL – Universidade Nova de Lisboa

UO– Unidade orgânica

UP-Universidade do Porto

WOS- Web of Science

WWW – World Wide Web

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo ilustrativo da relação entre o repositório institucional e as seis áreas da Ciência Aberta	12
Figura 2 - Printscreen da página dos departamentos da Faculdade de Ciências (à esquerda) e da Faculdade de Engenharia (à direita)	47

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Revisão de literatura-como base para a construção do guião de entrevista .. 40

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Lista de Departamentos e Faculdades selecionadas	35
Quadro 2 - Mapa conceptual-primeiro esboço	44
Quadro 3 - Objetivos por bloco de perguntas	46
Quadro 4 - Recorte e diferenciação vertical da entrevista 1	52
Quadro 5 - Recorte horizontal- comparação entre três entrevistados diferentes	53
Quadro 6 - Recorte horizontal- comparação entre entrevistas diferentes	54
Quadro 7 - Identificação dos entrevistados por universidade, faculdade, departamento e sexo	60

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Forma de depósito no Repositório Institucional por área disciplinar	25
Gráfico 2 - Anos de experiência com o Repositório Institucional (n=15)	61
Gráfico 3 - Percepção sobre a importância do RI na promoção da produção científica (n=15)	64
Gráfico 4 - Identificação de conceito de auto arquivo (n=16).....	65
Gráfico 5 - A utilização do repositório institucional na preservação e divulgação do trabalho científico (n=16)	66
Gráfico 6 - A frequência da utilização do RI (%) (n=16).....	68
Gráfico 7 - Categorização da utilização de outros Repositórios Institucionais (n=16)..	69
Gráfico 8 - Seleção de ações de formação na promoção do Repositório Institucional (n=16)	71
Gráfico 9 - Objetivo principal do Repositório Institucional na ótica do Investigador (n=16)	73
Gráfico 10 - Resultado da resposta à pergunta sobre sincronização do Repositório Institucional (n=16)	74
Gráfico 11 - Respostas à pergunta sobre a importância do incentivo financeiro para o auto-depósito (%) (n=16)	75

NB: Todos os gráficos são de elaboração própria, exceto quando é mencionada a Fonte.

INTRODUÇÃO

We cannot predict the future but we are open to
the evolving nature and role of the IR, and
this will enable us to continue to
define relevant and necessary aims...(Novak & Day, 2018)

Temas como o acesso e a partilha de novas descobertas científicas são assuntos recorrentes nas Universidades e nos Centros de Investigação. Prova disso foi o aparecimento gradual de novos mecanismos que permitissem disseminar e preservar o património científico (Saini, 2018, p. 3). Uma dessas ferramentas é o Repositório Institucional (RI), o qual tem como missão a disseminação, organização e preservação da propriedade intelectual, servindo e permitindo o acesso a toda a comunidade académica (*ESTUDO GERAL Repositório científico da UC*, 2022). Neste contexto, o RI procura dar visibilidade à Instituição de Ensino Superior (IES), através do acesso e da partilha, aumentando o reconhecimento e o prestígio dos seus investigadores (Asadi et al., 2019, p. 35242).

Após mais de duas décadas do aparecimento do primeiro RI em Portugal, em que a Universidade do Minho (UM) foi pioneira (Gomes & Rosa, 2010, p. 8), e após vários estudos sobre este tópico e outros a ele associados, nomeadamente sobre os gestores, os bibliotecários e as instituições, importa perceber que futuro enfrenta a Nova Geração de Repositórios (Next & Generation Repository Working Group (COAR), 2017), quando estudos recentes mostram a baixa adesão ao RI por parte da comunidade académica (Ten Holter, 2020, p. 2). Esta constatação torna fundamental o estudo da relação entre o RI e os jovens investigadores. Nesta investigação, procurámos perceber qual a dinâmica existente entre estes dois atores, e de que forma a perceção sobre o RI conduz a baixos resultados de depósito (Nicholas et al., 2020, p. 203).

Num contexto em que se verifica a pressão de instituições, bibliotecários e, sobretudo, de financiadores para a implementação de políticas de Ciência Aberta, em que o RI desempenha um papel fulcral, é importante perceber qual o entrave para o aumento de reconhecimento do RI junto da comunidade científica portuguesa.

Com esta dissertação, pretende-se identificar pontos-chave da percepção e dos requisitos de utilização do jovem investigador face ao RI. Procuramos, deste modo, perceber de que forma estas condições intervêm na disseminação e na preservação do trabalho científico e assim responder à pergunta de partida: *De que forma as percepções e os requisitos dos investigadores condicionam o seu comportamento na utilização do RI?* Embora existam vários estudos sobre o RI e o seu papel nas IES (Asadi et al., 2019; Saini, 2018), verificou-se uma ausência bibliográfica sobre a relação entre os Investigadores portugueses e os RI. Esta ausência de bibliografia torna-se ainda mais evidente se nos referirmos às camadas mais jovens da comunidade académica. Por isso, esta investigação torna-se fundamental para a consolidação do conhecimento sobre essa matéria. Como objetivos específicos, propomos compreender o papel dos RI junto da comunidade científica; perceber quais são os requisitos no acesso a longo prazo (preservação) e saber em que medida estes fatores condicionam o comportamento em relação ao RI. Com os resultados obtidos através desta investigação, pretende-se discutir o tema RI, dando a conhecer indicadores do que importa melhorar, com base nas percepções de uma das fontes principais e geradoras de mudança: o investigador em início de carreira. Com isso esperamos contribuir para o aumento do conhecimento e potenciar a utilização dos RI na preservação e na divulgação da ciência.

Nessa medida, optámos por um estudo qualitativo, em que aplicámos o método exploratório e empírico, através da revisão da literatura e da aplicação do inquérito por entrevista telefónica (Leavy, 2017, p. 107). A revisão de literatura baseou-se em estudos sobre o RI e o investigador, tendo sido utilizados termos de pesquisa, em bases de dados bibliográficas como a *Web of Science* e a *SCOPUS*. Depois de uma primeira pesquisa por tópico, em que utilizámos a chave {researcher* repositior OR repositories}, filtrámos os resultados por artigos e revisões de artigos. Para além destas bases de dados, recorremos a capítulos de livro, cujas referências fomos encontrando à medida que íamos progredindo no nosso levantamento bibliográfico. Aqui, recorremos a repositórios institucionais, sobretudo para a pesquisa de teses e dissertações sobre o tema, assim como páginas *web* de instituições de referência como o Diário da República, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia e a Comissão Europeia.

Esta dissertação é composta por quatro capítulos. No Capítulo 1, procurámos realizar um enquadramento histórico do Repositório, não pretendendo ser demasiado exaustivo, mas fazendo uma ligação entre este, a Ciência Aberta e a investigação

científica. Descrevemos estudos anteriores sobre questões relacionadas com as perceções, requisitos e comportamentos do investigador, procurando fundamentar a problemática que serviu de base para a escolha desta temática. O Capítulo 2 é dedicado à metodologia aplicada, em que foi dada especial atenção aos procedimentos realizados para a escolha da amostra e para a sua análise, traduzindo-se no estudo empírico, concretizado através da entrevista por telefone a investigadores com uma carreira igual ou inferior a dez anos como independentes, nas duas Universidades públicas mais bem cotadas ao nível internacional: a Universidade de Lisboa e a Universidade do Porto. O 3.º Capítulo apresenta os resultados obtidos, procurando representar o perfil do investigador inquirido e respondendo às perguntas de partida e aos objetivos desta pesquisa, com 3 subcapítulos, cada um associado a um bloco de perguntas do guião de entrevista. No final deste capítulo fazemos um resumo dos dados obtidos. A discussão de resultados encontra-se no Capítulo 4, em que retomamos as perguntas de partida procurando compará-las com o resultado obtido, à luz do que foi fundamentado, através do Estado da Arte. A conclusão sintetiza a informação obtida, as limitações encontradas e as propostas para futuros trabalhos sobre este tema.

Ao nível de resultados, embora a amostra não fosse representativa em termos nacionais, e uma vez que dos 128 convites enviados, apenas inquirimos 16 indivíduos, foi possível extrair algumas indicações sobre as dificuldades e as dúvidas que a maioria dos investigadores tem relativamente à importância do RI para o aumento da sua visibilidade e para a promoção da sua produção científica. O auto-depósito é quase inexistente e, quando existe, conta com a intervenção de terceiros. Para a divulgação e a preservação da sua produção científica, os investigadores preferem as redes sociais como o *ResearchGate*, e consideram que tal se deve, em parte, ao facto de na sua Instituição o Repositório ser utilizado sobretudo para métricas e não existir interesse, por parte desta, em promover a sua utilização contínua. Verifica-se um desinteresse generalizado sobre o RI, complementado pelo desconhecimento das suas vantagens e pela ausência de uma política institucional de incentivos.

1 O REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL E O INVESTIGADOR: CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

Palavras como “preservação digital”, “dados de investigação” e “ciência aberta” nunca tiveram tanto destaque como na última década. O crescimento do número de repositórios, quer sejam de origem institucional, por disciplinas ou de dados de investigação tem vindo a aumentar. Esse número explica-se pela necessidade de dar resposta à procura dos investigadores, que almejam divulgar os seus trabalhos e cumprir com políticas de financiamento. Embora o objetivo não seja detalhar a história do RI, pareceu-nos pertinente identificar os diferentes conceitos que foram surgindo ao longo do tempo e fazer uma pequena introdução sobre o seu aparecimento, identificando os eventos mais marcantes.

1.1 Repositórios Institucionais: conceptualização e enquadramento histórico

Do latim *repositoriu*, que significa «arrecadação», a palavra ‘repositório’ aparece muitas vezes associada a outras como ‘conservação’, ‘preservação’, ‘depósito’, “sítio onde se guarda alguma coisa”. De facto, podemos dizer que os RI podem ter todas estas definições. E o que é que os distingue de todos os outros repositórios? Em primeiro lugar, o agente que está na base da sua planificação e construção: a instituição. O ponto de partida para o reconhecimento institucional, através da difusão do conhecimento por si gerado, faz com que estes repositórios tenham um papel interventivo e diferenciador. Este revela-se não só junto da instituição que o constrói, mas também junto dos investigadores que dela fazem parte e das bibliotecas universitárias que aparecem como as gestoras, por excelência, destas plataformas promotoras de conhecimento. Se observarmos o leque de definições disponíveis, algumas aproximam-se mais dos RI tal como os conhecemos atualmente. Para Dodebei, a definição de RI está intrinsecamente ligada à esfera digital, funcionando como uma base virtual “(...) de acesso aberto e interoperável que coleta, armazena, dissemina e preserva digitalmente a produção intelectual da instituição” (DODEBEI, 2009, p. 91).

Outra das facetas que distinguem um RI dos demais repositórios é o seu objetivo. Este ultrapassa a mera gestão administrativa de documentos, passando de uma base local

da instituição para uma esfera digital, permitindo o acesso virtual e funcionando como uma base customizada atenta às necessidades dos seus utilizadores, sejam investigadores, docentes, alunos ou bibliotecários. A instituição gestora do repositório projeta-o à medida da sua comunidade, funcionando como uma impulsionadora da difusão da sua produção científica e permitindo que o resultado desta pesquisa fique acessível a todos: “The idealistic possibility of creating access to the world’s research with an Internet connection was an exciting proposition, worthy of pursuing” (Buehler, 2013, p. XVII).

Na tentativa de perceber, um pouco melhor a origem dos RI, recuamos no tempo até à década de 90 do séc. XX. Uma das grandes barreiras existentes nessa época, e que porventura ainda hoje se mantém, era a lentidão de todo o processo de publicação. Neste processo moroso, entre a submissão do manuscrito original e a publicação em revista, perdiam-se dois fatores importantes na investigação científica: a novidade e a urgência da descoberta. Foi na tentativa de ultrapassar esses obstáculos que, em agosto de 1991, o físico Paul Ginsparg criou o primeiro repositório disciplinar, o ArXiv, em Los Alamos, no Novo México, Estados Unidos. Originalmente conhecido como “XXX” e utilizado para a troca de artigos na área da física teórica, rapidamente passou a abranger outras áreas como a matemática, a astronomia e as ciências da computação: “arXiv is a free distribution service and an open-access archive for 1,862,216 scholarly articles in the fields of physics, mathematics, computer science, quantitative biology, quantitative finance, statistics, electrical engineering and systems science, and economics” (ArXiv, 2021).

Outros repositórios se seguiram, adotando modelos mais ou menos semelhantes ao anterior, mas direcionados para outras áreas. *Economics at your fingertips* é a máxima encontrada no Repositório RePeC cujo acesso é efetuado através da *Econpapers*, dedicado à área da Economia, e que opera a partir da Faculdade de Economia da Universidade de Örebro na Suécia (Econpapers, 2021). Na área da ciência cognitiva, surgiu na mesma década o *Cogprints*. Em comum, têm o facto de serem repositórios disciplinares promovendo o depósito de artigos em *preprint*, isto é, antes da publicação e da revisão por pares, possibilitando o auto-arquivo sem custos.

Começou a ocorrer uma mudança do paradigma da publicação científica tradicional. A percepção da importância destes repositórios fez com que as instituições vislumbrassem uma oportunidade para também elas passarem a divulgar e a preservar a

sua produção científica através destas plataformas. Para esta mudança na comunicação académica, destacamos três eventos. O primeiro, em 1999, reuniu em Santa Fé, Novo México, bibliotecários digitais e cientistas de computação. Este encontro procurava construir um caminho para um arquivo universal e público, na WWW, da produção científica e académica. Esse foi o fio condutor para a descoberta da importância da interoperabilidade entre os arquivos e o utilizador final, para a construção de um sistema universal de *preprints* e que se passaria a designar por *Open Archive Initiative*¹ (Gass, 2001, p. 6). A década seguinte seria um período de viragem no desenvolvimento dos RI, para o qual muito contribuiu o DSpace². Este foi um projeto de investigação de dois anos que envolveu, pela primeira vez, uma parceria entre uma multinacional na área da Tecnologia e as Bibliotecas do MIT, procurando “(...) to embrace all of the digital intellectual output of MIT” (Gass, 2001, p. 6). Por último, a publicação de um artigo, em julho de 2002, pela SPARC (Scholarly Publishing and Academic Resources Coalition), definiu as características de um RI e destacou a importância da interoperabilidade neste sistema, como forma de encontrar e recuperar a informação. Neste artigo, intitulado *The Case for Institutional Repositories: A SPARC Position Paper* (Crow, 2002), não é alheio o facto de a interoperabilidade vir associada ao conceito de acesso aberto, que será abordado posteriormente neste estudo. Estes eventos marcaram a expansão dos repositórios digitais, nomeadamente dos RI, permitindo uma sustentação técnica e teórica dos mesmos.

Surgem também novas conceções quanto ao propósito destas plataformas. Podemos afirmar que existe uma dicotomia quanto aos objetivos dos repositórios. Por um lado, aqueles que olham para o repositório como uma forma de mudança na comunicação académica, ultrapassando a barreira do *copyright*, ao promover o acesso aberto às publicações científicas e também como instrumento difusor da produção institucional; e, por outro lado, aqueles que defendem o repositório como um serviço para gerir, permitir acesso e preservar a comunicação no Ensino Superior, fazendo uma distinção entre a comunicação académica e a publicação (Plutchak & Moore, 2017, p. 28). Na verdade, os

¹ *Open Archive Initiative* procura promover padrões de interoperabilidade que levem à difusão do seu conteúdo e está intrinsecamente ligada aos movimentos de acesso aberto e dos repositórios institucionais. Disponível em: <https://www.openarchives.org/> [Consult. 23 de março 2021].

² *DSpace* é um software de acesso livre, fácil de instalar e facilmente configurável, direcionado sobretudo para os repositórios. Disponível em: <https://duraspace.org/dspace/about/> [Consult. 23 de março 2021].

RI podem assumir várias formas e servir vários propósitos: “As we will see, institutional repositories can assume many forms and serve a variety of purposes” (Crow, 2002).

1.1.1 *Um modelo de características únicas*

O que distingue o RI nascido em contexto universitário dos demais repositórios? Dois autores são incontornáveis na história evolutiva desta caracterização: são eles Clifford Lynch, Professor e Diretor *do Coalition for Networked Information*, iniciativa conjunta para a promoção da utilização da informação tecnológica digital; e Raym Crow, consultor sénior da *SPARC* e autor do artigo mencionado anteriormente como um dos impulsionadores do RI. Embora as suas visões sobre o propósito do repositório possam ser diferentes, notamos, no entanto, uma semelhança nos aspetos que ambos apresentam para o caracterizar. Assim, salientamos três características de um RI universitário e que se refletem na sua forma, conteúdo e imagem: a configuração institucional; o conteúdo de origem académica; e o papel de difusor intelectual.

A partir da configuração institucional, percebemos, que na sua missão, o RI é um retrato do património intelectual dessa instituição, funcionando como um canal para o acesso livre, de forma organizada e perpétua a esse potencial científico: “(...) institutional repository initiative seeks to capture the intellectual output of an institution and make it openly available in perpetuity“(Lynch, 2016, p. xviii). Podemos constatar que a instituição se reflete não só na decisão de implementação do RI, em determinada universidade ou centro de investigação, mas na sua construção, nas políticas de depósito e na gestão, passando a ser parte integrante da missão dessa instituição, o que também passa pelo papel que as bibliotecas terão no seu funcionamento: “(...) for repositories to succeed, libraries will need to consider their repositories as integral components of their mission, and the broader mission of their institutions” (Callicott, 2015, p. 320). Entre os benefícios que estes trazem para a instituição académica e para a sociedade em geral, Nunes destaca três: o aumento da visibilidade da produção científica, a reforma do sistema de comunicação científica e a recuperação do controlo académico (2013, p. 9).

O aumento da visibilidade, ao divulgar documentos científicos que, de outra forma, não estariam acessíveis fora da instituição, permite alcançar um público mais vasto; a mudança de paradigma das publicações tradicionais impressas para as publicações em formato digital permite poupar tempo e custos de impressão e de

intermediários: e, por último, a recuperação do controlo académico permite à instituição preservar num só lugar toda a produção científica.

Como segunda característica destes RI, destacamos o conteúdo de origem académica, em que o autor tem a possibilidade de auto-arquivar³ a sua produção científica, como artigos científicos, dissertações e teses. O tipo de documento depositado varia, podendo ser categorizado em três tipos: os documentos de produção científica; os documentos institucionais e os documentos de ensino (Nunes, 2013, p. 10). Na produção científica, destacam-se as teses, as dissertações e os artigos científicos; nos documentos institucionais, encontramos os relatórios técnicos ou qualquer outro documento administrativo, como os despachos ou circulares internas; e, por último, os “documentos de ensino”, como as sebatas, materiais usados nas aulas, entre outros. Destes, aqueles em que encontramos maior número de depósitos a nível mundial são os documentos de produção científica. Ao consultarmos as estatísticas do diretório dos repositórios de acesso aberto *OpenDOAR*, (Diretório para os Repositórios de Acesso Aberto) constatamos que 3969 documentos são artigos, logo seguido de teses e dissertações com 3278 documentos depositados⁴. Embora os documentos publicados no RI possam ter um período de embargo imposto pelas editoras, por motivos comerciais, a maioria dos conteúdos caminha para o acesso aberto, possibilitando que seja visível parte ou mesmo a totalidade do texto do documento.

Essa tendência é, aliás, verificável em Portugal, nas últimas políticas adotadas a nível nacional. Aqui, destacamos a Portaria 285/2015, de 15 de setembro, e a Política sobre Acesso Aberto da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), culminando recentemente na adesão ao Plano S⁵. Na primeira, mais uma vez, se destaca a importância do depósito de teses e dissertações num repositório científico de acesso aberto, que “(...) visa o tratamento e a preservação destes trabalhos científicos, bem como a difusão, em

³ O acesso verde ou auto-arquivo é a prática de depósito de um manuscrito num repositório tornando-o acessível a todos (trad.) Disponível em: <https://www.springer.com/gp/authors-editors/authorandreviewertutorials/open-access/what-is-open-access/10286522> [Consult. 24 de abril 2021].

⁴ Disponível em: https://v2.sherpa.ac.uk/view/repository_visualisations/1.html [Consulta efetuada a 24 de abril 2021].

⁵ Plano S: Visa assegurar que todas as publicações resultantes de investigação financiada com dinheiros públicos seja de livre acesso, quer através do acesso em revistas ou repositórios de acesso aberto sem período de embargo. Disponível em: https://www.fct.pt/noticias/index.phtml.pt?id=618&/2021/1/FCT_vai_implementar_o_Plano_S [Consulta efetuada a 25 de abril 2021].

regime de acesso aberto, da produção que não seja objeto de restrições ou embargos” (Portaria N.º 285/2015 de 15 de setembro, 2015). Na segunda, a importância da concertação nacional, indo ao encontro das políticas anunciadas pelas associações europeias como a *Science Europe*, que representam os interesses dos principais agentes institucionais da produção científica, como as instituições públicas de promoção e financiamento da investigação financiada por fundos públicos. O cumprimento do Plano S poderá ser alcançado, segundo a FCT, de três formas, sendo que destas destacamos uma: o acesso imediato (sem período de embargo) em repositórios de acesso aberto. Para além dos artigos já mencionados anteriormente e que são a grande parte dos documentos depositados num RI, cada vez mais vai ganhando terreno a chamada *Grey Literature*⁶. Nela podemos encontrar teses, dissertações, conferências e apresentações, entre outros, que, não sendo sujeitos às limitações de acesso impostas pelas editoras, merecem também visibilidade junto da comunidade académica. Estes documentos passaram a ser parte integrante dos RI atuais: “grey literature as unpublished, special or not-for-profit documents is part of the repositories’ content” (Schöpfel et al., 2011), sendo, também eles, documentos contribuidores para a abertura da ciência.

Por último, apresentamos o RI no seu papel de difusor intelectual da instituição. Uma das grandes motivações para a implementação de um RI é o benefício que este traz, enquanto promotor da imagem da universidade. Atualmente, um dos grandes desafios das Universidades é o da promoção da sua produção científica junto de outras comunidades académicas. Muito embora pese o fator qualidade, um grande número de depósitos num determinado repositório impulsiona a visibilidade dessa Instituição. Os RI são para muitas IES uma ferramenta essencial de transferência do conhecimento científico, levando inclusive a um estreitamento das colaborações entre pares, já que possibilita o acesso integral a documentos sobre determinados assuntos ou tópicos de investigação comuns: “Academic institutions such as universities have predicted IRs as an essential part of higher education, because without providing knowledge through these IRs one cannot fill the gaps and challenges of the modern day”.(Asadi et al., 2019, p. 35.243).

É esta imagem-chave de promotor da produção científica que, aliada à evolução do próprio repositório, leva a que os investigadores que publicam em revistas com

⁶ A *Grey Literature* é um ramo da Ciência da Informação e Documentação em que a produção, distribuição e acesso aos documentos de várias áreas científicas é feito sem que exista intervenção de editores comerciais. Disponível em: <http://www.greynet.org/> [Consult. 25 de abril 2021].

elevado fator de impacto, também sejam aqueles que veem o Repositório como uma importante ferramenta para a preservação e o armazenamento de informação. De acordo com alguns autores: “(...) researchers that publish in prestigious journals favourably view the function of storage or preservation of the institutional repositories of their universities”. (Ruiz-Conde & Calderón-Martínez, 2014, p. 1296). Face aos novos desafios deste século, os RI são vistos como uma infraestrutura essencial para muitas IES. Devido às exigências cada vez maiores dos financiadores, das editoras e dos utilizadores em geral, os RI surgem como uma ferramenta essencial na divulgação dos ativos das IES, já que permitem a difusão rápida e a baixo custo da investigação, internamente, mas também junto de outras IES e de outros agentes como as indústrias. A partilha de conhecimento, promovendo o crescimento social e a literacia científica, é essencial. No entanto, existem alguns constrangimentos que dificultam essa evolução. Neste contexto, destacamos alguns que nos parecem perdurar no tempo, nomeadamente, a falta de uma política obrigatória para o depósito de manuscritos; a confusão sobre os direitos de *copyright* aliados ao medo de plágio e o problema da ideia de ausência de qualidade da produção científica dos artigos publicados ou disponíveis em acesso aberto (Sarker et al., 2010, p. 6).

1.1.2 Uma ferramenta na divulgação da ciência

“Show your Work.Share your Work. Advance Science. That’s Open Science” (Cos, 2021)⁷.

O Repositório é uma ferramenta fundamental para a Ciência Aberta. Entre as várias definições de Ciência aberta, destacam-se algumas características associadas ao conceito que merecem destaque: a transparência, a partilha e a inovação: “Open science is the movement to make scientific research, data and dissemination accessible to all levels of an inquiring society” (Bezjak et al., 2018, p. 8).

Na definição apresentada pelo Relatório final (SMART 2014/0007)⁸ sobre a Ciência Aberta digital, é associado o conceito de Ciência Aberta a novas práticas de investigação e inovação, que fazem um uso exaustivo das tecnologias digitais. Podemos

⁷ Center for Open Science [Consult. 6 de maio 2021].

⁸ Este estudo visou perceber o impacto das Tecnologias Digitais na Ciência Aberta. Conclui com uma série de indicadores para medir a implementação da Ciência Aberta e para criar um observatório da Ciência Aberta.

daqui deprender que a utilização destes recursos abriu caminho para novos conceitos ligados à Ciência Aberta, como a Ciência Cidadã, a Inovação ou Metodologias Abertas (Prem et al., 2016, p. 5).

Numa perspetiva económica, a Ciência Aberta define-se também pelos esforços dos investigadores e dos governos para que a investigação financiada, através de projetos de fundos públicos, nomeadamente as publicações e os dados de investigação, sejam acessíveis a todos de forma transparente, colaborativa e promovendo a inovação. Toda a sociedade é beneficiada por contribuir para o financiamento desta Ciência: “(...) the term refers to efforts by researchers, governments, research funding agencies or the scientific community itself to make the primary outputs of publicly funded research results” (Organization for Economic Cooperation and Development, 2015, p. 7).

O Sistema da Ciência Aberta é complexo, já que engloba várias práticas e diferentes conceitos, quanto à sua classificação e organização. Daqui partimos para uma análise à sua taxonomia, desenhada pelo projeto *FOSTER*⁹, numa tentativa de explicar como este sistema funciona e a sua relação com o RI universitário. Nela identificamos seis áreas que integram a Ciência Aberta (Figura 1) e que, de certa forma, ajudam a explicar o aparecimento e a importância do repositório neste contexto: o Acesso Aberto, os Dados Abertos, a Investigação Aberta, a Avaliação da Ciência Aberta, as Políticas de Ciência Aberta e, por último, as Ferramentas da Ciência Aberta (Bezjak et al., 2018, p. 9).

⁹ Projeto financiado pela União Europeia de promoção da Ciência Aberta junto de Investigadores com início em 2014 e com uma duração de 30 meses. Houve um 2º Projeto Financiado denominado *FOSTER PLUS* [Consult. 16 de maio 2021].

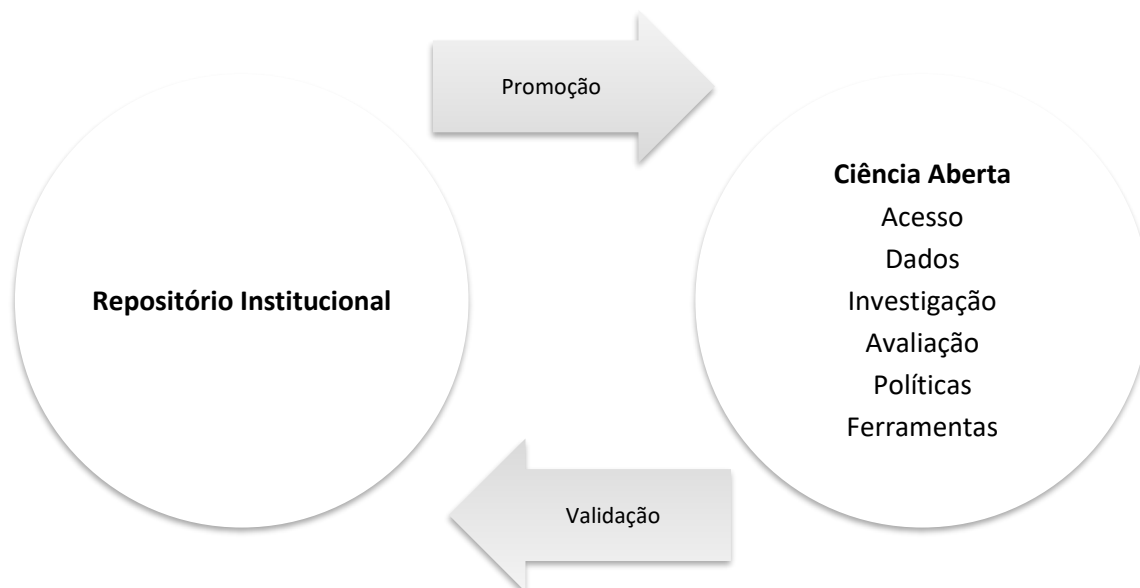


Figura 1 - Modelo ilustrativo da relação entre o repositório institucional e as seis áreas da Ciência Aberta

Fonte: Adaptado do modelo de taxonomia do projeto FOSTER

Três acontecimentos ajudam a perceber a importância do RI e como, desde muito cedo, este esteve ligado ao movimento do Acesso Aberto. Em primeiro lugar, a Iniciativa de Acesso Aberto de Budapeste, que se traduziu na *Declaração de Budapeste*, em 2002. Esta consiste na fonte primária do aparecimento do conceito de Acesso Aberto, tal como o conhecemos hoje, criando as bases teóricas e ajudando a impulsionar o crescimento dos RI:” (...) in fact, despite the existence of certain digital repositories prior to the appearance of the open access movement, the definitive impulse and the theoretical basis of the repositories come from the Budapest Declaration” (Ruiz-Conde & Calderón-Martínez, 2014, p. 1284). Na *Declaração de Budapeste*, para além da menção do papel fundamental das bibliotecas, universidades e governos na promoção do Acesso Aberto, são identificadas duas estratégias complementares, que ajudarão a fundamentar a sua importância: o auto arquivo (via verde) em que são dadas as ferramentas aos académicos e investigadores para publicarem os seus artigos e trabalhos em Acesso Aberto, nomeadamente em RI; a publicação em revistas de acesso aberto (via dourada), sem custos ou barreiras económicas, desde que seja dado o devido reconhecimento dos direitos de autor e de propriedade intelectual.

O segundo acontecimento de destaque foi o aparecimento do *OpenDOAR*. Este diretório, lançado *online*, em 2006, partiu de um projeto colaborativo entre a Universidade

de Nottingham e a Universidade de Lund, acolhendo repositórios universitários que permitem o acesso aberto e gratuito à investigação científica e seus recursos. Através deste diretório, é possível pesquisar quais os repositórios nestas condições e ter uma ideia geral das estatísticas de monitorização realizadas por esta plataforma, nomeadamente o número e o tipo de conteúdos desses repositórios, a distribuição destes por regiões e seus *softwares* de suporte, entre outros serviços.

Em terceiro lugar, destacamos o aparecimento da Confederação dos Repositórios de Acesso Aberto¹⁰ (COAR), em 2009, inicialmente com 28 membros, e que conta atualmente com mais de 150 associados e parceiros de 5 continentes diferentes. Nascido do Projeto *DRIVER*,¹¹ procurando inicialmente a criação de uma rede Europeia de Repositórios com políticas comuns, o *COAR* evoluiu para o plano extraeuropeu, criando uma rede internacional de repositórios de acesso aberto.

A segunda área associada à Ciência Aberta diz respeito aos dados abertos, que constituem, cada vez mais, uma área de expansão do movimento da Ciência Aberta. Estes constituem a matéria-prima das publicações científicas e são a fonte primária dos projetos de investigação. Os dados de investigação, para o serem verdadeiramente em acesso aberto, devem obedecer aos princípios de boas práticas *FAIR: Findable, Accessible, Interoperable e Re-usable*. Também aqui os RI têm um papel importante na sua disponibilização. Uma das formas de tornar estes dados acessíveis é através da sua publicação em RI preparados para o efeito ou outros repositórios gerais e em acesso aberto, que permitam aos investigadores depositarem conjuntos de dados, relatórios ou documentos de pesquisa, criando um identificador único, o *Digital Object Identifier* (DOI), para cada um desses objetos. O *DOI* faz com que os objetos depositados sejam facilmente citáveis. Atualmente, existem repositórios desenvolvidos para apoiar os investigadores no depósito de dados como o *ZENODO*¹² e o *FIGSHARE*¹³: “Online repositories such as FigShare or Zenodo make it increasingly easy to deposit scientific

¹⁰ Para mais informações ver: <https://www.coar-repositories.org/>

¹¹ O Projeto *DRIVER II*, de apoio aos Repositórios científicos digitais, foi financiado pela Comissão Europeia, tendo início em 2007 e terminando em 2009. Coordenado pela Grécia, dele fizeram parte 28 Universidades, incluindo a Universidade do Minho: <https://cordis.europa.eu/project/id/212147> [Consult. 16 de maio 2021]

¹² Para mais informações ver: <https://www.zenodo.org/>

¹³ Para mais informações ver: <https://figshare.com/>

content for widespread consumption. More than 400 virtual communities have formed to share data, software and documented workflows so that a user can deploy them straight away, says Tim Smith, who oversees collaboration and information services at Zenodo” (Gewin, 2016).

Uma terceira área é a da investigação aberta, que converge com um dos princípios *FAIR* já mencionados anteriormente, que é o da reutilização. Quer isto dizer que, utilizando os mesmos procedimentos e os mesmos métodos científicos, chegamos ao mesmo resultado, ou outro investigador, utilizando os mesmos métodos e procedimentos, recolhe novos dados duplicando os resultados. Aqui é importante não confundir reprodução com replicação, porque estes são conceitos distintos e que importa separar. Enquanto na reprodução utilizamos os mesmos procedimentos, os mesmos dados para chegarmos ao mesmo resultado, na replicação utilizamos os mesmos procedimentos, mas com a obtenção de novos dados. O primeiro permite-nos confirmar que o método utilizado naquela investigação permite obter o mesmo resultado. No segundo, estamos direcionados para a obtenção de resultados, procurando através da utilização dos mesmos procedimentos duplicar o resultado e recolher novos dados. Esta é uma forma de validação desse resultado científico e dos métodos científicos utilizados para atingir aquele fim: “Replicability refers to the ability of a researcher to duplicate the results of a prior study if the same procedures are followed but new data are collected” (*SBE_Robust_and_Reliable_Research_Report.pdf*, 2015, p. 4). No entanto, importa realçar que o facto de os resultados dessa pesquisa serem publicados em acesso aberto não quer dizer que esta verdadeiramente o seja.

Existem várias formas de concretizar a investigação aberta. A partir dos vários estudos analisados, identificamos três princípios que promovem uma investigação mais acessível, transparente e reutilizável: a) a publicação de dados em repositórios desenvolvidos para esse efeito e que permitam um depósito seguro dos dados e metadados com uma licença de utilização associada; b) a publicação de dados como material suplementar de artigos; c) o depósito de publicações em RI de acesso aberto com metadados associados e que permitam a sua leitura por outras máquinas (*machine-readable*).

Mais uma vez, se destaca a importância dos RI ao alavancar a promoção da Ciência Aberta e ao mesmo tempo promover o respeito pelos direitos autorais, ao permitir

o depósito com períodos de embargo. Uma das questões que se coloca na avaliação das vantagens e desvantagens da Ciência Aberta é perceber até que ponto o investimento dos investigadores na aquisição de competências para o seu exercício é recompensado. Para os investigadores em início de carreira, este poderá ser um caminho para o reconhecimento rápido e imediato por pares. Ao partilharem a sua produção científica, seja através de artigos, dados científicos ou relatórios técnicos, tornando-os facilmente pesquisáveis e acessíveis a um maior número de investigadores, atingem dois resultados no imediato: um será a validação do método científico utilizado em determinado trabalho, através da reprodução por outro investigador; outro será a possibilidade de criação de uma rede de colaboração na sua área de investigação, de uma forma mais célere e focada, ao permitir o acesso integral ao conteúdo dos seus trabalhos: “In the end, sharing data, software and materials with colleagues can help an early-career researcher to garner recognition — a crucial component of success”(Gewin, 2016).

Na esfera das políticas de Ciência Aberta, podemos encontrar várias ações e iniciativas na área do Acesso Aberto e dos Dados Abertos, em conformidade com os princípios *FAIR*. Atualmente, esta promoção reflete-se não só nos resultados da investigação patrocinados por fundos públicos, mas em todas as fases do processo de investigação, nomeadamente no *Research Data Management* ou Gestão de Dados de Investigação. A implementação destas políticas tem origem em entidades governamentais, financiadores, editoras de âmbito nacional e internacional, pelo que o conhecimento e a atualização sobre as mesmas são fundamentais. Para além das conferências, dos fóruns, dos relatórios ou dos *webinars* que encontramos sobre esse assunto, deparamo-nos, em muitos casos, com a ausência de políticas nacionais de carácter obrigatório, que ajudem a uniformizar princípios de Ciência Aberta entre instituições e a criar uma consciência transversal sobre esta matéria.

Em termos internacionais, encontramos a sexta versão de uma série de relatórios sobre Ciência Aberta, que faz uma atualização sobre a análise às políticas de Ciência Aberta na Europa. Publicado em agosto de 2020, este é um documento conjunto entre a *SPARC Europe* e o *Digital Curation Centre*. Este documento permite-nos ter uma perceção sobre as políticas nacionais nesta matéria, focando-se sobretudo nos dados de investigação em Acesso Aberto e em Ciência Aberta dos 27 Estados-Membros da União Europeia. Assim, com base neste relatório, podemos afirmar que, destes 27 países, 11 têm políticas nacionais implementadas de carácter obrigatório e vinculativo, em que se

incluem financiadores nacionais e políticas ministeriais. No caso de Portugal, embora não exista uma política nacional de carácter vinculativo, verifica-se o desenvolvimento de iniciativas nesse sentido. Aqui destaca-se a política sobre a disponibilização de dados e outros resultados, de projetos financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, que deveria ter entrado em vigor, a 5 de maio de 2014 (Ministério da Educação e Ciência, 2014). Embora seja solicitado aos investigadores a publicação do conjunto de dados resultantes de pesquisa financiada, em que a FCT seja reconhecida nos trabalhos publicados como financiadora de determinado projeto, dificilmente poderemos considerá-la como uma política nacional de carácter obrigatório: “The only mandatory element of the policy is that FCT must be credited as a funder of any dataset made openly available. Skills are not addressed in the document, and – given the soft, aspirational approach – compliance is not covered either (...)” (Proudman et al., 2020, p. 40).

Para além do documento referido anteriormente, ao nível europeu, existem várias iniciativas promotoras de uma política de Ciência Aberta, entre as quais destacamos a *European Open Science Cloud*¹⁴ (EOSC), que é um bom exemplo dos esforços da União Europeia para impulsionar o avanço da Ciência Aberta na Europa. Este portal, lançado em 2018, tem uma cobertura bastante vasta em diferentes disciplinas, permitindo aceder e reutilizar dados de investigação financiados publicamente na Europa. Nos primeiros 9 meses de funcionamento, os RI funcionaram como um importante agente contribuidor de conteúdos para este portal. As vantagens na federação de infraestruturas na promoção da Ciência Aberta são várias, nomeadamente, dar visibilidade aos investimentos nacionais em larga escala, agregando valores a vários níveis. No caso dos RI, permite-lhes partilhar serviços e recursos com uma audiência mais vasta; obter estatísticas e uma maior interação com os utilizadores e, por último, melhorar os serviços com base nos princípios da EOSC (*European Open Science Cloud: a new paradigm for Innovation and Technology- Brochure | Shaping Europe’s digital future*, 2019, p. 3).

A última área, que importa referir, são as ferramentas utilizadas na promoção da Ciência Aberta, nas quais podemos encontrar os RI. Para além das suas funções óbvias na preservação de conteúdos, com a possibilidade de auto-arquivo por parte dos autores, o RI funciona cada vez mais como uma infraestrutura ampla na publicação e na difusão do conteúdo científico. A acompanhar a evolução da WWW, os RI transformaram-se,

¹⁴Para mais informações ver: <https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/policies/open-science-cloud>

mudando o paradigma para os quais estes foram inicialmente pensados, funcionando num ecossistema mais vasto. Atualmente, os RI são agentes ativos de conteúdos em agregadores científicos. Exemplo disso é a sua integração com Catálogos Universitários e com sistemas como o *PTCRIS – Portuguese Current Research Information System*, através da rede portuguesa de Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal - RCAAP. Os Repositórios que obedecem a determinadas normas, tais como a existência de identificadores individuais únicos, como o *ORCID* (Graça et al., 2018, pp. 4–5), são automaticamente indexados neste agregador. O portal RCAAP, lançado em dezembro de 2008, funciona como um dos principais instrumentos do movimento de acesso aberto em Portugal, sendo um portal de recolha, agregação e indexação de conteúdos científicos de acesso aberto. Atualmente, podemos consultar no Diretório do RCAAP mais de 300 itens¹⁵ agregados na sua coleção, entre eles RI, revistas científicas e portais de publicações científicas em acesso aberto como o *Oasisbr*, com conteúdos do Brasil. A interoperabilidade, como conceito fundamental, foi evocada na comunicação apresentada, no âmbito da 11ª Conferência Luso-Brasileira sobre o Acesso Aberto, por quatro autores, entre eles José Carvalho, da UM. Esta apresentação, centrada nos depósitos diretos em repositórios a partir de sistemas CRIS, mostrou que é importante aumentar a interoperabilidade dos RI, através da adoção de um quadro normativo alinhado com o sistema *PTCRIS*. Esta integração permitirá, no futuro, segundo os autores, tornar os processos administrativos mais simples, por um lado, e por outro, permitirá ao utilizador ter acesso a dados mais fidedignos, completos e atualizados, facilitando o *workflow* do depósito e seguindo o princípio do sistema *PTCRIS* “Introduza uma vez, reutilize múltiplas”, e que se traduz na principal premissa do programa *PTCRIS* (Lopes et al., 2020, p. 1).

1.2 O Repositório Institucional na esfera da Investigação

O destaque dos benefícios dos RI universitários é fundamental para a promoção da sua utilização junto dos investigadores das IES. A criação de uma cultura associada à utilização dos RI é uma ideia importante na promoção do movimento do Acesso Aberto

¹⁵ Informação retirada do Diretório do RCAAP em: <https://www.rcaap.pt/directory.jsp> [Consult. 03 de junho 2021]

e da Ciência Aberta dentro das instituições. Para que tal aconteça, é importante que todos os agentes intervenientes neste processo, nomeadamente, bibliotecários, gestores de ciência e investigadores estejam envolvidos, desde o princípio, na conceção deste serviço. Aqui, tomamos como exemplo a implementação do RI da Universidade de Princeton, nos Estados Unidos da América. Neste caso, antes mesmo da existência de qualquer repositório, foi criada uma política de acesso aberto, que foi aprovada unanimemente por todo o corpo docente. Só depois, bibliotecários e programadores tecnológicos colaboraram para a construção de um sistema de comunicação, que incluía o RI. Esta poderá não ser a forma típica como a cultura do RI é implementada, mas encontrar aliados *a priori* junto do corpo docente da Universidade foi uma vantagem: “We needed to be able to tell the story of OA and describe the roles all allies must play in disseminating scholarly communication in a variety of ways, being very careful to shape our message to fit the audience” (Langley & Li, Yuan, 2016, pp. 288–289).

O papel da revolução tecnológica foi determinante para a evolução dos RI. Essas transformações foram influenciadas por diversos movimentos, entre eles o da Ciência Aberta e outros, como o *Open Archives Initiative*. Para além do tema central da interoperabilidade, este “tinha como fundamento e visão a promoção da abertura e a mais ampla disponibilidade da literatura académica” (Rodrigues, 2018, p. 135). É esta transformação de paradigma, na qual os tópicos “preservação” e “difusão” dos RI protagonizam um papel fundamental, que é preciso cultivar junto dos utilizadores. Para potenciar o papel destas infraestruturas, as universidades enfrentam alguns desafios junto da comunidade académica. Se para os gestores dos RI existem benefícios claros no auto-arquivo (via verde) e nas políticas de incentivo institucionais, para os autores existem ainda algumas barreiras que são importantes ultrapassar. Assim sendo, é importante que as universidades invistam no esclarecimento e na formação junto da sua comunidade académica e científica. Isto é relevante quando estão em causa preocupações no cumprimento da Política Europeia de Acesso Aberto¹⁶.

A partir deste mote, debruçamo-nos sobre os benefícios de utilização dos RI, dividindo-os em três categorias (Jain, 2011) e explanando os desafios que os RI da

¹⁶ O programa Horizonte Europa é o Programa-chave de financiamento da União Europeia para a Investigação e Inovação até 2027. Dele faz parte uma Política de Acesso Aberto de Carácter obrigatório para todas as publicações financiadas através de projectos deste programa. Para mais informações ver: https://ec.europa.eu/info/research-and-innovation/funding/funding-opportunities/funding-programmes-and-open-calls/horizon-europe_en [Consult. 05 de junho 2021]

próxima geração enfrentam. Assim, existem três agentes que beneficiam diretamente da utilização dos RI: a instituição, a biblioteca e os autores. No caso da instituição, destacamos três benefícios, segundo um estudo realizado no âmbito do projeto *MIRACLE*¹⁷, junto de gestores de repositórios e bibliotecários: a reunião, num único lugar, da produção intelectual da instituição; a divulgação da produção científica institucional a outros investigadores, que não teriam acesso a esta através dos meios tradicionais; a preservação a longo prazo da produção intelectual da Instituição (Markey et al., 2007, p. 4). No caso das bibliotecas, destacamos dois benefícios: a possibilidade de estas se reinventarem ao assumirem um papel cada vez mais ativo e, assim, aumentarem a sua visibilidade junto das IES; a possibilidade de, através das suas competências técnicas, abrirem caminho à formação dos utilizadores dos repositórios, e, com isso liderarem este projeto, por exemplo com a validação dos depósitos e com a verificação dos direitos de autor e de *copyright* (*Seminar Kepustakawanan Inovasi Kepustakawanan Ke Arah Kecemerlangan Kesarjanaan*, 2011, p. 5).

Por último, destacamos os benefícios para os autores, nomeadamente investigadores. Aqui, enunciamos quatro benefícios: i) o aumento da visibilidade e do impacto da produção académica; ii) a melhoria da tomada de decisões; iii) a transferência de conhecimento, através da rapidez do fluxo de informação; iv) a possibilidade de colaborações em larga escala (*Seminar Kepustakawanan Inovasi Kepustakawanan Ke Arah Kecemerlangan Kesarjanaan*, 2011, p. 4).

Em primeiro lugar, a possibilidade de ter num único sítio toda a produção científica daquele autor, desde teses e dissertações que orientou, até artigos e relatórios técnicos, como autor individual ou em colaboração, permite aumentar a visibilidade e o impacto destas juntos dos pares. Porquê? Porque estes conteúdos encontram-se organizados de forma sistematizada, evitando a dispersão, tal como acontece com os *websites* pessoais, e porque permite a preservação do texto integral, a longo prazo e com maior segurança: “greater security and longer term accessibility of material compared to

¹⁷ *Making Institutional Repositories a Collaborative Learning Environment* (MIRACLE). Para mais informações ver: https://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/85142/Rieh_MIRACLE_Final_report.pdf?sequence=1 [Consult. 06 de junho 2021].

a personal web site” (Seminar Kepustakawanan Ino asi Kepustakawanan Ke Arah Kecemerlangan Kesarjanaan, 2011, p. 4).

Em segundo lugar, o aumento da visibilidade profissional, é importante para investigadores em início de carreira. O facto de a produção científica se disseminar de forma mais rápida, ou seja, de forma mais eficiente, ultrapassa a pressão existente para publicar, sobretudo em instituições de investigação científica, refletida na máxima “Publish or Perish” (Rawat & Meena, 2014, p. 87).

Em terceiro lugar, encontramos a transferência de conhecimento, uma vez que estes documentos depositados no RI contêm conhecimento comunicado junto de outros investigadores, através das metodologias e protocolos aplicados. Para além do artigo, o autor pode igualmente, através do material suplementar, disponibilizar os dados científicos que conduziram àquele resultado, permitindo a sua reprodução e/ou replicação, que mencionámos anteriormente.

Por último, destacamos a possibilidade de aumentar a rede colaborativa, através do RI. Ao chegar a um público mais vasto e com os mesmos interesses de investigação científica, o objetivo do autor, para além do reconhecimento, é aumentar os seus contactos junto dos pares. Neste contexto, também é importante o contributo dos sistemas CRIS (*Current Research Information System*).

1.2.1 Os desafios à utilização do Repositório no mundo académico

Se, por um lado, os benefícios dos RI parecem evidentes junto dos principais agentes acima descritos, por outro, existem alguns desafios que importa destacar e que, segundo alguns autores, poderão ser um obstáculo ao auto-arquivo e à otimização da utilização dos RI. O aumento da visibilidade dos trabalhos científicos levanta algumas preocupações junto dos investigadores: o plágio e a qualidade dos trabalhos em acesso aberto; a ausência de uma política de *copyright* direcionada; a ausência de políticas institucionais e a falta de consciência e de competências para o depósito institucional (Asadi et al., 2019, p. 35248).

No início do movimento do Acesso Aberto, a publicação em revistas de acesso aberto (via dourada) estava, em parte, associada à ideia de uma falta de qualidade dos trabalhos publicados. No entanto, na última década, esta perceção tem vindo a modificar-

se, tendo contribuído para tal o aumento do número de revistas em acesso aberto e, consequentemente, os resultados alcançados, com o aumento de citações e de padrões de publicação cada vez mais elevados:” (...) higher quality articles that are more likely to be selectively cited are made more accessible, hence more citable, by being made OA” (Gargouri et al., 2010, p. 10). Por outro lado, o facto de mais pessoas terem acesso aos documentos depositados nos RI de acesso aberto possibilita que os plágios sejam detetados com maior rapidez, existindo já programas informáticos que ajudam a conferir a autenticidade dessa produção científica: “Open Access e-resources, such as those retrieved from search engines, are available and accessible to the public worldwide, therefore any person can read them and detect plagiarism” (Ocholla & Ocholla, 2016, p. 5). Uma outra preocupação dos autores está relacionada com os direitos de autor, ou a proteção da propriedade intelectual e o *copyright*. Muitos investigadores, docentes e alunos, quer na qualidade de autores, quer na qualidade de utilizadores, têm dificuldade em perceber o que podem ou não depositar ou reutilizar. Aqui, é importante que as bibliotecas universitárias tenham um papel de relevo na formação em políticas de *copyright* “It is a great idea that librarians become expert on publishers’ copyright so they can help faculty to deal with complicated copyright issues” (Dawson & Yang, 2016, p. 290). Podemos encontrar algumas ferramentas que ajudam nesse processo, como o recurso *online Sherpa Romeo*, que agrega e analisa as políticas de acesso aberto dos editores de todo o mundo e resume as políticas de depósito em acesso aberto¹⁸.

Uma terceira preocupação diz respeito à inexistência de políticas e mandatos dos RI. Embora alguns RI possam ter mandatos que são criados à luz das necessidades institucionais, muitas vezes a falta de uma política nacional que informe sobre os termos e as condições de depósito, de forma clara e objetiva, traduz-se numa percentagem de adesão ao auto-arquivo muito baixa. A partir do *ROARMAP (Registry of Open Access Repository Mandates and Policies)* encontramos 27¹⁹ políticas/mandatos em Portugal. Ao nível governamental, encontramos a política sobre o acesso aberto em Portugal, de 2014, da Fundação para a Ciência e Tecnologia. No entanto, o facto de esta não ter carácter vinculativo, conforme mencionado anteriormente, leva à inexistência de consciência da importância do depósito nos RI, e mesmo à última dificuldade identificada, ou seja, a uma

¹⁸ Para mais informações consultar: <https://v2.sherpa.ac.uk/romeo/> [Consult. 06 de junho 2021]

¹⁹ Consulta efetuada a 06 de junho 2021 em: <http://roarmap.eprints.org/view/country/039.html>

carência no nível de competências técnicas por parte dos autores para o fazer,:" In practice this is a general, aspirational call for researchers to share their data, and not a mandatory policy” (Proudman et al., 2020, p. 40). Neste caso, é importante uma forte política de topo, que reforce o papel das bibliotecas e de todo o pessoal técnico: “It is not so much due to technical difficulties or unsustainable funding requirements, but mainly because institutional repositories interfere with the traditional practices of scholars and researchers (Seminar *Kepustakawanan Inovasi Kepustakawanan Ke Arah Kecemerlangan Kesarjanaan*, 2011, p. 16).

1.3 O investigador: perceções, requisitos e comportamentos

O aparecimento de várias formas de comunicação e preservação da ciência tem-se traduzido na alteração significativa na forma de agir e pensar da nova geração de investigadores. Para além da evolução tecnológica, a origem para esta mudança poderá estar na pressão cada vez maior de editores, coautores e entidades no momento de publicar. Aqui, procurámos analisar, referenciando estudos anteriores, o catalisador desta mudança e de que forma este se reflete nas perceções, requisitos e comportamentos do jovem investigador face ao RI.

Os RI têm um papel fundamental na promoção da produção científica. Em Portugal, a maioria destes está organizado em comunidades e coleções, permitindo filtrar por tipos de documento, autor ou orientador (Rodrigues et al., 2014, p. 17). Ao sistematizar a informação e conectar-se com outros sistemas, promove não só a imagem da entidade, como de toda a comunidade académica. É por isso importante perceber de que forma a perceção do investigador, enquanto utilizador do RI, condiciona a sua forma de atuar na altura de depositar. Ao analisarmos estudos anteriores constatámos que, embora existam algumas pesquisas sobre este assunto, muitos versam sobre um único RI ou, no caso de estudos internacionais, versam sobretudo sobre as perceções e os comportamentos do jovem investigador, relativamente à comunicação de informação. Neste estudo, procurámos recolher dados a partir de uma análise qualitativa e numa perspetiva micro. A seleção do jovem investigador, enquanto sujeito deste estudo, deve-se sobretudo ao papel interventivo que a nova geração de investigadores tem. Como tal, identificámos o *Early Career Researcher* (ERC) não pela idade, mas pela sua experiência

profissional, enquanto investigador doutorado, profissional independente em período igual ou inferior a dez anos, e líder na condução dos seus projetos científicos.

Será que o RI responde às necessidades de divulgação e de preservação científicas atuais? Aqui, identificámos quatro áreas de interesse: o auto-depósito (via verde); a disponibilidade do investigador enquanto utilizador e depositante; a sua perceção sobre o *interface* e os tipos de incentivo que estes valorizam. Serão estes quatro tópicos que abordaremos de seguida.

1.3.1 O investigador e o “auto-arquivo”

O auto-arquivo pode ser definido como: o depósito, pelo autor, do texto integral do artigo ou outro documento académico, como relatórios ou comunicações em conferências, num RI. Depois, este pode ser arquivado na versão de autor (antes de ser submetido), na versão corrigida (já revista por pares) ou na versão final da editora (publicado). Este conceito está intrinsecamente associado ao acesso aberto e à denominada *via verde*: “The terms green OA and self-archiving have often been used interchangeably (...)” (Laakso, 2014, p. 476). Neste estudo, importa perceber de que forma o investigador entende o conceito de auto-arquivo enquanto utilizador e autor do RI. Segundo estudos anteriores, embora o auto-arquivo possa ser um impulsionador do conhecimento da produção científica de determinado investigador, parece que esta prática está longe de ser uma das prioridades dos membros da comunidade académica, nomeadamente dos jovens investigadores (Otto & Mullen, 2018, p. 61).

É preciso, pois, perceber, em que medida este mecanismo promove a visibilidade da instituição e quais as suas vantagens. Em Portugal, muitas das IES já possuem políticas de auto-arquivo nos seus RI, que servem como manual de ajuda no depósito dos trabalhos científicos. Existem vários conceitos associados ao auto-arquivo: as permissões de acesso ao texto integral, os campos de *metadados* obrigatório, o tipo de acesso ao documento, a licença de distribuição e, por último, a integração dos depósitos com outros sistemas, como, por exemplo, aqueles que permitem a sincronização com os *curricula vitae* (RCAAP, 2022). A preocupação com o *copyright* e, conseqüentemente, as permissões de acesso ao texto integral, são um dos condicionantes na altura de depositar. Por isso, os investigadores com uma maior sensibilidade para a temática dos direitos de autor

(*copyright*) são os que demonstram maior resistência ao auto-arquivo (Dawson & Yang, 2016, p. 18; Kim & Oh, 2018, p. 483).

Uma das respostas à preocupação com o *copyright* poderá ser o *Sherpa/Romeo*. Este recurso *online* permite a pesquisa por revista ou por editor, procurando identificar as políticas de arquivo de revistas internacionais, servindo como um auxiliar ao auto-arquivo por parte dos investigadores. No entanto, será esta uma ferramenta conhecida pelos jovens investigadores, ou servirá apenas uma pequena comunidade, como os bibliotecários e os gestores de repositórios? Anteriormente, já mencionámos a importância do acesso aberto na comunicação de ciência. É também por esse motivo que se torna importante que as IES façam um maior investimento no marketing do RI, incentivando o investigador a utilizá-lo (Okpala, 2018, p. 18). A partir daí, deverá ser dada uma maior autonomia ao jovem investigador na altura de depositar, instruindo-o, de forma inequívoca, sobre os direitos de autor: “Educating users on copyright is necessary; repositories and archives have the obligation to help authors to understand copyright issues” (Dawson & Yang, 2016, p. 18).

1.3.2 *Submissão no Repositório Institucional: a disponibilidade do investigador*

Uma das formas mais eficazes de preservação digital é através do auto-arquivo. No entanto, o que constatámos é que a taxa de auto-depósito continua, ainda assim, a ser muito baixa “Unfortunately it is now clear that one of the problems undermining the value of IRs is that authors are not invested in depositing their articles as a matter of good practice” (Ten Holter, 2020, p. 2). Para ultrapassar esta baixa percentagem, que é comum a grande parte dos RI, é importante perceber o porquê de tal continuar a acontecer, procurando ferramentas que ajudem a ultrapassar as dificuldades no depósito do trabalho científico e evidenciem os seus benefícios.

Através da análise a estudos internacionais recentes, como os artigos publicados por David Nicholas e Jenny Fry, verificámos que algumas das razões associadas à baixa percentagem de auto-depósito se deve à dificuldade do jovem investigador em perceber o custo-benefício desta prática. Ou seja, o tempo despendido para obter as permissões necessárias para que tenha acesso ao RI *versus* o impacto na sua carreira científica. Por outro lado, são evidenciados outros obstáculos, como a dificuldade em perceber as políticas de *copyright* e o receio em submeter artigos na versão *preprint*: “Yet, some

journals have not adapted preprint-friendly policies or have confusing or self-contradictory policies” (Sarabipour et al., 2019, p. 8).

A motivação para o auto-depósito poderá ser espolitada pela formação do investigador, através de *workshops* e outras técnicas formativas, como seminários e cursos. Nestes, o RI poderá ser apresentado como uma ferramenta para a descoberta e, em simultâneo, como um meio para cumprir as políticas de acesso aberto dos financiadores e difundir o trabalho científico: “Online and in-person demonstrations should be customized to one’s audience and emphasize the benefits of the IR, which include stable links to research, cost savings, student outreach, and promotion of the university and its scholarship” (Marsh et al., 2017, p. 6). Aqui, é importante o envolvimento de todos os agentes, desde os editores, os gestores dos repositórios e os bibliotecários, já que são estes os grandes motivadores para a utilização do IR. Segundo um estudo europeu publicado em 2019, a maioria dos autores não pratica o auto-arquivo, recorrendo a terceiros para o fazer, conforme podemos verificar pelo **Gráfico 1**.

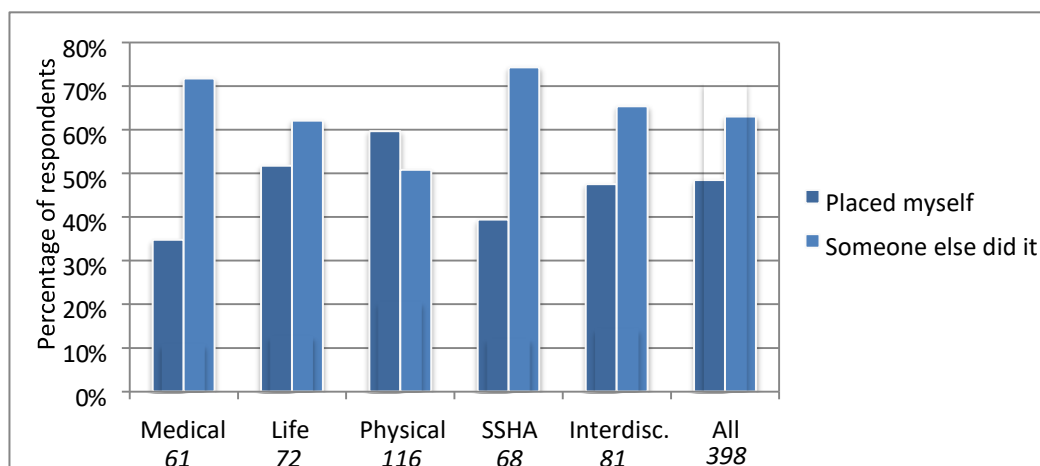


Gráfico 1 - Forma de depósito no Repositório Institucional por área disciplinar

Fonte: PEER D4.2 Final Report [Technical Report] 2011.

Ao observarmos este gráfico, resultante de um estudo europeu realizado entre agosto de 2009 e agosto de 2011, verificamos, com exceção da área da Física, que a maioria das publicações ainda são depositadas recorrendo a intermediários, sendo esse dado mais evidente na área das ciências sociais e humanas. Segundo este estudo, esta diferença poderá dever-se ao facto de a grande maioria dos investigadores na área da física e da matemática não terem os seus trabalhos científicos depositados noutra local de preservação digital, ao contrário dos Investigadores da ciência e da saúde, que têm os seus

artigos publicados na *PubMed* ou em repositórios de dados científicos como o *Zenodo* ou o *Figshare*.

Perante este resultado, procurámos perceber quais as motivações para que tal aconteça. Quais os fatores que dificultam o auto-arquivo e o que é preciso desenvolver junto dos jovens investigadores para promover este conceito?

1.3.3 *O interface do Repositório Institucional: requisitos dos investigadores*

Em que medida a arquitetura do RI pode condicionar a sua utilização no momento de depositar? Aqui focámo-nos, sobretudo, em estudos que versassem sobre as dificuldades sentidas pelos investigadores no momento de depositar ou de pesquisar no RI. Uma das limitações identificadas foi a dificuldade com questões de navegação. A pesquisa no RI é feita a partir de uma lista básica, por áreas, não permitindo uma navegação mais alargada. O facto de o *DSpace* ser o software *open source*, utilizado em grande parte dos RI, levou a uma ausência de customização à medida das necessidades da entidade e do seu utilizador. A própria forma de sistematização e de organização do RI é referida, em alguns estudos, como um obstáculo ao auto-depósito. Para além disto encontramos outro tipo de limitações, como a impossibilidade de associar o perfil do orientador a determinada tese/dissertação, ou mesmo, o facto de não ser possível exportar citações ou extrair métricas através do RI (Narayan & Luca, 2017).

A forma como o RI é construído, ou seja, a partir da mesma fonte institucional, poderá comprometer a sua utilização? As IES têm diferentes necessidades se considerarmos que servem comunidades académicas distintas “This supports the argument that, at the masters level, an IR plays a different role than it does at a research university”(Turner & Sauer, 2022, p. 4). Aliado a este facto está a ausência de informação para o investigador de “como e o quê “depositar no RI (Bonsu et al., 2018, p. 62; Jabbar et al., 2020). Sob o ponto de vista da experiência do utilizador, identificámos três áreas que poderão justificar uma nova abordagem na construção do *interface* do RI. A imagem: personalizando o logotipo do RI, identificando-o com determinada entidade; uma distribuição de conteúdos mais intuitiva para os utilizadores; e uma maior facilidade na identificação dos conteúdos. Ao nível da organização: a indexação por comunidades, coleções e sub-coleções pode ser uma organização confusa para a maioria dos investigadores, nomeadamente para aqueles que não o utilizam numa base diária. A

terminologia: os conceitos utilizados nos metadados podem gerar barreiras ao auto-depósito, na medida em que não existe uma obrigatoriedade nos campos utilizados, e em que por vezes se assiste a uma ausência de consistência na utilização dos mesmos conceitos (Luca & Narayan, 2016, p. 5).

A partir desta constatação, procurámos perceber se os jovens investigadores portugueses também sentiam essas dificuldades relativamente ao Interface do RI, ou se as limitações por estes sentidas eram outras e, nesse caso, quais? É crucial entender em que direção o RI universitário deve seguir para dar resposta à sua comunidade académica e, assim, respeitar os requisitos na ótica do utilizador.

1.3.4 Como motivar o Investigador: Incentivos à utilização do RI

Para além das vantagens na utilização do RI, procurámos perceber que outras medidas poderemos adotar para incentivar o investigador a utilizar o RI. A importância do RI na disseminação e na preservação da produção científica, deverá ser, em primeiro lugar, uma política institucional e não apenas um objetivo de um serviço como a biblioteca. Em Portugal, a UM, através do seu Reitor, Prof. Doutor António Guimarães Rodrigues, foi a pioneira em 2005 no estabelecimento de uma *Política da Universidade do Minho sobre a sua propriedade intelectual*. Através deste despacho, foi promovido o auto-arquivo, envolvendo todas as Escolas e Centros de Investigação desta Universidade (Rodrigues, 2010, pp. 45–46). Para além deste exemplo, existem outros tipos de incentivos que importa explorar e que podem ser tão ou mais importantes para o jovem investigador. Alguns exemplos são: a existência de uma política de publicação em acesso aberto, consubstanciada pelo apoio à publicação em revistas sem taxas de publicação ou a possibilidade de progressão académica associada à produção científica depositada no RI. Existem ainda outras vertentes que importa destacar e explorar segundo a perspetiva do investigador.

Num estudo realizado em 2016, em Espanha, constatou-se um aumento do número de universidades com uma política de depósito obrigatória e, embora a maioria das universidades não tivesse qualquer tipo de incentivo à utilização do repositório, verificou-se que o depósito intermediado era utilizado em 98% dos casos (Serrano-Vicente et al., 2018). Não é esta ideia contrária ao princípio de auto-arquivo? Ou será a via verde uma forma já ultrapassada de promover o RI?

As compensações acadêmicas podem ser vistas como motivadoras ou limitadoras na utilização do RI. Se por um lado, podemos inferir que o acesso aberto pode promover o aumento da visibilidade e das citações de determinado trabalho científico, ao disseminar a produção científica por uma vasta comunidade acadêmica, por outro lado, dependendo das áreas científicas, a publicação em revistas de acesso aberto pode ser considerada como inferior se comparada com revistas subscritas. A existência de uma subscrição associada à credibilidade deste tipo de modelo tradicional, pesa no momento de escolher onde publicar e no momento de utilizar o RI como fonte primária de depósito (Tmava, 2022).

2 METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Este estudo procura analisar a relação do jovem investigador com o RI. De que forma o contexto académico influencia a sua perceção e o seu comportamento relativamente ao RI: “We can see why different people say and do different things. One reason is that people have had different experiences and have learned different social meanings” (Taylor et al., 2015, p. 13). A partir desta pesquisa, procuramos explorar as potencialidades do RI, partindo do ponto de vista destes investigadores e do que são os requisitos ideais na utilização desta ferramenta. Para tal, escolhemos a metodologia que nos pareceu adequada para a pergunta de partida e para os objetivos traçados, optando por uma abordagem qualitativa, cujos procedimentos serão descritos no capítulo seguinte.

2.1 A análise do objeto: estudo empírico

O rigor, a objetividade e a sistematização são termos muitas vezes utilizados durante o percurso académico de um estudante universitário. Isto porque qualquer trabalho, seja um relatório, uma dissertação ou uma tese, exigem clareza e coerência.

Este estudo procura compreender a utilização do RI universitário a partir de uma investigação sistemática do problema: “Repositories have clearly not reached either the pinnacle of their achievements nor the end of the road” (Ten Holter, 2020, p. 10).

Nesta vertente, procuramos perceber o que motiva o comportamento dos investigadores. Partindo da questão da procura de resposta às necessidades dos autores/investigadores em Portugal e às propostas para a próxima geração de repositórios (Next & Generation Repository Working Group (COAR), 2017), tentámos mapear os benefícios, as necessidades, e a consciencialização sobre esta temática junto dos jovens investigadores portugueses através de um estudo em que partimos de duas instituições de investigação científica de Portugal, situadas em locais geograficamente distintos.

A pergunta de partida foi: *De que forma as perceções e os requisitos dos investigadores condicionam o seu comportamento na utilização do RI?*

Esta pergunta pode ser desdobrada noutras questões:

- a) Qual é a perceção dos jovens investigadores acerca dos RI? (Como validam, opinião)
- b) Qual a relação dos jovens investigadores com os RI? (comportamentos)

- c) Que requisitos (preservação, divulgação, acesso) valorizam os jovens investigadores nos RI?

Para responder a estas perguntas, partimos de um objetivo geral: Perceber qual a perspetiva dos investigadores acerca do RI, enquanto instrumento de divulgação e de preservação da produção científica (publicações).

Como objetivos específicos, definimos: a) Compreender o papel dos Repositórios Institucionais; b) Perceber os requisitos no acesso a longo prazo; c) Saber em que medida estes fatores condicionam o comportamento dos investigadores sobre o RI, pois “(...) ao analisar um fato, o conhecimento científico não apenas trata de explicá-lo, mas também busca descobrir e explicar suas relações com outros fatos, conhecendo a realidade além de suas aparências” (Freitas, 2013, p. 10).

Neste capítulo, procuramos descrever a metodologia utilizada neste trabalho, desde o seu planeamento até à sua conclusão. Para tal, iremos descrever o tipo de pesquisa e suas características, passando pela escolha do tema em análise, pelo planeamento, os intervenientes, as técnicas e os instrumentos de recolha e a análise de dados.

2.2 O objeto de estudo, os sujeitos e o contexto

O objeto de estudo deste trabalho é o RI, a partir da realidade das IES. A partir de uma abordagem qualitativa do problema, procuramos perceber em que medida este corresponde às expectativas dos investigadores portugueses.

A decisão relativa à escolha do objeto surgiu após a leitura de dois documentos: O relatório de 2017, *Next Generation Repositories Behaviours and Technical Recommendations of the COAR Next Generation Repositories Working Group* e o artigo de Carolyn Holter de 2020, *The repository, the researcher, and the REF: “It's just compliance, compliance, compliance*. Estes documentos confirmam a importância da resposta a duas questões: por um lado a necessidade de os autores da comunidade académica darem a conhecer o seu trabalho e, por outro, a importância em preservá-lo para as gerações futuras.

Após uma primeira revisão da literatura, constatámos que trinta anos decorridos após o aparecimento do primeiro repositório disciplinar, o ArXiv, existem alguns desafios que persistem e outros que, entretanto, surgiram. Neste contexto, procurámos perceber de

que forma as ações de sensibilização e o aparecimento de novos conceitos e sistemas, como a Ciência Aberta e os portais agregadores, mudaram a dinâmica do investigador enquanto produtor e consumidor de Informação.

Os dois documentos que serviram como referências para a escolha deste tema foram o relatório do *COAR* sobre a próxima geração de repositórios, publicado em 2017, e o artigo de Holter de 2020, intitulado “The repository, the researcher, and the REF”. O relatório coloca os RI como elos fundamentais da comunicação entre os cientistas, e destes com a sociedade: “However, equally important is that repositories are nodes in a larger network, contributing their collective contents to a global knowledge commons on top of which value added services can be built” (Next & Generation Repository Working Group (COAR), 2017, p. 32). Este documento indica um conjunto de intenções traduzidas em boas práticas e medidas de implementação tecnológica, que é preciso adotar para que os RI acompanhem o aparecimento de novos sistemas de gestão de informação. O segundo documento procura perceber como é que uma política nacional de obrigatoriedade de depósito afeta os investigadores e os bibliotecários e a sua influência quanto à perceção relativamente aos RI e a importância do acesso aberto nas publicações científicas: “Although greater co-ordination, clarity and investment are needed, there are ways to improve efficiency, productivity and value for all the participants – it is certainly not too late for IRs to furnish a route into the next phase of open access”(Ten Holter, 2020, p. 10).

Os intervenientes nesta pesquisa, os jovens investigadores, foram escolhidos porque, com base em estudos anteriores, são aqueles que mais têm a beneficiar com a preservação e a difusão das suas publicações científicas em plataformas digitais:

The main findings of the interview study were that ECRs are, in some respects, the harbingers of change with significant change being registered, especially so in regard to a willingness to employ social media-based tools and platforms, to employ open science practices, and to share and collaborate. (Nicholas et al., 2020, p. 208)

A escolha recaiu nos jovens investigadores que ainda se encontram numa fase inicial da sua carreira académica. A definição do que é o jovem investigador não é consensual, podendo variar no número de anos de experiência profissional ou nos anos passados após a conclusão do doutoramento. Podem inclusive existir três fases, na carreira de Investigação, em que este conceito se pode aplicar: nos estudantes de

doutoramento, nos pós-doutorados, ou na transição para a fase do investigador independente (*Early Career Researcher (ECR)*, 2022).

A importância de perceber de que forma os investigadores mais jovens vêem o RI e como é que essa percepção afeta a sua forma de interagir com o mesmo, partindo de contextos académicos diferentes, remete-nos para uma abordagem complexa: “For instance, people holding different positions within a organization have learned to see things in a different ways “(Taylor, 2015 p.13).

Assim, com base na revisão de literatura efetuada e face à ausência de estudos junto da comunidade científica portuguesa, relativamente a determinada tipologia de produtor/utilizador do RI, escolhemos um público-alvo, no sentido de tentar perceber se o RI corresponde às necessidades de comunicação e de preservação da publicação científica dos jovens investigadores e em que medida isso influencia os comportamentos destes em relação ao objeto de estudo.

Procurámos fazer uma pesquisa exploratória, através da análise de situações reais e como estas afetam os comportamentos dos investigadores relativamente ao objeto de estudo. Ao nível dos procedimentos, utilizámos o método de recolha de dados inquérito (survey) por entrevista, que nos pareceu o mais adequado face aos nossos objetivos de estudo: “Survey research is a robust and adaptable set of tools supported by sound theory and by extensive evidence of its continued role in informing policy and advancing science” (Couper M.P., 2017, p. 137). Ao escolhermos fazer uma investigação centrada no sujeito “jovem investigador” e na sua percepção sobre o repositório da sua instituição procurámos um método de investigação flexível e completo. Aqui, era importante que o procedimento permitisse obter respostas sobre determinadas questões-chave num curto espaço de tempo, de forma imparcial, evitando, deste modo, influenciar os resultados. O método de recolha de dados permite a aplicação de diferentes tipos de técnicas, utilizando poucos recursos como as entrevistas presenciais, *online* ou por telefone. Assim, optou-se pela escolha da entrevista semiestruturada por telefone. A grande vantagem deste tipo de técnica é permitir ao entrevistado fazer comentários livres e ao entrevistador colocar questões pré-definidas e outras que possam ocorrer no decorrer da entrevista, de uma forma menos evidente e mais eficaz. Outra das grandes vantagens é que o recurso utilizado, neste caso o gravador do telefone, é facilmente transportável e permite a transcrição da informação de forma anonimizada.

Em termos de terreno de investigação, seleccionámos duas universidades portuguesas que representassem a população em estudo. Estas duas IES, Universidade de Lisboa e Universidade do Porto, têm a particularidade de pertencerem a duas zonas geograficamente distintas, mas que em tudo se assemelham em termos de recursos (infraestruturas, serviços, equipamentos), pertencendo ao ensino superior público. Para além disso, uma vez que o ponto de interesse era o de escolher uma amostra que representasse a população científica em Portugal, estas duas IES, pela singularidade de estarem no topo do *ranking* de universidades mais bem cotadas no ensino superior em Portugal, pareceram-nos as mais adequadas. A sua seleção foi feita a partir de uma pesquisa efetuada num dos portais de *rankings* de universidades, o *QS World University Rankings*, por abranger mais de 1.300 universidades de todo o mundo e por estar já disponível a classificação para o ano de 2021. Em Portugal, as duas universidades com maior pontuação global e que assim ocupam o lugar cimeiro, no *ranking*, são a Universidade de Lisboa (UL) e a Universidade do Porto (UP), que surgem *ex-aequo* com 30,2 de pontuação geral²⁰.

Em cada uma das IES foi selecionada a unidade orgânica (UO) com maior número de depósitos no RI. O facto de ter mais depósitos relativamente a outras UO permite-nos inferir que já existe uma “prática” de depósito enraizada no seio da comunidade académica. Na amostra de participantes, foi utilizada a *amostragem criterial* (Coutinho, 2014, p. 95), existindo uma pré-seleção de indivíduos com determinadas características e que na nossa perspetiva refletem a nova geração de investigadores. Assim, entre 2019 e 2020, tivemos 439 jovens investigadores, em Portugal, num Universo de 5.059 indivíduos (*Inquérito aos Doutorados -Q46*, 2020)

Foi analisado o número de depósitos, em cada um dos RI²¹, a partir das comunidades e coleções. Ao consultar a página da UL, nomeadamente a sua estrutura orgânica, identificamos as UO como: “As Escolas que têm a designação de Faculdade ou Instituto são unidades orgânicas de ensino e investigação dotadas de órgãos de governo próprio”²². Relativamente à UP, verificámos a existência de dois RI: o Repositório Aberto e o Repositório Temático. A existência de dois repositórios na mesma comunidade

²⁰ <https://www.topuniversities.com> : Pesquisa realizada a 16 de outubro de 2021.

²¹ <https://repositorio.ul.pt/community-list>: Pesquisa realizada a 23 de outubro de 2021

<https://repositorio-aberto.up.pt/>: Pesquisa realizada a 23 de outubro de 2021

²² <https://www.ulisboa.pt/info/organizacao>: Pesquisa realizada a 23 de outubro de 2021.

académica é uma prática que já vem sendo adotada por algumas IES portuguesas, conforme descrito anteriormente neste trabalho. Por estarem agregadas as várias comunidades da UP, o Repositório Aberto foi a escolha para a seleção da UO com maior número de depósitos.

O período temporal foi o fator determinante na escolha da amostra. Existem várias definições para jovem investigador. Segundo a FCT: “Considera-se um jovem investigador aquele que se encontra a efetuar trabalho de investigação há menos de 10 anos. Caso seja doutorado, considera-se jovem investigador aquele que tenha obtido o grau há menos de 3 anos”²³. Para David Nicholas, a definição de jovem investigador é aquele que, exercendo uma carreira de investigação, tem menos de 35 anos e tem ou já teve uma posição de investigação. No caso dos académicos, são investigadores que não fazem parte da carreira docente, isto é, detêm ainda um vínculo precário (Nicholas et al., 2017, p. 20).

Considerando que, com este estudo, pretendíamos identificar investigadores que tivessem alguma experiência com o RI, enquanto antigos estudantes e atuais investigadores da nova geração, optámos por selecionar investigadores na fase de transição para uma carreira independente. Por isso, a nossa definição de jovem investigador é aquele que possuindo um doutoramento, exerce atualmente uma carreira como investigador independente, por um período igual ou inferior a 10 anos. Conseguimos assim abranger investigadores com alguma experiência profissional, enquanto investigadores independentes e possíveis agentes depositantes no RI.

Na Universidade de Lisboa, a UO com o maior número de documentos depositados é a Faculdade de Ciências (FC)²⁴, e na Universidade do Porto, a UO com maior número de depósitos é a Faculdade de Engenharia (FE)²⁵.

Após definirmos o tipo de população a selecionar e as suas características, procurámos incluir na nossa amostra um perfil semelhante entre os vários indivíduos de

²³ <https://www.fct.pt/apoios/cooptrans/faqs/index.phtml.pt> : Pesquisa realizada a 19 de dezembro de 2021.

²⁴ A Comunidade da Faculdade de Ciências tinha 8674 documentos depositados a 19 de dezembro de 2021: <https://repositorio.ul.pt/community-list>

²⁵ A Comunidade da Faculdade de Engenharia tinha 28450 depositados a 19 de dezembro de 2021: <https://repositorio-aberto.up.pt/community-list>

áreas do conhecimento diferentes: “(...) constitui um tipo de amostragem não probabilística e consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população” (Freitas, 2013, p. 98) . Na FC, identificámos dez departamentos e a partir da sua lista de pessoas fomos compilando os contactos de todos os identificados na sua categoria profissional como: “investigador doutorado contratado ao abrigo do DL57” e “emprego científico 3ª edição”. A partir desta lista de pessoas, compilámos os contactos para uma tabela de MS Excel, na qual identificámos o departamento.

Na fase seguinte, para tentarmos verificar se aquele indivíduo correspondia a um jovem investigador, procurámos o nome no departamento da Faculdade. No caso da FC da UL, encontrámos dez departamentos. Nesses, escolhemos o separador das pessoas e por fim, os “Docentes e Investigadores” com vínculo profissional de jovem investigador ao abrigo do Emprego Científico, ou Investigador Doutorado Contratado. No caso da FE da UP, encontrámos nove departamentos. A lista de pessoas é acessível, possibilitando a verificação da categoria profissional. Neste caso, optámos por selecionar os investigadores em início de carreira e que aqui são identificados por doutorado de nível inicial. Neste caso, não foi possível aceder a todos os contactos de email já que alguns perfis não tinham essa informação. No Quadro 1, vemos os departamentos incluídos neste estudo e a partir dos quais foram escolhidos os jovens investigadores.

Quadro 1 - Lista de Departamentos e Faculdades selecionadas

Universidade de Lisboa	Universidade do Porto
Faculdade de Ciências	Faculdade de Engenharia
Departamentos	
Biologia animal	Engenharia civil
Engenharia Geográfica, Geofísica e Energia	Engenharia de minas
Física	Engenharia e gestão industrial
História e Filosofia das Ciências	Engenharia eletrotécnica e de computadores
Matemática	Engenharia Química/Física
Biologia vegetal	Engenharia Informática
Estatística e Investigação Operacional	Engenharia de mecânica
Geologia	Engenharia metalúrgica e de materiais
Informática	Engenharia de Engenharia Química
Química e Bioquímica	

Fonte: Elaborado pela autora.

A escolha da amostra teve como base a tentativa de selecionar um grupo representativo de uma comunidade com determinadas características. Esta via, embora possa influenciar os resultados, já que apenas consideramos uma população idêntica em termos de perfil e contexto académico, pode também conduzir a uma baixa representatividade. Por outro lado, permite que as pessoas que queiram participar estejam verdadeiramente comprometidas (Berndt, 2020, p. 226).

2.3 Análise bibliográfica

A análise documental foi efetuada através da utilização de vários recursos eletrónicos, que iremos referir de seguida, e que foram fundamentais na comparação posterior de teorias de diferentes autores e como base de validação do trabalho científico realizado.

Nesta pesquisa, foram utilizados os seguintes termos: “Repositório”, “Repositório Institucional”, “Investigadores”. Em certas ocasiões, estes conceitos foram utilizados noutra língua como o inglês, utilizando uma chave {researcher* repository OR repositories}. Menos frequente foi a utilização dos mesmos termos em espanhol. A partir daqui foram sendo efetuadas anotações, com excertos de leituras e inferências retiradas desse conteúdo bibliográfico. Mais tarde, foram acrescentados outros conceitos à pesquisa, tais como jovem investigador ou *early career researcher*. A ideia principal era recolher dados e informações de diferentes autores sobre a mesma temática, utilizando várias plataformas e bases de dados subscritas pela FLUL, e outras de acesso livre.

O levantamento bibliográfico iniciou-se em fevereiro de 2021, tendo-se optado pelo *Zotero*, como gestor de referências bibliográficas, organizando a biblioteca por pastas segundo os capítulos do trabalho. A partir daqui, começámos por uma revisão sistemática sobre o tema em análise, pesquisando várias obras que nos pareceram relevantes e seguindo os conceitos já mencionados. Para além das palavras-chave utilizadas, foram considerados tipos de documentos tais como: dissertações, teses, capítulos de livro, artigos e páginas *web*, no sentido de reunir literatura sobre o tópico de estudo. Procurámos filtrar as obras, pelos últimos 5 anos de publicação e pelo número de citações. A adoção destas premissas na seleção da literatura a rever permitiu-nos, por um lado, selecionar dados mais atualizados para a nossa pesquisa e, por outro, ver os documentos com maior número de citações e, assim, selecionar os autores pioneiros em

determinada área de conhecimento ou com os artigos mais relevantes: “It is important to locate recent research on the topic so that your literature review is up to date. However, a good literature review also considers pioneering or landmark studies on the topic” (Leavy, 2017, p. 57). Nesta revisão de literatura foram utilizadas várias fontes de pesquisa, que passamos a enumerar de seguida, apresentando as vantagens e desvantagens de cada uma delas:

- *Repositório Institucional*: Foram utilizados os repositórios da UL; Universidade Nova de Lisboa (UNL) e Universidade de Coimbra (UC). Aqui, a pesquisa foi efetuada por assunto utilizando uma palavra-chave. Por assunto, pesquisámos os seguintes termos: repositório; repositório institucional; investigadores; utilizadores.

Vantagens: Pesquisar num único local todas as dissertações de mestrado e teses de doutoramento realizadas. Embora não apresente o número de citações, permite ver o número de consultas e descarregamentos.

Desvantagens: A forma de pesquisa é limitada com alguns problemas de organização de conteúdo, pois em alguns casos temos comunidades vazias. A terminologia utilizada não está normalizada, podendo o mesmo autor aparecer ao utilizador de forma distinta.

- *Bases de referências bibliográficas*: *Web of Science (WOS)*; *SCOPUS*; *Google Scholar*. Na *WOS* utilizámos a coleção principal e depois pesquisámos por tópico e por ano de publicação. Na *SCOPUS*, o método de pesquisa foi idêntico, com a diferença que esta foi realizada em todas as coleções e não numa coleção em particular. Em todas as bases de dados, incluindo o *Google Scholar*, o termo a pesquisar foi por tópico, utilizando diferentes palavras-chave já mencionadas. Posteriormente, e perante o resultado, seleccionámos os documentos bibliográficos recorrendo a filtros por tipo de documento e ano de publicação.

Vantagens: As duas primeiras bases bibliográficas, a *WOS* e a *SCOPUS*, têm uma grande cobertura de revistas sobretudo anglo-saxónicas, tendo referências de títulos em acesso aberto. Permitem identificar quais os artigos com maior número de citações,

visualizar o *h-index* e construir listagens com os documentos selecionados. No caso do *Google Scholar* temos a possibilidade de aceder ao texto integral de uma forma mais rápida e de importar as citações para o nosso gestor de referências bibliográficas de uma forma intuitiva.

Desvantagens: As duas primeiras são bases subscritas com maior dificuldade no acesso ao texto integral. A *WOS* tem uma maior cobertura na área das ciências e menor na área das humanidades e das artes. No caso do *Google Scholar*, a informação sobre o tipo de conteúdos e números de publicações indexadas não é transparente e apresenta erros na identificação de autores, existindo ausência de uma validação (Mariano & Rocha, 2017, p. 430).

- *Capítulos de livro:* Versando sobre uma determinada área científica relacionada com o objeto ou o sujeito de estudo, os capítulos de livro foram selecionados com base na sua relevância sobre o tema em apreço. A sua maioria são sobre a Ciência Aberta e os RI. Muitos destes capítulos foram obtidos através da leitura de outros autores, nomeadamente recorrendo às suas referências bibliográficas.

Vantagens: Informação mais detalhada sobre determinado tópico, tendo uma base de sustentação teórica mais robusta, com uma revisão de literatura mais completa se comparada com outro tipo de documentos.

Desvantagens: Este tipo de item é de difícil acesso quando comparado com outro tipo de documentos. Implica, na maioria das vezes, compra do livro ou empréstimo.

- *Páginas web:* Em muitos dos documentos analisados, os autores fazem referência a determinada organização ou instituição. A sua grande maioria tem página *online*, o que nos permite ter acesso imediato a diferentes conteúdos, como seminários; *workshops* ou relatórios. A nossa pesquisa centra-se, em muitos casos, em páginas de carácter institucional tais como: o Diário da República, a FCT e a Comissão Europeia. Nestas, pesquisámos documentos legais e de políticas de Ciência Aberta.

Vantagens: Permite acesso a vários tipos de conteúdo, organizados segundo tópicos e a um grande número de documentos. Estas páginas, pelo seu carácter

institucional, conferem um carácter credível e válido ao conteúdo aí existente, uma vez que, na sua maioria, têm uma comissão editorial constituída por especialistas.

Desvantagens: Conteúdo limitado, podendo ser tendencioso. Requer atenção na data de criação da página e no tipo de conteúdos existentes na mesma.

Em suma, procurámos ter sempre como objetivo final as fontes primárias (Coutinho, 2014, p. 63), nas quais elegemos os documentos mais relevantes, identificados quer pelo número de artigos publicados por aquele autor, quer pelo número de citações. Sobre os RI, encontrámos diversas páginas institucionais sobre políticas de Ciência Aberta, artigos e relatórios sobre o tema. Relativamente aos *jovens investigadores*, os artigos foram o tipo de documento por excelência, em que a técnica mais utilizada pelos estudos anteriores foi a do inquérito por questionário e por email. A revisão de literatura permitiu-nos fundamentar o enquadramento teórico, comparar estudos recentes sobre esta temática e constatar a existência de diferentes conceitos de *jovem investigador* e de processo de implementação de RI.

2.4 O guião da entrevista: as duas fases da construção

Para responder à pergunta de partida: *De que forma as perceções e requisitos dos investigadores condicionam o seu comportamento na utilização do RI*, utilizámos o guião como ferramenta de suporte à condução da entrevista semiestruturada, o que nos permitiu focar nos objetivos gerais e específicos do nosso estudo. Esta orientação, refletiu-se na forma como a entrevista foi conduzida, ajudando, mais tarde, na análise dos dados e conferindo credibilidade ao estudo (Kallio et al., 2016, p. 2962). A construção do guião foi realizada a partir da utilização de dois instrumentos: a) a revisão de literatura; b) o mapa conceptual. O primeiro instrumento, permitiu-nos perceber, através de estudos anteriores, a existência de eventuais lacunas sobre esta temática e comparar autores. Com o segundo, identificámos os temas principais e, a partir daí, construímos categorias e os blocos de perguntas.

Fase 1: Revisão de Literatura

Através da revisão de literatura constatámos que, embora já existissem muitos estudos sobre repositórios institucionais, a maioria destes versava sobre a Ciência Aberta, ou sobre as dificuldades de implementação do RI em diferentes países. Em Portugal, encontrámos também diversos estudos sobre o tema, sobretudo de investigadores da UM e da UL, cujo conteúdo foca-se, sobretudo, no sujeito *Gestor de Repositório* e nas próprias experiências enquanto promotores do RI. A partir destas leituras, foi possível fazer três aferições: a) embora existam muitos estudos sobre o RI poucos abordam a perspetiva do utilizador enquanto autor; b) a existência de um número limitado de estudos sobre os jovens investigadores; c) os estudos encontrados não analisam os jovens investigadores portugueses. Na Tabela 1, podemos observar como a revisão de literatura serviu de base para a construção do guião.

Tabela 1 - Revisão de literatura-como base para a construção do guião de entrevista

Pergunta	Literatura	Fonte
1. De 0 a 100%, em que medida o Repositório Institucional promove a divulgação da sua produção científica?	<i>Perfazem-se em importantes instrumentos para a popularização do conhecimento, pois promovem a literatura científica e permitem o acesso livre e sem custos aos resultados de pesquisa.</i>	Cassé, A. P. O. M., & Gomes, M. A (sem data)
2. Em poucas palavras, descreva o que entende por auto depósito.	<i>Parece, em particular, da máxima conveniência dar a conhecer a política de acesso aberto aos alunos de doutoramento e de mestrado, como forma de melhor garantir o auto arquivo dos seus trabalhos; The most successful repositories, like RepositóriUM, from Minho University, are associated with institutional self-archiving policies, requiring, encouraging and/or rewarding deposition of publications.</i>	Miguéis, A. M. E. (2012); Saraiva, R., & Rodrigues, E. (2009).

3. De todas as ferramentas que utiliza para divulgar e preservar o seu trabalho, o repositório institucional é a mais utilizada? Em caso negativo, qual é a mais utilizada?

Although institutional repositories were not the top choice for most self-archiving researchers, they can be appealing, given their ability to preserve materials

Rieh, S. Y., & Smith, K. (2009).

4. Se tivesse que identificar a frequência com que utiliza o RI, quais dos seguintes períodos temporais se adequariam à sua experiência: - Todos os dias; Uma vez por semana; Uma vez por mês; Uma a duas vezes por ano?

Não obstante o recente esforço (...) o volume de materiais armazenados nos repositórios permanece baixo se comparado com o volume total de conhecimento produzido.

Costa, J. L., & Freitas, J. A. (2016).

5. Utiliza outros repositórios institucionais para além do seu? Quais?

(...) 33 survey respondents answered affirmatively when asked about the use of other systems besides the institutional repository to store research outputs (...)

Ribeiro, L., De-Castro, P., & Mennielli, M. (2016).

6. Na hipótese de receber mais ações de formação por parte da sua Faculdade na promoção do RI, quais os temas que consideraria como mais relevantes: - Auto depósito;
- Vantagens e Desvantagens do Repositório Institucional;
- Copyright.
- Outros. Quais?

Para garantir um elevado nível de adesão e sucesso dessas políticas será necessário (...) prosseguir atividades regulares de sensibilização, informação e divulgação (...); Based on the literature and author's own understanding, an IR benefits can be grouped into three categories: benefits to the institution, benefits to authors and benefits to the library; Libraries and librarians may have to be more proactive and be more involved in helping faculty to obtain copyright permissions. This may encourage more faculty participation in institutional repositories.

Rodrigues, E., Boavida, C. P., Carvalho, J., Saraiva, R., & Príncipe, P. (2013); Jain, P. (2011); Dawson, P. H., & Yang, S. Q. (2016).

7. Qual das seguintes funcionalidades considera a mais importante no Repositório Institucional? Ter a informação científica num único local? A preservação dos metadados (informação que acresce aos dados) científicos? A difusão online da produção científica da Universidade? A promoção de futuras colaborações

Trust is an issue that could become a significant barrier for institutional repositories and increase the complexity of digital preservation.

Hockx-Yu, H. (2006).

8. Na possibilidade de poder sincronizar o seu repositório institucional com uma destas ferramentas, qual delas escolheria? Página pessoal; Ciênciavivae; ResearchGate; Orcid.

The research demonstrated that many researchers and IR managers would welcome a bolder, more interactive role for the repository – perhaps for services that provide researchers with ways to demonstrate impact; In this paper, the linking system between the IR and the researcher database in Kyushu University were introduced; Repositories will adopt common behaviours, functionalities and standards ensuring interoperability across institutions and enabling them to engage in a common way with external service providers; Os repositórios e os agregadores têm funções diferentes para diferentes atores, mas podem partilhar e reutilizar as mesmas informações.

Ten Holter, C. (2020); Baba, K., Mori, M., & Ito, E. (2010); Rodrigues, E., & Shearer, K. (2017); Carvalho, J., Matas, L., Segundo, W., Graça, P., & Lopes, P. (2021).

9. Existem Faculdades que promovem o auto depósito através de incentivos financeiros. Considera que este é um estímulo diferenciador para o aumento do depósito nos RI? Ou existem outros incentivos que a seu ver são mais importantes?

O despacho RT-56/2004 estabelecia ainda que durante o ano de 2005, a Reitoria atribuiria um financiamento adicional às Escolas e Centros de Investigação, em função do nível de cumprimento da política

Rodrigues, E. (2018).

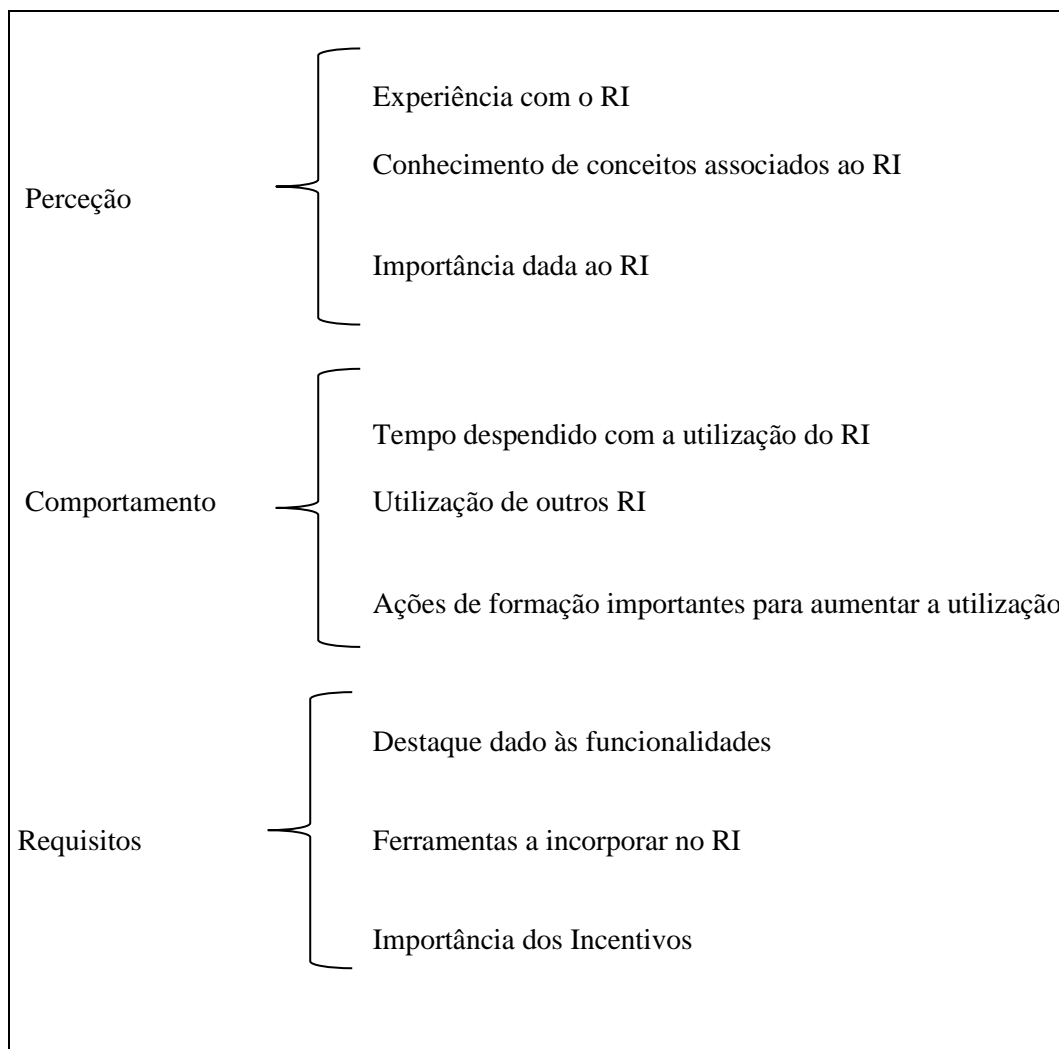
Fonte: Elaborado pela autora

Fase 2: O mapa conceptual

Como ponto de partida para uma primeira categorização dos objetivos do guião, construímos um mapa conceptual (Quadro 2). Este mapa tem três temas de destaque que se subdividem e que foram o ponto de partida para construção do bloco de perguntas. Este

mapa foi posteriormente reajustado, tendo sido adicionadas mais categorias, conforme fomos progredindo na análise do conteúdo, com as transcrições de dados.

Quadro 2 - Mapa conceptual-primeiro esboço



Fonte: Elaborado pela autora.

Como base para a construção do guião da entrevista, partimos do tema central deste trabalho de investigação, o RI, passando para o sujeito de estudo, o jovem investigador. O guião foi desenhado a partir de três objetivos gerais, que eram o de perceber de que forma o jovem investigador vê o RI, enquanto instrumento de preservação e possível difusão do seu trabalho científico; de que forma esta visão, condiciona o seu comportamento relativamente ao repositório; e, em terceiro lugar, procurámos perceber quais os requisitos que o sujeito, considera importantes existirem no RI.

O guião foi construído contendo uma primeira parte generalista, em que fizemos uma pequena introdução sobre o tema, agradecendo a resposta ao nosso email, explicando os objetivos e a duração da entrevista, assim como a confidencialidade inerente à gravação consentida. Nesta nota introdutória, para além de nos apresentarmos, também perguntámos se o investigador gostaria de obter a transcrição dos dados (Amado, 2017, pp. 214–215).

O guião da entrevista (Apêndice B) foi construído em três blocos, baseados em três categorias: Perceções, Comportamento e Requisitos. A primeira parte do grupo de questões procura verificar o grau de proximidade e sensibilidade do jovem investigador em relação ao objeto de estudo. Aqui abordamos algumas palavras-chave associadas ao RI, como o auto-depósito, a divulgação e a preservação da produção científica. Assim, procurámos aferir de que forma a perceção do jovem investigador relativamente ao RI condiciona o seu comportamento.

Na segunda parte da entrevista, passámos a analisar a relação entre a perceção e a utilização do Repositório. Da mesma forma, identificámos o tipo de utilização mais valorizada e de que forma podemos promover o RI associando-o a outros tópicos como o *copyright*.

No terceiro bloco de perguntas, os objetivos centram-se sobretudo nos requisitos mais valorizados pelo jovem investigador na escolha do RI, procurando que este dê o seu contributo no melhoramento do RI e tentando analisar o peso que os condicionantes externos, como os incentivos financeiros, têm relativamente à sua utilização.

Este tipo de guião, criado para uma entrevista semiestruturada, permite uma maior liberdade nas questões colocadas e nas respostas dadas (Amado, 2017, pp. 208–209) fazendo com que, num curto espaço de tempo de 5 a 10 minutos, seja possível, analisar o comportamento do jovem investigador face ao objeto de estudo. Na construção deste guião, procurámos discutir os tópicos-chave, seguindo os objetivos previamente delineados em cada um dos blocos de questões. Perceber o peso que o RI tem na sua publicação científica, destacando o auto-depósito e a utilização do RI ou mesmo de outro tipo de repositórios. De seguida, procurámos perceber a frequência de utilização e a forma como são utilizados os RI. Por último, tentámos entender como este instrumento pode ser melhorado e se o contexto em que este se insere contribui para uma maior ou menor utilização, nomeadamente o financiamento ou outro tipo de mecanismos, como por

exemplo, a existência de políticas obrigatórias de depósito. A construção das questões para este guião baseou-se no pressuposto de que existe uma baixa utilização do RI e o porquê disso estar a acontecer (Ten Holter, 2020, p. 1).

Com base na revisão de literatura, constatámos que a perceção do jovem investigador sobre o RI era diminuta ou quase inexistente. Por outro lado, embora tenha sido feito um esforço ao longo de décadas para associar o RI ao movimento de ciência aberta, incentivando o auto-arquivo, nem todos os Investigadores reconhecem os seus benefícios a curto ou médio prazo (Narayan & Luca, 2017, p. 17). Por fim, percebemos que ainda existem limitações relativas ao interface do RI e às suas funcionalidades e, por isso, procurámos identificar quais os requisitos que podem permitir ultrapassar essas dificuldades na sua utilização (Callicott, 2015, pp. 3–4). Embora os estudos anteriores sejam um bom indício da tendência atual, queríamos verificar junto de jovens investigadores portugueses, utilizadores de dois repositórios institucionais distintos, se esta é também a realidade nacional. No Quadro 3 estão exemplificados os objetivos gerais e específicos de cada bloco de perguntas e que serviram como referencial para a construção do guião da entrevista.

Quadro 3 - Objetivos por bloco de perguntas

Objetivos Gerais	Objetivos específicos
PARTE I- PERCEÇÕES SOBRE O REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL	Compreender o entendimento que o Jovem Investigador tem do Repositório Institucional da sua Faculdade/Instituto/Escola;
	Esclarecer a sua perceção sobre o que é o auto depósito e a importância dada ao RI.
PARTE II- COMPORTAMENTOS INERENTES À UTILIZAÇÃO DO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL	Identificar a disponibilidade do Investigador na utilização do RI;
	Se conhecem outros RI e de que forma estes são utilizados (downloads; Leitura; visualização)
	De que forma a promoção de ações de formação, pela Faculdade junto da Comunidade Científica, é importante para o aumento da utilização do RI.
PARTE III- REQUISITOS NA ÓTICA DO INVESTIGADOR	De que forma podemos melhorar a interface do RI para aumentar o número de utilizações?

	Qual o requisito que importa implementar nos Repositórios Institucionais na perspetiva do Investigador?
	Os incentivos financeiros são uma contrapartida que importa explorar?

Fonte: Elaborado pela autora.

2.5 Os jovens investigadores: convite à participação

A partir da seleção das Universidade e das UO, passámos à recolha dos respetivos contactos dos jovens investigadores. Os endereços de email foram obtidos através das páginas dos departamentos da FC, da UL e da FE, da UP, e foram sendo agrupados numa folha de *MS Excel*. Na Figura 2, podemos verificar que, para além do nome do investigador, também foi possível encontrar o email e a categoria profissional, em cada uma das páginas das faculdades supramencionadas, os quais foram fundamentais para a seleção dos indivíduos da entrevista. Aqui, foi possível efetuar um primeiro contacto por email, com a carta convite (Apêndice C).

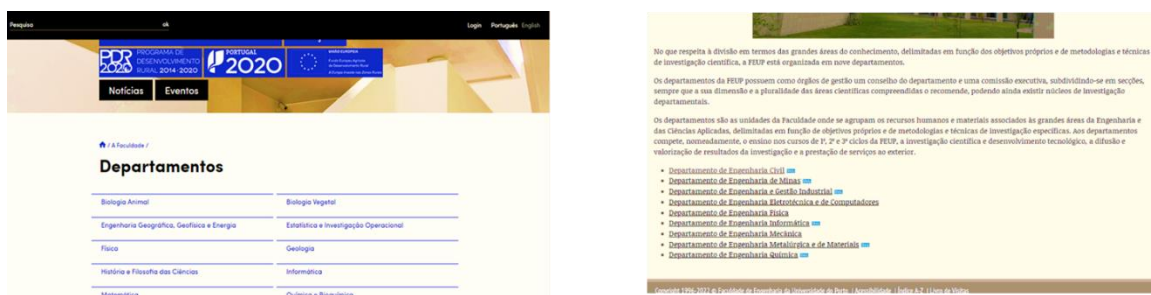


Figura 2 - Printscreen da página dos departamentos da Faculdade de Ciências (à esquerda) e da Faculdade de Engenharia (à direita)

Fonte: Faculdade de Ciências Universidade de Lisboa (2022) e Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (2022)

Por uma questão de gestão de tempo, optou-se por enviar, numa primeira fase, os emails para os Investigadores da FC da UL, num total de 38. Destes, 5 vieram devolvidos, uma vez que o endereço de email já não se encontrava ativo, 27 vieram sem resposta, mas conseguimos agendar 3 entrevistas. Obtivemos ainda resposta por parte de 3 investigadores, com a indicação que tinham mudado de profissão. Uma vez que a taxa de resposta se revelou bastante baixa, realizou-se um lembrete 12 dias mais tarde, permitindo

obter mais 3 respostas positivas para agendamento. Depois, passámos ao envio dos emails para os jovens investigadores da FE da UP, num total de 49 emails enviados. Para além destes, enviámos no mesmo dia e já numa 2.^a fase de envio e agendamento, emails para mais 41 Investigadores da FC, que, entretanto, foram selecionados para este estudo com base nas premissas já indicadas anteriormente. Todos os emails foram enviados entre 14 e 29 de maio de 2022, num total de 128 emails, dos quais conseguimos agendar 17 entrevistas. Destas, apenas foram realizadas 16²⁶ uma vez que um dos contactos não atendeu à hora agendada, sendo que 15 entrevistas foram realizadas em português e uma das entrevistas foi realizada em inglês, por solicitação do investigador contactado. No email de convite à participação, para além da identificação do tópico em análise, foi assegurado o consentimento para a gravação e para a transcrição. Para além disso, realçámos a importância da participação do investigador neste estudo, tendo sido mencionada a duração da entrevista e a forma como tinham sido selecionados (Leavy, 2017, pp. 33–34).

Existem algumas limitações associadas a esta técnica. Ao fazermos um primeiro contacto, procuramos avaliar qual a receptividade do nosso público-alvo. Partindo do princípio de que os sujeitos se encontram no ativo, até pela primeira análise efetuada junto do *CiênciaVitae*, em que podemos ver quais as competências e áreas de interesse, o contacto via email foi efetuado ao fim de semana. Relativamente à proposta de data de agendamento, optámos por avançar com algumas datas para a semana seguinte ao contato, dando liberdade ao entrevistado para agendar a hora e o dia útil. Esta poderá ser uma forma de ultrapassarmos a barreira dos horários de trabalho: “One way to reduce this type of non-response is for the interviewer to ask politely at the outset whether this is a convenient time to speak or whether s/he should call back later at a more suitable time, and then negotiate a time for the call-back” (Williamson & Johanson, 2018, p. 183).

Na concretização da entrevista por telefone, começámos por uma conversa informal, introdutória e que serviu para “quebrar” alguma desconfiança que poderia eventualmente existir sobre esta temática ou sobre a forma como as entrevistas iriam ser conduzidas. Nesta nota introdutória, explicámos o objetivo, a duração e a garantia do anonimato. Depois, procurámos focar-nos nos RI, com algumas perguntas sobre o tempo de experiência com o RI, abrangendo o período estudantil e o início de carreira, enquanto

²⁶ As transcrições das entrevistas encontram-se disponíveis no Apêndice D.

investigador independente. De seguida, para terminar esta introdução ao tema, finalizámos com o pedido de identificação do RI utilizado atualmente. A entrevista foi gravada por telefone, solicitando consentimento prévio ao entrevistado para o fazer.

A maior dificuldade sentida neste primeiro contacto foi a baixa taxa de resposta dos investigadores ao email enviado, embora se tenha privilegiado um dia não útil para o envio do mesmo. Este resultado poderá estar relacionado com o número crescente de inquéritos que circulam e às agendas e afazeres do dia-a-dia do jovem investigador. Daí que seja importante encontrar incentivos à participação evitando o obstáculo da não resposta (Williamson & Johanson, 2018, p. 163).

2.6 Entrevista semiestruturada por telefone

Após um primeiro contacto inicial, em que os investigadores foram abordados no sentido de saber a sua disponibilidade e perceber a sua sensibilidade para o tema, avançámos para o agendamento das entrevistas telefónicas, seguindo um guião e dando margem para os entrevistados exprimirem as suas opiniões sobre os RI a vários níveis (*Interface*; Acesso; Depósito; Facilidade de comunicação com o gestor do RI; Requisitos mínimos, Aspectos em conformidade e a melhorar). Para tal, utilizámos perguntas abertas, uma vez que pretendíamos ter dados com reduzido condicionamento. Também foram utilizadas, em alguns casos, perguntas de escolha múltipla.

A escolha deste tipo de técnica de recolha de dados justifica-se pela dinâmica que se constrói entre entrevistado e entrevistador, muito embora não exista proximidade física: “Interviews (and observations) should begin from the premise that a power imbalance exists between the data collector and the participants” (Creswell & Creswell, 2018, p. 94). A escolha da entrevista semiestruturada, utilizando o telefone como ferramenta de recolha de dados, deveu-se a três fatores: a situação de desconfinamento atual e, por isso, à redução de tempo após um período de dois anos confinados, a facilidade com que esta é agendada e os custos reduzidos. Por outro lado, percebe-se que a entrevista por esta via poderá gerar uma maior disponibilidade do entrevistado, pois não precisa de se deslocar, e ajuda a ultrapassar questões sociais, de timidez ou falta de tempo (Williamson & Johanson, 2018, pp. 175–177).

Após uma introdução do entrevistador junto do entrevistado, que teve como objetivo fazer uma abordagem ao trabalho e explicar a importância do seu contributo para este estudo, passámos à gravação consentida (Freitas, 2013, p. 107), para posterior transcrição dos dados.

2.7 O processo de análise de dados: temas, categorias e codificação

A análise de conteúdo foi efetuada a partir de uma leitura sistemática das transcrições das entrevistas realizadas aos jovens investigadores, em que utilizámos uma abordagem por temas centrais, categorias e a respetiva codificação. Sendo o tema central o RI, dando depois ênfase aos subtemas, procurou-se com as respostas às perguntas revelar a essência do conteúdo (Morse, 2008). A partir daqui, procurou-se ordenar a informação por categorias e subcategorias. Embora as categorias tenham sido construídas previamente, com base nos objetivos que se pretendiam alcançar, à medida que fomos avançando na análise de conteúdo foram surgindo categorias emergentes. A abordagem utilizada na leitura das gravações áudio foi a de efetuar uma transcrição, o mais fiel possível, das entrevistas, captando emoções e reações a determinadas questões, detetando as pausas e analisado o timbre de voz na resposta às mesmas. O objetivo da análise qualitativa é transformar dados aleatórios, em resultados válidos, dando a conhecer as nossas descobertas (Williamson & Johanson, 2018, p. 454).

2.7.1 Os temas em análise: a perceção, o comportamento e os requisitos

Os temas centrais eram a perceção, o comportamento e os requisitos do jovem investigador relativamente ao RI. Em primeiro lugar, procurámos perceber se o jovem investigador via o RI como um meio de difusão da sua produção científica. Para essa questão, procurámos que este desse uma resposta em percentagem, o que nos permitia quantificar e comparar de forma mais fácil os diferentes resultados. Também procurámos perceber se este conhecia o significado de “auto-depósito”. Uma vez que este é um conceito associado à Ciência Aberta, deveria ser fácil identificá-lo, sem pausas na resposta ou dando informações em forma de pergunta. O segundo bloco de questões permitiu-nos inferir sobre o tipo de comportamento que o jovem investigador tem face ao RI, percebendo o tempo despendido com o mesmo ou com outros fora da sua instituição

e se, de facto, este sentia falta de ações de formação que aumentassem o seu conhecimento e utilização do RI. Por último, analisámos o RI ao nível das funcionalidades a explorar e se estas eram de facto percebidas como um requisito pelo jovem investigador.

Tentámos também perceber se as novas funcionalidades faziam parte dos requisitos a melhorar, perguntando sobre qual a ferramenta que gostariam de ver incorporada no RI. Deste último bloco de perguntas também fez parte uma última questão sobre os incentivos financeiros, e de que forma estes poderiam ser um dos motivadores para o aumento de utilizadores, ou se existiam outros incentivos mais pertinentes sob o ponto de vista do investigador.

2.7.2 A análise das transcrições: recorte e diferenciação vertical e o reagrupamento e recorte horizontal

Na análise dos dados transcritos, optámos por utilizar categorias pré-definidas, as quais, com a progressão na análise de dados, foram sendo reajustadas e aumentadas. A nossa abordagem na análise de dados passou por dois processos descritos por Amado (Amado, 2014, p. 319): o recorte e diferenciação vertical e o reagrupamento e comparação horizontal.

No recorte e diferenciação vertical da entrevista, optámos por transcrever de forma mais completa possível as gravações áudio, no entanto, devido às limitações de tempo e porque nem todos os comentários realizados durante o decorrer da entrevista eram revelantes para o nosso estudo, porque não se enquadravam nas categorias pré-definidas ou noutras eventualmente emergentes, optámos por não considerar algumas conversas marginais ao objeto de estudo.

Numa primeira fase de análise dos dados, limitámo-nos a transcrever a entrevista na íntegra, tendo o cuidado de nos cingir às questões colocadas. Numa segunda fase, passámos a uma análise mais detalhada da informação, recorrendo novamente ao áudio para captarmos reações ou palavras que poderiam não ter sido compiladas ou mal interpretadas durante a fase preliminar de análise. Aqui, aproveitámos para tirar algumas notas que nos pareceram relevantes sobre a reação dos entrevistados, como o impacto a determinadas questões, pausas e respostas em forma de perguntas. Assim, foi possível uma interpretação mais fiel das questões colocadas, permitindo associar as respostas aos

temas, às categorias pré-estabelecidas e criar novas categorias com base na leitura do conteúdo e do seu significado. No Quadro 4, identificamos um exemplo de recorte e diferenciação vertical aplicado à transcrição da primeira entrevista.

Quadro 4 - Recorte e diferenciação vertical da entrevista 1

EXPERIÊNCIA COM O REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL (Utilizador há pouco tempo ou sem experiência de utilização)

FCUL1(F) Nº anos de experiência: Há 1 ano (desde 2021)

O REPOSITÓRIO VISTO COMO UMA FERRAMENTA DE PRESERVAÇÃO (RI VISTO COMO FERRAMENTA DE PRESERVAÇÃO E NÃO DE DIVULGAÇÃO)

A1. FCUL1(F) Resposta: 20%

CONHECIMENTO DE CONCEITOS ASSOCIADOS AO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL (UTILIZADOR SENSIBILIZADO PARA O TEMA)

A2. FCUL1(F) (Hesitação) terá que ser o investigador a colocar os seus dados, a sua investigação, os seus artigos num local.

PERCEÇÃO FACE A OUTRAS FERRAMENTAS WEB (É O REPOSITÓRIO A FERRAMENTA MAIS UTILIZADA NA PRESERVAÇÃO E DIVULGAÇÃO): NÃO

A3. FCUL1(F) Não! (Em caso negativo perguntamos qual é a que utiliza mais) Sobretudo bases internacionais, portando o ORCID o PubMed, todo esse tipo de repositórios que acaba por ser, não são, são automáticos, não é? E: Mas utiliza algum repositório de dados, por exemplo? O Bioarxiv ou...R: Já utilizei sim, o bioarxiv.

COMPORTAMENTO DO INVESTIGADOR RELATIVAMENTE AO RI-POUCO TEMPO DISPENDIDO NA UTILIZAÇÃO DO RI

A4. FCUL1(F) Sim, seria a última opção, uma a duas vezes por ano.

COMPORTAMENTO DO INVESTIGADOR FACE A OUTROS RI- NÃO UTILIZA OUTROS

A5. FCUL1(F) Não!

AS AÇÕES DE DESTAQUE PARA O INVESTIGADOR-NECESSIDADES

A6. FCUL1(F) Sim, quer dizer, talvez perceber as vantagens e desvantagens do auto depósito.

REQUISITO DO INVESTIGADOR FACE ÀS FUNCIONALIDADES DO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL- APENAS UM REQUISITO

A7. FCUL1(F) Talvez a difusão na comunidade. E: A difusão online da produção científica?
R: Sim.

A IMPORTÂNCIA DA SINCRONIZAÇÃO PARA O JOVEM INVESTIGADOR:
IDENTIFICAÇÃO DA PLATAFORMAS MAIS IMPORTANTES

A8. FCUL1(F) Sim, talvez o CiênciaVitae.

NÃO É UM FACTOR IMPORTANTE PARA O AUMENTO DO AUTODEPÓSITO-
OUTROS FACTORES DE PESO

A9. FCUL1(F) (Ri-se) Não. Claro que o financiamento é sempre um incentivo, agora eu para mim, na minha opinião pessoal eu mesmo não percebo o objetivo e importância desse auto depósito nestes repositórios, quando existem repositórios, aliás acho que deviam funcionar ao contrário, estes repositórios deveriam de estar associados ou poder sincronizar eles próprios a outras bases de dados como o Ciênciavitae ou o ORCID e não o contrário.

Fonte: Elaborado pela autora.

Após uma primeira análise a cada um dos documentos, em que atribuímos uma cor diferente a cada tipo de categoria e subcategoria, passámos à comparação horizontal entre diferentes entrevistas. Este método de análise de conteúdo permite-nos comparar unidades de registo distintas (palavras, temas ou assuntos) entre cada um dos entrevistados (Amado, 2014, p. 324). No Quadro 5, exemplificamos, através de três entrevistas diferentes, a análise realizada e como esta nos permitiu elaborar o quadro final com as categorias, subcategorias, indicadores e unidades de registo, ordenando o conteúdo da informação por similaridades.

Quadro 5 - Recorte horizontal- comparação entre três entrevistados diferentes

O FINANCIAMENTO NÃO É UM FACTOR IMPORTANTE PARA O AUMENTO DO
AUTODEPÓSITO- OUTROS FACTORES DE PESO

A9. FCUL1(F) (Ri-se) Não. Claro que o financiamento é sempre um incentivo, agora eu para mim, na minha opinião pessoal eu mesmo não percebo o objetivo e importância desse auto depósito nestes repositórios, quando existem repositórios, aliás acho que deviam funcionar ao contrário, estes repositórios deveriam de estar associados ou poder sincronizar eles próprios a outras bases de dados como o Ciênciavitae ou o ORCID e não o contrário.

E9. FEUP2(M) Existem incentivos mais importantes. Divulgação da minha investigação e reconhecimento do meu trabalho.

O PAPEL DOS INCENTIVOS FINANCEIROS NO AUMENTO DO AUTODEPÓSITO- O
FINANCIAMENTO É UM FACTOR IMPORTANTE

D9. FCUL3(M) Poderia ser interessante essa possibilidade. Na minha área publicamos mais artigos científicos e se quisermos publicar em *open access* temos que pagar o *fee*, se esse *fee* fosse pago pelas faculdades seria fácil disponibilizar os artigos. Seria interessante haver uma participação das Instituições.

Fonte: Elaborado pela autora

Os métodos acima descritos fizeram parte de todo o procedimento de análise, o qual envolveu a sistematização de informação de 16 entrevistas telefónicas. Este tipo de metodologia tem a vantagem de permitir uma interpretação mais fiel do sentido de resposta do investigador, procurando refletir o seu significado nos resultados, permitindo encontrar temas e categorias alinhadas em pontos convergentes e divergentes e que resultam nas descobertas deste estudo.

2.7.3 A análise de conteúdo: a definição de categorias

Numa fase inicial da investigação, através da pesquisa bibliográfica e da elaboração de um primeiro esboço do mapa conceptual, foi possível a construção de um guião de entrevista assente em três temas e subdividido em determinadas categorias. Esta conceptualização surge a partir da pergunta de partida e vai evoluindo à medida que o conteúdo começa a ser analisado e as categorias e subcategorias são ajustadas. Este é um processo que pode surgir de forma indutiva, de cima para baixo, com as categorias a surgirem à medida que vamos criando a fundamentação teórica do nosso estudo. A partir daqui, é possível assumirmos as categorias antigas ou formular novas categorias. Isto concretiza-se, fazendo uma verificação formativa da confiabilidade, através de uma revisão das categorias o que, no fim, exige um trabalho final (Quadro 6), através dos textos, permitindo uma verificação sumativa da confiabilidade (Mayring, 2001).

Quadro 6 - Recorte horizontal- comparação entre entrevistas diferentes

Categorias	Sub categorias (Codificação)	Indicadores	Unidades de registo
Investigador	Muito experiente	Mais de 5 anos de experiência	FCUL3(M) - 10 anos. A utilização é muito esporádica. FEUP3(M) - 13 anos de experiência com intervalos. Usei mais durante a minha dissertação de mestrado, com intervalos no meio.
	Pouco experiente	Menor ou igual a 5 anos de experiência	FCUL1(F) - Há 1 ano (desde 2021) FCUL2(M) - Não tenho experiência. Não tenho contacto com o RI. No outro

			Instituto tinham essa preocupação. <u>Desde 2014, altura em que estou na FC nunca me pediram.</u>
Importância	Muito importante	Resposta com uma percentagem igual ou superior a 50%	E1. FEUP2(M) - 80% G1. FEUP4(F) 50%
	Pouco importante	Resposta com uma percentagem inferior a 50%	A1. FCUL1(F) - 20% B1. FCUL2(M) - 20%
Conceitos	Define o conceito de auto-depósito	Identifica este e outros conceitos	A2. FCUL1(F) (Hesitação) terá que ser o investigador <u>a colocar os seus dados</u> , a sua investigação, os seus artigos num local. D2. FCUL3(M) <u>A capacidade de eu ir depositar lá qualquer coisa.</u>
	Tem dificuldade em saber do que se trata	Não sabe do que se trata (hesitação). Identifica erradamente.	B2. FCUL2(M) - <u>O local onde a instituição pode armazenar o nosso trabalho científico</u> , ao nível de artigos, teses, que possa vir a ser útil mais tarde para alguém que possa vir a consultar que não próprio. C2. FEUP1(M) <u>Não sei. É a primeira vez que estou a ouvir isso.</u> Algo que eu faço? Crio um arquivo meu e vou lá colocando as coisas? (Depois de um esclarecimento do conceito) É de minha iniciativa colocar os artigos no repositório.
Preservação e difusão	O RI é a ferramenta mais utilizada	Resposta afirmativa	E3. FEUP2(M) <u>Sim.</u> L3. FEUP6(F) <u>Sim.</u>

	Dá mais importância a outras ferramentas para esta função	Resposta negativa e enumeração de outras ferramentas online	A3. FCUL1(F) <u>Não!</u> B3. FCUL2(M) <u>Claramente Não.</u>
Utilização	O RI faz parte do uso diário ou semanal	Todos os dias; uma vez por semana	E4. FEUP2(M) - <u>Todos os dias.</u> L4. FEUP7(F) - <u>Todas as semanas.</u>
	O RI é raramente utilizado	Uma vez por mês, uma a duas vezes por ano	A4. FCUL1(F) (...) <u>uma a duas vezes por ano.</u> B4. FCUL2(M)- <u>Uma a duas vezes por ano.</u>
Outros Repositórios	Conhece e enumera outros repositórios	Identifica repositórios institucionais	B5. FCUL2(M) (...) se considerarmos a internet ou via <i>Google Scholar</i> em que temos acesso a alguns repositórios de instituições americanas, nesse aspeto sim (...) D5. FCUL3(M) - <u>Utilizo o repositório da Universidade de Coimbra</u> para ir buscar umas teses de algumas pessoas que trabalham na mesma área.
	Não conhece outros repositórios ou enumera páginas que não são repositórios	Identifica portais ou páginas que não são considerados repositórios ou responde negativamente	A5. FCUL1(F) - <u>Não!</u> C5. FEUP1(M) - Só o Repositório pessoal. Não. <u>Por vezes utilizo o <i>ResearchGate</i>.</u> Não sei se pode ser considerado um repositório.
Ações de formação	Identificação de ações de formação	Identifica ações de formação e dá exemplos de novas ações	A6. FCUL1(F) - Sim, quer dizer, talvez <u>perceber as vantagens e desvantagens do auto depósito</u> C6. FEUP1(M) - <u>As vantagens e desvantagens</u>

	Pouco interesse sobre o tema	Responde negativamente à identificação de ações de formação sobre o tema	B6. FCUL2(M) – Auto depósito. Não vejo grande interesse. D6. FCUL3(M) (...) <u>Não é dada importância significativa para estar a depositar aí os trabalhos.</u>
Funcionalidades	Identificação de vários requisitos	Das várias hipóteses apresentadas identifica várias	B7. FCUL2(M) - A difusão online da produção científica da Universidade e Ter a informação científica num único local. E7. FEUP2(M) A divulgação e promoção de futuras colaborações.
	Identificação de um requisito ou menos	Apenas identifica uma ou nenhuma	A7. FCUL1(F) - Talvez a difusão na comunidade C7. FEUP1(M) -A difusão online da produção científica
A Sincronização	A importância da interoperabilidade	Enumera uma ou mais ferramentas que importa sincronizar	A8. FCUL1(F) Sim, talvez o <u>CiênciaVitae</u> B8. FCUL2(M) <u>CiênciaVitae</u>
	A sincronização não é um requisito	Não é a favor da sincronização	F8. FEUP3(M) <u>Nenhuma</u>
Incentivos financeiros	Outros fatores	O financiamento não é o incentivo fundamental	A9. FCUL1(F) (Rise) - <u>Não</u> C9. FEUP1(M) <u>Existem outros incentivos mais importantes</u>
	Fundamental	O incentivo financeiro influencia o aumento de depósitos. O auto depósito não tem qualquer interesse.	D9. FCUL3(M) - <u>Poderia ser interessante essa possibilidade</u> G9. FEUP4(F) <u>Sim</u>

Fonte: Elaborado pela autora

Em que medida as perceções e os requisitos do jovem investigador influenciam o seu comportamento relativamente ao RI? Qual é a sua opinião sobre o repositório? Será este visto como um veículo para a preservação, divulgação ou simplesmente como um

meio de acesso à produção científica? De que forma esta visão condiciona os seus comportamentos? A abordagem metodológica desta investigação foi feita com base na premissa de que a análise de conteúdo da comunicação efetuada através das entrevistas telefónicas permite-nos responder a estas questões, detetando pontos fortes e fracos dos RI, ao inquirir uma comunidade científica de contextos geográficos diferentes, mas oriunda do mesmo tipo de instituição de acolhimento: a universidade pública portuguesa.

3 DADOS E RESULTADOS DO INQUÉRITO POR TELEFONE

O aparecimento de novos mecanismos online de disseminação da comunicação e preservação poderão ser os motivadores, necessários, à reinvenção do RI, conduzindo-o a um lugar cimeiro como ferramenta fundamental para os investigadores e para a produção científica nacional. Para tal, é fundamental que estejam presentes no seu crescimento todos os atores envolvidos, nomeadamente: bibliotecários, gestores de repositórios, editores, promotores da Ciência Aberta, investigadores e todos aqueles que direta ou indiretamente contribuem para o crescimento do RI. O nosso estudo centra-se na perceção, requisitos e comportamentos dos jovens investigadores portugueses, em início de carreira, sobre o RI. Embora sejam vários os estudos sobre o RI, em Portugal (Amaral, 2014; Ferreira, 2020; A. M. E. Miguéis, 2012), poucos são os que versam sobre o investigador e, muito menos, no jovem em início de carreira. Neste capítulo, procurámos identificar, através da análise de respostas semelhantes e discordantes, fornecidas pelo jovem investigador, diferentes indicadores, tais como o tipo de utilização, a perceção sobre a importância do RI e se, na perspetiva deste, fatores, como o incentivo financeiro, são determinantes para o aumento do auto-arquivo em Portugal.

3.1 Dados gerais da entrevista

Sendo o tema central o RI e o sujeito de estudo o jovem investigador seleccionámos 128 investigadores que correspondiam, numa primeira abordagem, efetuada através da consulta às páginas institucionais e do respetivo *Ciênciavita*, ao perfil de um jovem investigador. Conforme mencionado, identificámos como jovem o investigador doutorado, no ativo, com uma experiência igual ou inferior a 10 anos como profissional independente. Identificámos 79 Investigadores, na FC, e 49 Investigadores, na FE, com o perfil desejado. Após o envio do convite à participação obtivemos 20 respostas, correspondendo a uma taxa aproximada de 16% do universo geral da nossa amostra. No caso da FC, conseguimos entrevistar sete jovens investigadores, correspondendo a 9% da amostra selecionada e, no caso da FE, conseguimos uma representatividade de 18% da amostra total para aquela Faculdade. Conseguimos agendar 17 entrevistas, tendo sido realizadas 16. Estas foram efetuadas entre os dias 27 de maio e 9 de junho de 2022, durante o dia, em hora e data escolhidas pelo entrevistado.

Antes da realização da entrevista, procedemos à recolha dos contactos, o qual foi efetuado recorrendo ao motor de busca *Google*, a partir do qual, procurámos as páginas das Universidades e respetivas faculdades selecionadas para o nosso estudo. A cópia dos nomes dos departamentos, dos investigadores, respetiva categoria profissional e endereços de email foi efetuada recorrendo à folha de cálculo *MS Excel* (Microsoft 365). Na resposta ao nosso convite foi-nos disponibilizado o número de telemóvel ou o número de telefone profissional.

Quadro 7 - Identificação dos entrevistados por universidade, faculdade, departamento e sexo

Departamento	Universidade de Lisboa Faculdade de Ciências	Universidade do Porto Faculdade de Engenharia	Mulher	Homem
Biologia Animal	2		1	1
Geologia	1			1
Engenharia Informática		2		2
Química e Bioquímica	3		2	1
Engenharia metalúrgica e de materiais		1		1
Engenharia Civil		2	1	1
Engenharia eletrotécnica e de computadores		1	1	
Engenharia Química		2	2	
Engenharia de mecânica		1	1	
História e Filosofia das Ciências	1		1	
TOTAL	7	9	9	7

Fonte: Elaborado pela autora

Se observarmos a amostra que representa o número total de inquiridos do nosso estudo (Quadro 7), podemos constatar que a diferença de respostas entre Universidades não difere substancialmente, havendo um hiato de apenas dois entrevistados, pendendo o maior número de respostas para a FE da UP. No caso da FC, a maioria dos respondentes foi do departamento de química e bioquímica; no caso da FE, três departamentos ficaram *ex-equo* na resposta ao nosso inquérito: o departamento de engenharia informática, o de engenharia civil e o de engenharia química. Importa referir que, no caso do departamento de química e bioquímica, foram enviados 21 convites, representando 26,5% do total do universo para o qual foi enviado email. No caso da UP, foram enviados 26 convites para os departamentos supracitados, representando 53% do total da amostra total selecionada para a entrevista. Quanto ao sexo, identificou-se uma ligeira diferença de apenas dois entrevistados entre homens e mulheres, resultando num maior número de respostas femininas.

3.2 A experiência na utilização do Repositório Institucional: perfil do investigador

Conforme mencionado no Capítulo 2, a escolha destas Faculdades foi feita com base no número de depósitos nas respetivas coleções, tendo estas o maior número de documentos em cada uma das comunidades em que se inserem. Uma vez que a nossa pergunta de partida versava sobre a forma como as perceções e os requisitos do jovem investigador poderiam influenciar o seu comportamento relativamente ao RI, procurámos, numa primeira introdução ao tema, perceber os anos de experiência do investigador com o RI e qual o nome do Repositório que utiliza.

Como abordagem inicial, pretendemos, em primeiro lugar, perceber se este era um utilizador experiente e por isso mais sensibilizado para as questões que seriam colocadas na entrevista e, por outro lado, identificar qual o RI utilizado e se o nome referido, correspondia, de facto, a um RI ou se pelo contrário, correspondia a uma outra ferramenta de disseminação e preservação.

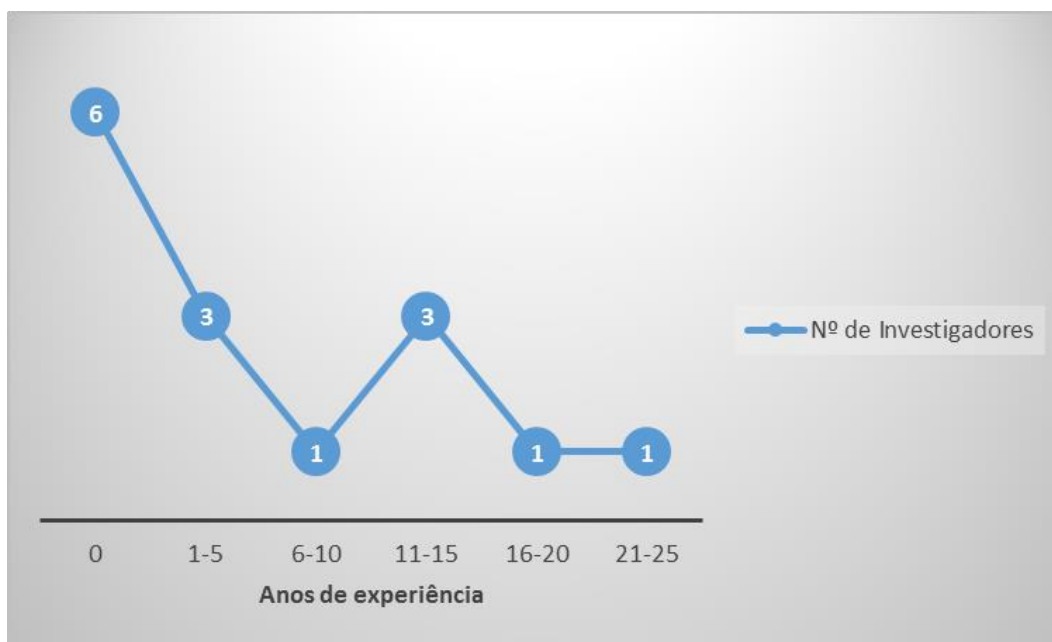


Gráfico 2 - Anos de experiência com o Repositório Institucional (n=15)

Ao contrário do que seria de esperar, pelo elevado número de depósitos das faculdades seleccionadas para este estudo, a maioria dos entrevistados tinha pouca experiência ou nenhuma com o RI. Se observarmos o Gráfico 2, relativamente aos anos de experiência com o RI, destacam-se 3 períodos temporais. Em grande maioria e tendo

como base o indicador referido no Quadro 6, destaca-se o período dos 0 anos de experiência, enquadrando-se na categoria dos pouco experientes, seguido, em igualdade de número, de 1 a 5 e de 11 a 15 anos de experiência. Destes resultados, evidencia-se, em primeiro lugar, a falta de experiência com o RI, tendo sido utilizadas expressões como «Não utilizo nenhum repositório institucional» ou «Nunca utilizei». De notar que, na sua maioria, os investigadores justificaram a ausência de utilização do RI, com o facto de recorrerem a motores de busca como o *Google Scholar* e, por isso, quando existe utilização de RI, esta ser uma utilização aleatória, em que procuram um trabalho de uma determinada pessoa, especialista na sua área de investigação. Alguns dos investigadores, mencionaram, inclusive, que têm o seu próprio repositório pessoal ou têm uma página pessoal onde colocam as referências dos seus trabalhos científicos. Daqueles que utilizavam o repositório de 16 a 25 anos, grande parte mencionou que já o faziam desde o seu período de estudante, tendo iniciado, em alguns casos, na altura do mestrado. Numa das respostas, não foi possível perceber o número de anos de experiência com o Repositório, e por isso, não foi contabilizada nesta contagem.

A partir desta primeira introdução à entrevista, e ainda não tendo iniciado o primeiro bloco de perguntas temáticas, procurámos saber, junto dos entrevistados que responderam afirmativamente sobre a utilização do RI, qual o nome do RI utilizado atualmente. No entanto, a maioria não respondeu a esta questão, por desconhecimento, sendo que aqueles que responderam identificaram o Repositório da UL, o da UP ou o da UC. Em alguns casos, foi ainda mencionada a utilização de outras ferramentas, como o *biblios* e o *authenticus*. Depois de uma pesquisa na internet, identificámos o *biblios*, como um gestor de referências bibliográficas da FC (<https://biblios.ciencias.ulisboa.pt/>) e o *Authenticus* (<https://www.authenticus.pt>), como um software de indexação da produção científica, com o objetivo de tornar-se um Repositório Nacional.

Evidencia-se, pelas respostas dadas nesta primeira introdução à entrevista, que a grande maioria dos investigadores têm pouca experiência sobre o tema, o que poderá condicionar o seu entendimento sobre certas questões, daí que se tenha tentado, sempre que solicitado pelo entrevistado, o esclarecimento de determinados conceitos.

3.3 As percepções: o grau de importância do repositório institucional

Com o primeiro bloco de questões, procurávamos aferir sobre a importância do RI ou a ausência desta importância, enquanto promotor da divulgação científica, segundo a percepção do jovem investigador. Esta resposta permitiu-nos criar uma associação entre a revisão de literatura e os estudos empíricos anteriores, sobre percepções relativamente aos RI. Embora a análise bibliográfica e empírica não seja totalmente representativa do todo, permite aferir sobre a forma como os investigadores perspetivam o RI no seu quotidiano científico e perceber se esta é também a realidade dos jovens investigadores portugueses.

3.3.1 A promoção da divulgação científica

A pergunta - De 0 a 100%, em que medida o Repositório Institucional promove a divulgação da sua produção científica? - foi realizada, permitindo uma margem de resposta de 0 a 100%, sendo que o espectro de respostas poderia ser bastante alargado. Para balizar os resultados, optou-se por criar uma categoria quanto à importância do RI na divulgação científica, dividindo as respostas, com percentagem igual ou superior a 50%, como muito importante, com a percentagem inferior a 50% como pouco importante. Constatámos que a percepção dos jovens investigadores sobre a importância do RI, enquanto ferramenta de divulgação da Ciência, continua a ser muito baixa. A maioria dos inquiridos, quando questionados sobre a percentagem que atribuíam ao RI enquanto promotor da divulgação da sua produção científica, indicou uma percentagem igual ou inferior a 20% (Gráfico 3).

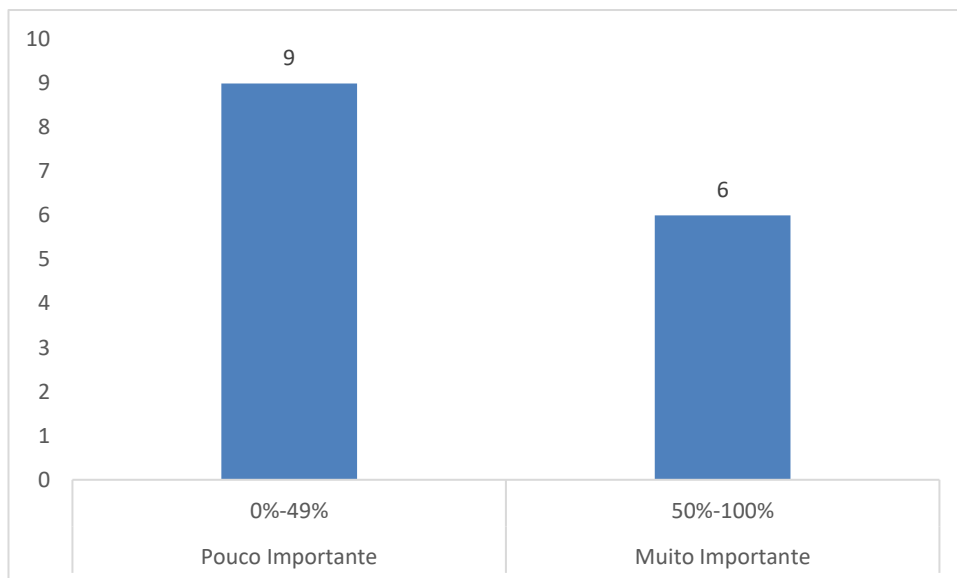


Gráfico 3 - Percepção sobre a importância do RI na promoção da produção científica (n=15)

Este resultado é similar a estudos internacionais anteriores, em que se evidencia a necessidade de demonstrar, junto dos investigadores, a importância do RI, enquanto promotor da Comunicação Científica (Boufarss, 2010, p. 10; Nazim & Mukherjee, 2011, p. 16). Estes resultados demonstram a desvalorização do RI enquanto ferramenta de promoção do trabalho científico, e por isso importa identificar se esta ideia, parte de uma ausência de iniciativas de promoção contínua do RI, em que falta um discurso sobre os seus benefícios institucionais e profissionais junto da comunidade académica, ou parte de uma ausência de conhecimento sobre conceitos inerentes ao RI, por manifesta falta de interesse.

3.3.2 O auto-arquivo

Com base na revisão da literatura constatámos que o auto-arquivo ou auto-depósito não é praticado por grande parte dos investigadores e essa é uma constatação transversal a quase todas as áreas científicas. Por esse motivo, incluímos na nossa entrevista uma pergunta com o intuito de perceber se o investigador entendia o que era este conceito e se percebia quais os princípios inerentes ao mesmo. Solicitámos ao investigador que caracterizasse, em poucas palavras, o que entendia por auto depósito. Neste sentido, definimos duas tipologias consoante as respostas dadas: “Define o conceito de auto depósito” e “Tem dificuldade em saber o que se trata”. Uma das definições de auto depósito poderá ser: “Self-archiving by the author (pre or post-print, monographs,

book chapters, grey literature, peer reviewed conference proceedings) in repositories-institutional/disciplinary/ personal” (Chatterjee et al., 2013, p. 129) e é a partir deste significado, que iremos representar as perceções no Gráfico 4.

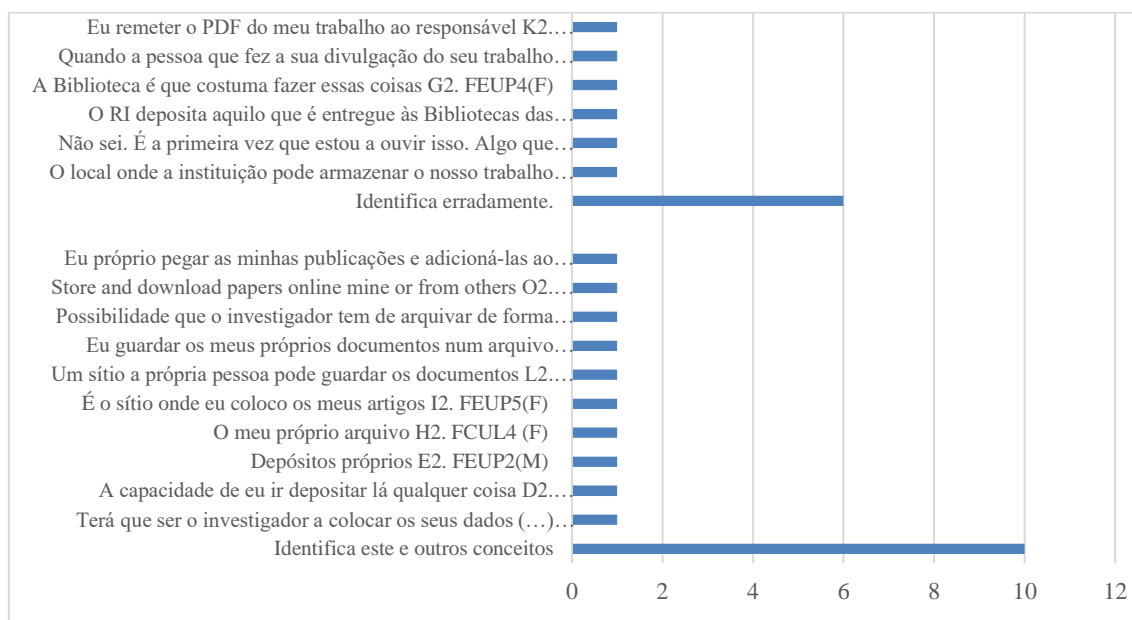


Gráfico 4 - Identificação de conceito de auto arquivo (n=16)

Embora alguns dos Investigadores hesitassem ao início, a maioria conseguiu identificar o conceito de auto-arquivo ou auto-depósito, muito embora, em alguns casos o associassem ao arquivo no seu repositório pessoal e não ao RI. Nos casos em que não deram uma resposta direta, definindo o conceito, foram dadas afirmações como «Não sei. É a primeira vez que estou a ouvir isso. Algo que eu faço?» C2. FEUP1(M) ou «A Biblioteca é que costuma fazer essas coisas» G2. FEUP4(F). Importante destacar, que dos seis investigadores que não identificaram corretamente o conceito, 5 associaram o auto-depósito como uma função da Biblioteca ou da Instituição e não do investigador.

3.3.3 Divulgação e preservação da produção científica

Com a última questão do primeiro bloco de perguntas, pretendíamos aferir se o Repositório era a ferramenta número um do investigador, na altura de arquivar e divulgar a sua produção científica. E se não era, qual era a ferramenta utilizada nessas ocasiões. Assim, à pergunta: *De todas as ferramentas que utiliza para divulgar e preservar o seu trabalho, o RI é a mais utilizada? Em caso negativo, qual é a mais utilizada?* procurámos

que o inquirido nos desse uma resposta com a maior sinceridade possível, não intervindo. Por isso, não colocámos restrições ao número de respostas sobre as ferramentas utilizadas, nomeadamente, nos casos em que as respostas foram outras opções, que não o RI.

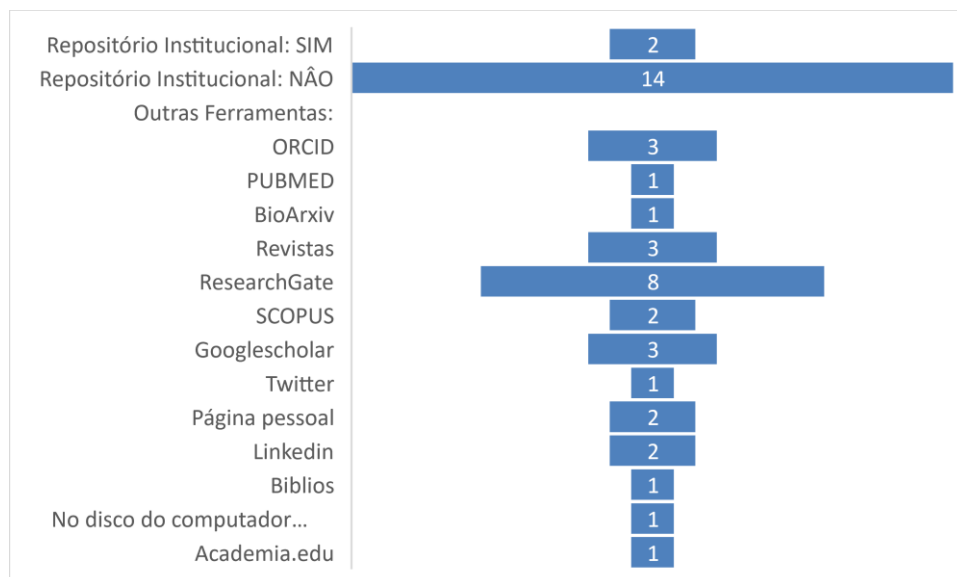


Gráfico 5 - A utilização do repositório institucional na preservação e divulgação do trabalho científico (n=16)

Na análise às respostas dadas, constatámos que, o “Não” obteve 14 respostas a afirmarem que o RI não é a primeira opção na altura de divulgarem e arquivarem o seu trabalho. Apenas obtendo duas respostas afirmativas num universo de 16, constatámos que o *Research Gate* é a ferramenta mais utilizada na difusão dos artigos junto da comunidade científica, com 8 investigadores a mencionarem-no. Para além deste, destacam-se ferramentas como o *ORCID*, as revistas onde publicam e o *Google Scholar*.

Daqui depreendemos que os autores, na altura de escolher, têm algumas desconfianças quanto ao RI e que preferem o *Research Gate* na altura de divulgarem e preservarem o seu trabalho: «É a minha página Web não é um repositório institucional» I3. FEUP5(F), «Os Repositórios apenas servem para as métricas, mas para a partilha internacional é zero» P3. FCUL7(M).

3.4 O investigador e o Repositório Institucional: análise de comportamentos

No segundo bloco de perguntas, tentámos perceber, com a primeira questão, a frequência de utilização do RI, apresentando quatro possibilidades de resposta. Na segunda questão procurámos identificar se a baixa utilização do RI se devia a dificuldades no depósito no próprio repositório, ou se era alargada à utilização como meio de pesquisa. Por isso, efetuámos uma pergunta sobre a utilização de outros repositórios institucionais. Na última questão, tentámos aferir sobre a existência de temáticas mais interessantes para o jovem investigador, relacionados com o RI. Podemos, a partir daí, identificar temas de interesse, que importa explorar na motivação para o crescimento do RI.

3.4.1 O utilizador ativo e o passivo: a frequência de utilização do RI

As respostas às questões anteriores permitem antever que o rácio de utilizadores do RI não será muito elevado. No entanto, importa confirmar se estas premissas, aferidas pelos resultados já analisados, se concretizam quando questionados pelo número de vezes que utilizam o RI.

Definimos duas categorias de utilizadores: o utilizador frequente, aquele que utiliza todos os dias ou todas as semanas o RI; e o utilizador pontual, aquele investigador que utiliza o RI uma vez por mês ou uma a duas vezes por ano.

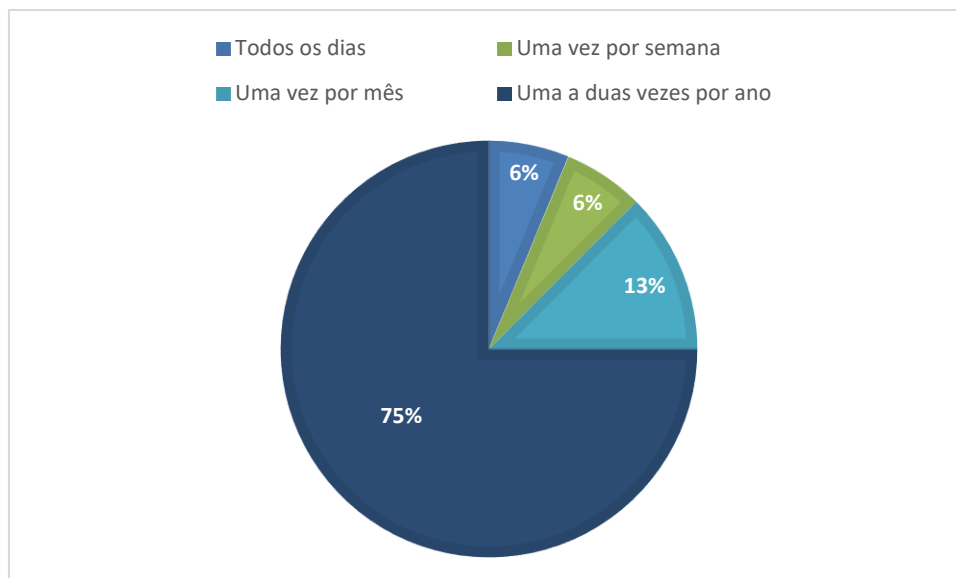


Gráfico 6 - A frequência da utilização do RI (%) (n=16)

Pelos resultados obtidos (Gráfico 6), constatámos que a frequência de utilização é muito baixa, representando 75% e 13% da amostra de inquiridos, sendo que 75% utiliza uma a duas vezes por ano e 13% uma vez por mês. Os utilizadores frequentes são 6% do total, pelo que podemos constatar que a clivagem entre o primeiro resultado e o último é considerável. A que se deve esta baixa utilização por parte do investigador? A possibilidade de hipóteses de escolha a esta questão era bastante alargada, pois permitia que fossem apresentadas respostas, quer na perspetiva do pesquisador, como na perspetiva do depositante. Um dos comentários dados durante a resposta por um dos entrevistados foi: «Eu não procuro no institucional porque acho limitado» I4. FEUP5(F). Uma vez que sabemos, através de estudos anteriores, que essa percentagem tende a ser mais baixa, sob a perspetiva dos depositantes, procurámos perceber, se o mesmo se passava do ponto de vista do pesquisador, com a formulação da questão seguinte.

3.4.2 O repositório de outras instituições: comportamento de pesquisa

Uma das dificuldades manifestadas pelos investigadores ao longo de estudos anteriores e corroborada, durante as entrevistas realizadas para este estudo, foi a dificuldade sentida na utilização do RI, quer pela ausência de tempo para o fazer, nomeadamente na altura de depositar, quer pela dificuldade sentida, pelas limitações que o repositório apresenta, como ponto de acesso e de pesquisa. Estas traduzem-se em

obstáculos, pela complicação na utilização dos filtros, de localização de determinado objeto digital e pela limitação na quantidade de documentos depositados, se comparado, com redes sociais, como por exemplo o *ResearchGate*. Seria natural, contestar este ponto de vista, com o facto de nos estarmos a referir a algo completamente diferente, quer em termos de conceito, quer em termos de propósito. No entanto, o que nos importa analisar é como o comportamento do investigador influencia os baixos números quando nos reportamos ao RI e, nesse sentido, interessou-nos saber se esta condição também era semelhante na utilização de outros RI, que não o da sua instituição.

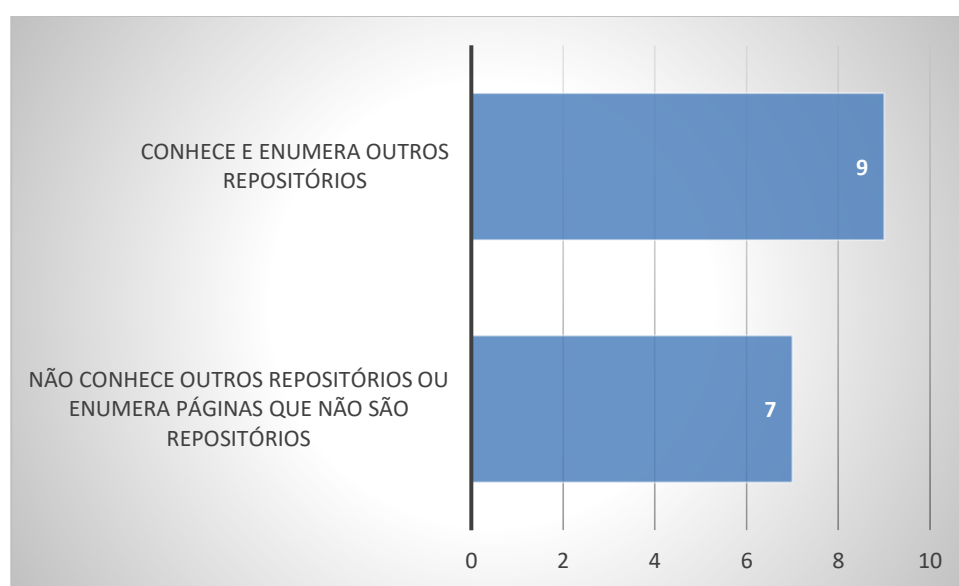


Gráfico 7 - Categorização da utilização de outros Repositórios Institucionais (n=16)

Em resposta à questão: *Utiliza outros repositórios institucionais para além do seu? Quais?*, como se pode constatar (Gráfico 7), a maioria dos respondentes utiliza outros repositórios, como o da UNL, Repositórios da República Checa, e de outras Universidades, como a de Leicester, no Reino Unido. No caso das respostas negativas à utilização de outros RI, alguns dos inquiridos responderam que não utilizavam outros, não dando qualquer justificação, outros mencionaram plataformas de indexação de artigos ou mesmo redes sociais, pelo que foram identificados, nesta categorização, como não utilizando ou não conhecendo outros RI.

Para além da clara dificuldade em identificar o conceito de RI, constatou-se que, em parte, a utilização de outros RI resulta do facto de ter existido uma utilização anterior, quer pela via académica, quer pela via profissional. Pela via académica, porque estudou

nessa instituição e, por isso, tem colegas na área ou tem trabalhos depositados nesses repositórios; pela via profissional, porque colaborou ou colabora em projetos de investigação e por isso tem interesse em determinado RI.

Daqui aferimos que os utilizadores de outros repositórios institucionais fazem-no de uma forma direcionada, focando-se na pesquisa de determinado trabalho ou área científica.

3.4.3 Motivar o investigador: ações de formação a explorar

Porque queremos perceber de que forma podemos estimular o jovem investigador na utilização do RI, mudando comportamentos e demonstrando as potencialidades do mesmo, importa entender, em primeiro lugar, quais os temas associados a este tópico, que mais lhe interessam. Atualmente, a tendência é para que o investigador, procure obter a informação de uma forma mais rápida e eficaz, diminuindo o tempo de procura e aumentando o número de dados recuperados num curto período temporal. Nessa medida, apresentamos a última questão do segundo bloco de perguntas, em que damos a possibilidade de resposta múltipla - *Na hipótese de receber mais ações de formação por parte da sua Faculdade na promoção do RI, quais os temas que consideraria como mais relevantes?*

Nesta análise, foram consideradas todas as respostas, pelo que teremos, em alguns casos, mais do que um tema de interesse por investigador (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Seleção de ações de formação na promoção do Repositório Institucional (n=16)

Eram quatro as hipóteses de resposta, as três aqui representadas e uma quarta, que dava a possibilidade ao investigador de contribuir com o seu próprio tema de interesse. Esta última, obteve zero respostas, pelo que podemos constatar que, ou os investigadores se identificam com a propostas apresentadas, ou, na altura, não lhes ocorreu outro tema de interesse. Assim, verificamos que as vantagens e desvantagens do RI foi o tema que suscitou maior interesse (10) junto dos jovens investigadores. Um dos aspetos mencionados para esta escolha foi o de ser crucial perceber quais os benefícios na utilização do RI: «Na minha área não é obvio quais as vantagens. Não é dada importância significativa para estar a depositar aí os trabalhos» D6. FCUL3(M) ou «(...) como é que se pode fomentar o RI como uma ferramenta de divulgação quando já existem tantas outras ferramentas mais divulgadas, mais comuns para este efeito» K6. FEUP6(F). O *copyright* também foi referido, embora com um resultado (8) menos expressivo. Foi manifestado pelos investigadores que o escolheram que este tópico deveria ser mais direcionado para determinada área, com uma formação mais focada.

3.5 Os requisitos dos investigadores: funcionalidade, sincronização e incentivo

Neste último bloco de perguntas, procurámos conhecer os requisitos que os jovens investigadores consideram fundamentais para a nova geração de RI.

No levantamento bibliográfico realizado para este estudo, detetámos algumas dificuldades sentidas pelos investigadores, sobretudo em três áreas do RI: na imagem; na organização e nas terminologias. A partir daqui, procurámos identificar, se essas eram também questões sentidas pelos investigadores portugueses. Assim, as últimas perguntas do nosso guião de entrevista, focam-se, em primeiro lugar, na funcionalidade do RI. Procurámos saber, entre os vários objetivos que o RI tem, qual é considerado pelo investigador o principal. A segunda questão foca-se na possibilidade de sincronização. Embora essa seja já uma realidade, ao nível do controlo de autoridade de autor, interessava-nos saber com que outros portais ou redes sociais faria sentido, na ótica do investigador, o repositório conectar-se. Por último, tentámos perceber em que medida os incentivos, sejam financeiros ou outros, funcionam como impulsionadores para o aumento do auto-arquivo.

3.5.1 Qual a funcionalidade que melhor define a missão do Repositório

Institucional: arquivar, preservar, divulgar, promover

Ao observarmos as páginas dos RI, da UL e da UP, uma palavra é transversal a ambos: preservação.

Na primeira questão, tentámos identificar, qual de entre os vários objetivos do RI, era o principal para o Investigador. Neste contexto, foram apresentadas quatro hipóteses de resposta à nossa questão (Gráfico 9).

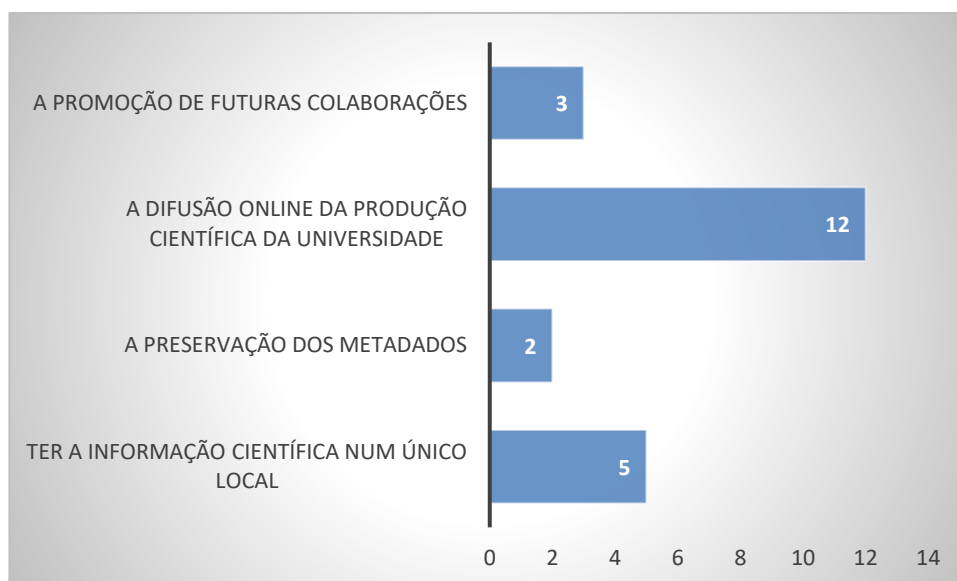


Gráfico 9 - Objetivo principal do Repositório Institucional na ótica do Investigador (n=16)

Alguns dos Investigadores referiram-se a mais do que uma resposta, para identificar a funcionalidade do RI que consideram mais importante. Aqui, destaca-se a *Difusão online da produção científica da Universidade*, que se evidenciou no resultado das respostas, sendo a escolha de 12 dos inquiridos. A promoção da produção científica da comunidade académica, parece gerar consenso entre os inquiridos, face ao resultado obtido. A seguir, mas com uma grande diferença, surge o facto de terem a informação científica num único local: «Ter a produção científica num único lugar. Que é a razão pela qual eu utilizo plataformas como é o caso do *ResearchGate*» K7. FEUP6(F). De destacar, a pouca importância dada à preservação, tendo sido escolhida apenas por dois dos inquiridos.

3.5.2 A sincronização: a caminho da interoperabilidade

Um dos pontos referidos, em entrevistas realizadas sobre Ciência Aberta que tivemos oportunidade de ler, era o carácter limitado de pesquisa do RI. Porque o RI já sincroniza com alguns portais, como o *ORCID* e o *CiênciaVitae*, no controlo de autoridades, assim como com alguns gestores de produção científica, como o *Pure* (Elsevier), quisemos perceber qual era a ferramenta, das quatro hipóteses apresentadas, que era mais valorizada pelo investigador (Gráfico 10).

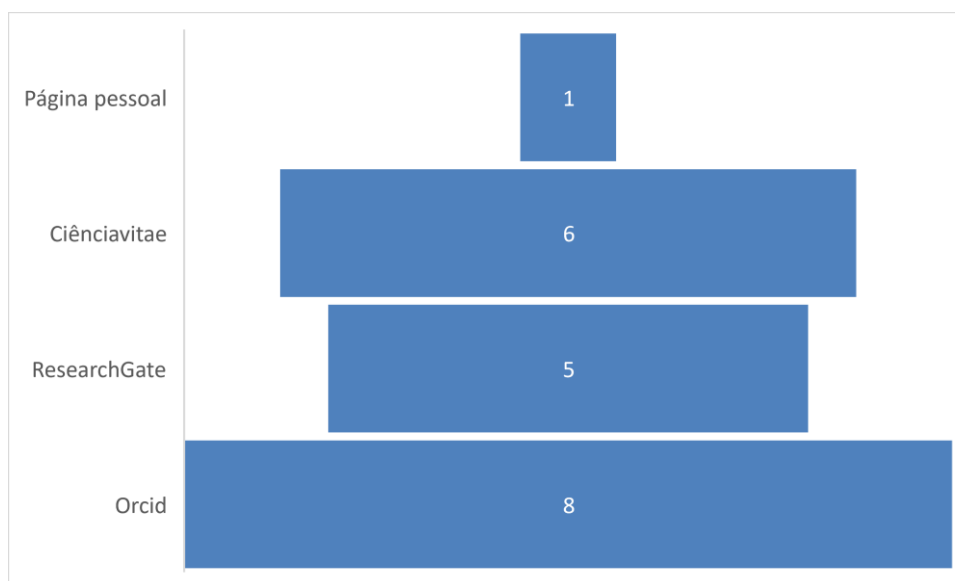


Gráfico 10 - Resultado da resposta à pergunta sobre sincronização do Repositório Institucional (n=16)

Uma vez que alguns investigadores selecionaram mais do que uma resposta, os resultados mostram-se muito próximos, nomeadamente em relação ao *ORCID* e ao *CiênciaVitae*. Uma vez que tanto o *ORCID* como o *CiênciaVitae*, são obrigatórios nos projetos financiados pela FCT, o que pode explicar o resultado aqui apresentado. O *CiênciaVitae*, porque permite ao Investigador associar o seu *Curriculum Vitae* na candidatura a determinado projeto e o *ORCID*, porque cria um identificador único que associa as publicações a determinado autor.

Salienta-se que um dos entrevistados se referiu à sincronização com o *Google Scholar*, como uma das ferramentas a considerar nessa sincronização, pelo facto de ser o motor de busca que mais rapidamente encontra as publicações. Esta hipótese não foi considerada no gráfico anterior, uma vez que não era uma das hipóteses de resposta.

3.5.3 A promoção do auto depósito: incentivos a considerar

Este último bloco terminou com a pergunta sobre os incentivos financeiros ao auto-depósito. Por um lado, a intenção era que os investigadores refletissem, se esta era uma hipótese viável para o aumento da iniciativa de auto-depósito, ou se, pelo contrário, existiam outros incentivos a explorar na persecução desse objetivo. Quando confrontados com a última questão do terceiro bloco de perguntas, *Existem Faculdades que promovem o auto depósito através de incentivos financeiros. Considera que este é um estímulo diferenciador para o aumento do depósito nos RI? Ou existem outros Incentivos que a*

seu ver são mais importantes? A maioria optou por responder que existiam outro tipo de incentivos mais importantes que o financeiro na promoção do auto depósito. Esta opinião reflete-se na diferença entre as respostas favoráveis e desfavoráveis ao incentivo financeiro.

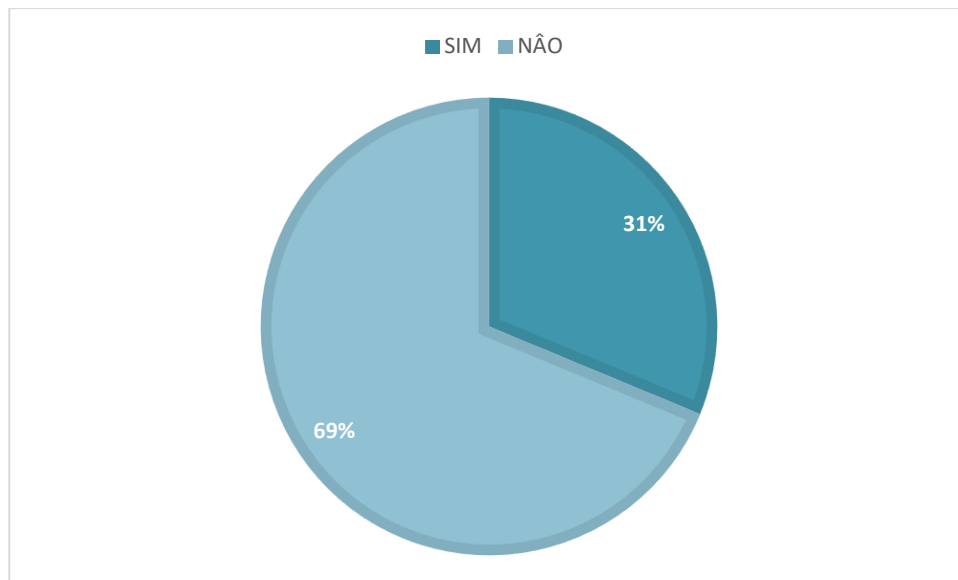


Gráfico 11 - Respostas à pergunta sobre a importância do incentivo financeiro para o auto-depósito (%) (n=16)

De notar que, embora a maioria tenha optado por considerar que o incentivo financeiro não era um estímulo diferenciador (69%), grande parte dos investigadores apontou outro tipo de incentivos, confirmando essa necessidade. Assim, foram mencionados, como incentivos alternativos, a formação na área «Acho que não. Mais relevantes para a questão profissional e aulas neste conceito» L9. FEUP7(F) e «Uma maior aprendizagem do Investigador sobre o repositório do que qualquer valor monetário» J9. FCUL5(F). Também foi referido o facto de o RI ser mais utilizado em determinadas ocasiões, e a importância dessa utilização ser contínua «O RI é usado em alturas muito específicas e ocasionais, de avaliações e assim. Se houvesse um estímulo para que essas plataformas fossem mais utilizadas com mais frequência, poderia ser um incentivo para a pessoa manter e ter esse cuidado.» H9. FCUL4 (F).

3.6 Síntese das respostas dos investigadores: Universidade de Lisboa e Universidade do Porto

De forma a alinhar a análise de informação com a interpretação e a discussão de resultados, que descreveremos no capítulo seguinte, parece-nos de grande importância descrever os pontos-chave obtidos, através de uma síntese da informação.

1) Foram realizadas 16 entrevistas de 128 convites enviados:

- Pouca disponibilidade dos jovens investigadores para o inquérito por entrevista. Esta constatação verifica-se, com maior incidência, na FC da UL. Dos 128 convites enviados, 79 foram remetidos para investigadores da FC e os restantes 49 para investigadores da FE da UP;
- Os convites à participação da FC representam 62% do total da amostra, enquanto, para a FE, foram enviados 49 convites representando 38% do total da amostra;

2) Experiência na utilização do RI

- A maioria dos entrevistados não tem nenhuma experiência com o RI ou com qualquer tipo de Repositório;
- Aqueles que têm experiência fazem uma utilização direcionada e com um determinado objetivo, nomeadamente, a procura de um trabalho de um colega da área ou um trabalho resultante de uma colaboração que tenham tido;
- Os 9 inquiridos com pouca experiência ou nenhuma com o RI, 4 são da FC e cinco da FE.

3) Perceções sobre o RI

- A importância dada ao RI como ferramenta de divulgação de ciência é muito baixa, sendo que em grande parte dos casos, os investigadores atribuíram uma percentagem entre 10% a 20% numa escala de 0 a 100%;
- A maioria dos jovens investigadores conseguiram identificar o conceito de auto-arquivo. No entanto, mesmo nestes casos, nem sempre o associaram ao depósito em RI. Parte dos comentários foram direcionados ao seu próprio arquivo pessoal.

- O *ResearchGate* é a rede social mais utilizada pelos investigadores para divulgação e preservação do seu trabalho científico, tendo sido selecionado por 8 dos 16 respondentes:
 - i) Foram apenas 2 investigadores da FE do Porto que escolheram o RI como a 1.^a opção para a preservação e divulgação do seu trabalho científico;
 - ii) A maioria dos investigadores focou-se, sobretudo, na divulgação do trabalho científico, optando na sua maioria pelo *ResearchGate* para essa função;
 - iii) Relativamente à preservação, alguns jovens investigadores mencionaram o seu próprio arquivo ou página pessoal, sobretudo por ser algo que conseguem controlar; houve ainda quem mencionasse as revistas onde publicam.

4) Comportamentos na utilização do RI

- A grande maioria dos Investigadores mostrou-se pouco motivado para a utilização do RI revelando uma utilização pontual ou mesmo inexistente;
- Quando questionados sobre a utilização de outros RI, a maioria identifica a utilização de outros repositórios que não o da sua instituição, mas mesmo a frequência dessa utilização é muito pontual e direcionada para determinado trabalho;
- Para os investigadores não são claras as vantagens do RI e por isso esta foi a ação de formação desejada que obteve maior número de respostas.

5) Requisitos do RI

- Evidenciou-se a importância dada ao fator *Divulgação* no meio científico. Embora, na sua maioria, os investigadores não recorram ao RI para essa função, consideram que essa é a sua funcionalidade principal;
- Na resposta sobre a sincronização a maioria optou pelo *ORCID* e pelo *CiênciaVitae*. Esta resposta poderá estar relacionada com o facto de estes serem requisitos exigidos pela principal financiadora nacional, a FCT, na fase de candidaturas a projetos.

- Embora o incentivo financeiro não seja um motivador para o aumento do auto-depósito, foi referida a importância de existirem outros tipos de incentivos:
 - i) Importância de formações sobre o RI;
 - ii) Utilização mais frequente do RI e não apenas ocasional.
 - iii) Num dos casos foi referido o depósito como uma obrigação para com a entidade patronal;
 - iv) O facto de alguns investigadores considerarem os incentivos financeiros uma boa opção deve-se, sobretudo, à falta de financiamento existente.

4 DAS PERGUNTAS DE PARTIDA À DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

It remains the case that the IR system could be an important component of widening open access and there is still commitment at many levels to making them work (Ten Holter, 2020, p. 10).

O RI tem sido, ao longo das últimas décadas, objeto de estudo nas mais diversas áreas da Ciência da Informação. Seja descrito como ferramenta da Ciência Aberta (Duranceau & Kriegsman, sem data; Robson et al., 2021), seja como meio de preservação do património intelectual da Instituição (Lynch, 2016; Rieh & Smith, 2009) ou mesmo como meio de divulgação da produção científica da comunidade académica (Sarker et al., 2010).

Neste trabalho, procurámos estudar o RI como meio de preservação e divulgação da produção científica, segundo a perspetiva dos jovens investigadores portugueses. Para tal, optámos por selecionar as duas universidades portuguesas, com melhor cotação nacional, a partir de um ranking internacional e, de seguida, escolhemos as duas faculdades com maior número de documentos depositados no respetivo RI. O intuito era selecionar uma amostra representativa do jovem investigador, e para tal adotámos a técnica de amostragem *criterial*, em que estabelecemos quatro critérios de inclusão: pertencer a uma destas duas faculdades já mencionadas, ser doutorado, ter uma experiência profissional igual ou inferior a 10 anos como investigador independente e continuar ativo na carreira científica.

Da pergunta de partida: *De que forma as perceções e requisitos dos investigadores condicionam o seu comportamento na utilização do RI*, passámos a um objetivo geral, que era *o de perceber qual a perspetiva dos investigadores acerca do RI, enquanto instrumento de divulgação e preservação da produção científica (publicações)*. Assim, para uma melhor compreensão e articulação entre o *estado da Arte* e os *resultados obtidos* optámos por, neste último capítulo, enumerar as perguntas de partida que surgiram no início desta investigação, a partir da pergunta principal, confrontando-as com estudos anteriores e à luz dos resultados obtidos.

4.1 A percepção do jovem investigador sobre o Repositório Institucional

Nas últimas décadas temos assistido em Portugal a um investimento, cada vez maior, em repositórios institucionais (Rodrigues, 2018, p. 10), o que por sua vez precipita o aparecimento de novas políticas institucionais (Cruz et al., 2012, p. 1), novas categorias profissionais, como as de gestores de repositórios (A. E. Miguéis & Neves, 2021) e o aparecimento de novas técnicas de disseminação da ciência (Novak & Day, 2018, p. 164).

Dois dos propósitos do RI são o de preservar e disseminar a produção intelectual da sua comunidade. Se observarmos as páginas principais do RI da Universidade de Lisboa, esta é uma das primeiras frases que observamos “(...) tem como objetivos reunir, organizar, divulgar e preservar a produção científica da ULisboa” (*Repositório da Universidade de Lisboa*, 2022). Para que o RI tenha sucesso numa determinada comunidade, é importante que todos os envolvidos tenham uma parte ativa no seu crescimento. Nessa medida, o nosso interesse foi o de estudar a posição da nova geração de investigadores portugueses face ao RI.

Na parte introdutória da entrevista, procurámos perceber o perfil do jovem investigador face ao Repositório. Uma vez que as duas Faculdades escolhidas para este estudo tinham o maior número de depósitos no Repositório ao qual pertenciam, a hipótese levantada era que estes indivíduos estariam mais familiarizados com esta temática, do que quaisquer outros. No entanto, conforme podemos constatar pelo Gráfico 2, a maioria não tinha qualquer tipo de experiência com o RI (6) e outra parte (3) apenas tinha 1 a 5 anos de experiência. Procurou-se perceber com que frequência o Investigador utilizava o Repositório, se percebia conceitos como o auto-arquivo e se considerava o repositório uma ferramenta importante na disseminação do seu trabalho científico. Num dos estudos realizados junto de jovens investigadores de países em vias de desenvolvimento, constatou-se que apenas 22% dos inquiridos tinham acedido ao RI e apenas 18% tinham depositado documentos no repositório (Nobes & Harris, 2019, p. 6). Essa foi também a constatação a que chegámos neste estudo junto dos investigadores portugueses, pois a frequência de utilização mostrou-se baixa, com 9 em 15 indivíduos a revelarem menos de 5 anos de experiência. O Repositório também obteve um baixo resultado, relativamente à pergunta sobre o grau de importância na promoção individual da produção científica, com 9 em 15 indivíduos a responderem favoravelmente à pouca importância do RI nesse papel. Embora o conceito de auto-arquivo seja do conhecimento da maioria, com 10 em

16 a conseguirem identificar o conceito, grande parte associou esta operação ao arquivo ou página pessoal. A última questão reportava-se à escolha do RI, na altura de optar por uma ferramenta de preservação e divulgação do trabalho científico. Também aqui se constatou que as respostas dos entrevistados eram concordantes noutra opção que não o RI. À semelhança do que podemos verificar através da revisão da literatura, também em Portugal o *ResearchGate* fica no topo das redes sociais utilizadas e não só para a pesquisa de informação científica (Nicholas et al., 2017, p. 23).

No presente estudo, constatou-se que, embora a maioria dos jovens investigadores esteja familiarizado com conceitos próximos e tenha conhecimento do RI da sua universidade, poucos o utilizam na altura de depositar ou pesquisar. Quando se trata de disseminar a sua produção científica preferem outras ferramentas, pois consideram que este tem pouca importância ou nenhuma para a promoção do trabalho de investigação. O mesmo se passa quando têm que escolher uma plataforma para a preservação e a divulgação do seu trabalho, revelando preferência por redes sociais como o *ResearchGate* ou em plataformas como o *ORCID*. Esta ideia vai ao encontro de estudos anteriores, em que se evidenciou o facto de o Repositório não ser a primeira escolha na altura de depositar (Rieh & Smith, 2009, p. 15). Num dos estudos longitudinais promovidos pela Biblioteca Nacional Britânica e pelo *Joint Information Systems Committee*, junto de estudantes de doutoramento, designada por “Geração Y” - jovens nascidos entre 1982 e 1994 - foi possível constatar, já nessa altura, a fraca utilização do RI, em parte devido ao desconhecimento relativo a políticas de direitos de autor. A pouca importância dada ao papel do RI reflete-se nos comportamentos face ao RI e que está patente no perfil de “não utilizador”, encontrado em 75% dos jovens inquiridos.

4.2 O comportamento do jovem investigador face ao Repositório Institucional

A vertente comportamental dos investigadores relativamente às técnicas de comunicação de informação e, especificamente, sobre o RI, é um domínio já bastante estudado na Ciência da Informação. À semelhança do que já foi constatado em estudos anteriores, uma das questões mencionadas pelo investigador para a pouca utilização é a falta de disponibilidade de tempo e o pouco impacto que este tem para a sua área

científica. Num dos artigos publicados pela equipa de David Nicholas (Nicholas et al., 2020, p. 203) , sobre as atitudes e os comportamentos dos investigadores em início de carreira, quando questionados sobre a veracidade da afirmação “Eu partilho trabalhos antes da revisão por pares em Repositórios Institucionais”, é patente o baixo resultado alcançado.

Com a segunda questão deste bloco de perguntas, tentámos perceber se o investigador conhecia ou utilizava outros RI para além do seu. Desta forma, tentávamos perceber se o investigador não utilizava o seu repositório por falta de tempo, ou porque existiam outros interesses subjacentes à sua utilização e, nesse caso, procurávamos identificar quais as motivações subjacentes. Aqui, constatámos que 9 dos 16 inquiridos, utilizavam outros repositórios, sobretudo na pesquisa de trabalhos em que tinham tido conhecimento através de outros colegas «Utilizo o repositório da Universidade de Coimbra para ir buscar umas teses de algumas pessoas que trabalham na mesma área D5. FCUL3(M)» e em repositórios onde foram coautores de trabalhos académicos «Utilizo de outras instituições na República Checa L5. FEUP7(F)».

Para tentarmos perceber de que forma os investigadores poderiam adquirir competências sobre os RI, desenhámos a última pergunta, focando-nos nas ações de formação mais relevantes para o jovem investigador. Assim, apresentámos quatro possibilidades de resposta, sendo que a última era uma resposta livre, em que o investigador poderia escolher uma outra hipótese que não aquelas apresentadas. Mesmo em estudos recentes, podemos constatar que existem diversas barreiras a ultrapassar para o progresso do RI. Nesse sentido, constatámos que o custo/benefício (Quinn, 2022, p. 3); questões de copyright (Dawson & Yang, 2016, pp. 4–5) e o auto-depósito (Ten Holter, 2020, p. 2) eram obstáculos mencionados no momento de depositar e, por isso ,estas foram as opções de resposta a esta questão. Grande parte dos jovens investigadores escolheu mais do que uma opção, sendo que a maioria (10) manifestou a necessidade de perceber as vantagens do RI. Um dos investigadores comentou, inclusive, preocupações relativamente à indexação dos seus artigos «Como é que as pesquisas feitas online, sejam francos, as pesquisas são feitas online. Tenho que ter a certeza de que quando deposito os artigos online estes são indexados por esses motores (Google Scholar) C6. FEUP1(M)». Embora os investigadores manifestassem interesse em ações de formação, consideram que, para já, não são claros os benefícios no depósito e pesquisa no RI, por um lado, devido à quantidade de tempo a despende para completar todos os campos e,

por outro, a limitação do RI quando se trata de pesquisar, em comparação com outras ferramentas. Assim, para grande parte dos investigadores existe uma clara necessidade de perceber as vantagens do RI, estando as políticas de *copyright* no topo das preocupações na altura de depositar:

«Vantagens e Desvantagens do Repositório. Principalmente a parte das vantagens J6. FCUL5(F)».

«Vantagens e Desvantagens do RI. Embora também o auto depósito para saber como interagir. Mas sobretudo saber porque é que o repositório institucional é tão importante (...) K6. FEUP6(F)»

«A maior publicação que eu tenho é em revistas e atas de conferências e temos algumas regras sobre o copyright pelo que acabo por não colocar no repositório F2. FEUP3(M)».

«Todos têm pertinência. A Biblioteca da Faculdade de engenharia dá muitas formações. Mas a questão do copyright. Sabemos mais ou menos, mas uma formação mais específica G6. FEUP4(F)».

4.3 Requisitos valorizados nos Repositórios Institucionais

De que forma podemos aumentar o potencial dos RI? A resposta está em procurar perceber, do ponto de vista do investigador, quais são as barreiras à pesquisa e ao depósito no RI e, a partir daí, encontrar soluções que possam resultar numa proposta de compromisso para os diferentes atores. As últimas perguntas centraram-se nos requisitos imprescindíveis para a sua utilização. Em estudos anteriores, foi reportada a importância de envolver o investigador como contribuidor para a preservação digital, dentro do ecossistema do RI (Hockx-Yu, 2006, p. 234). Nesta medida, tem sido mencionado o papel do RI na preservação digital, permitindo o acesso a curto e a médio prazo à propriedade intelectual (Saini, 2018, p. 11). Para além desta preocupação, cada vez mais evidente, outras vantagens do RI foram surgindo à medida que fomos progredindo na revisão de literatura. Por outro lado, com o aparecimento de agregadores de conteúdos de informação, também nos pareceu interessante explorar a sincronização como um potencial requisito, nomeadamente para a partilha e a reutilização de informação entre diferentes ferramentas de gestão de conteúdos (Carvalho et al., 2021, p. 5).

A maioria dos respondentes considerou que a função mais importante desempenhada pelo RI era a divulgação da produção científica da Universidade. Esta

perspetiva, embora divergente, quando nos reportamos à questão sobre a utilização do RI para a disseminação de conteúdo, reflete que este é um requisito valorizado pelo investigador, sob o ponto de vista da propriedade intelectual da entidade:

«A difusão online da produção científica C7. FEUP1(M)».

«Divulgar mais os trabalhos da Universidade G7. FEUP4(F)».

Neste caso, talvez o foco de atenção, quando falamos em disseminação científica, devesse ser a forma como o RI pode contribuir para a valorização da carreira de investigação, de uma forma contínua e não apenas pontual, acompanhando a produção científica do investigador, ao longo de todo o seu percurso académico e profissional (Lynch, 2016, p. xiii).

Sob o escopo da interação entre diferentes plataformas, a maioria dos inquiridos optava por sincronizar o RI com o *ORCID*. Em alguns casos, foi mencionado que essa sincronização deveria funcionar no sentido Repositório-*ORCID* e não ao contrário. De facto, atualmente, existe uma sincronização ao nível do controlo de autoridades, do Repositório para o *ORCID* e para o *CiênciaVitae*, mas que se restringe ao nível da uniformização de conteúdos e está limitada ao campo “autor”:

«(...) aliás acho que deviam funcionar ao contrário, estes repositórios deveriam de estar associados ou poder sincronizar eles próprios a outras bases de dados como o *Ciênciavitae* ou o *ORCID* e não o contrário. A9. FCUL1(F)»

A última questão procurava perceber se o incentivo financeiro (Rodrigues, 2018, p. 138) seria uma boa opção para o aumento do auto-depósito, já que é uma das políticas implementadas em algumas instituições, ou se para o investigador existiriam outras alternativas mais importantes para aumentar o interesse no RI. Esta foi a última pergunta do inquérito por entrevista e aquela que mais debate suscitou junto dos investigadores.

Quando partimos de uma afirmação sobre a existência de financiamento, como forma de incentivar o auto-arquivo em algumas instituições portuguesas, alguns dos investigadores pareceram desconhecer essa modalidade, transmitindo, em alguns casos, indignação por existirem incentivos aos depósitos de documentos no Repositório da Universidade. No entanto, após uma explicação mais detalhada, sobre estes serem incentivos indiretos ao depósito, calculados através, por exemplo, de métricas de depósito, surgiram algumas concordâncias a esta política institucional:

«Podia ser interessante essa possibilidade. Na minha área publicamos mais artigos científicos e se quisermos publicar em *open access* temos que pagar o *fee*, se esse *fee* fosse pago pelas faculdades seria fácil disponibilizar os artigos. Seria interessante haver uma participação das Instituições D9. FCUL3(M)».

«Mas se for na ótica da métrica de avaliação não estou totalmente em desacordo. Pensei que pagavam diretamente às pessoas...acho que aí tem a ver com a política institucional. É uma forma dos investigadores contribuírem para aquele repositório para estarem ali os dados todos F9. FEUP3(M)».

Conforme mencionado no capítulo anterior, embora a maioria dos jovens investigadores não concordassem que este fosse o incentivo principal, sugeriram outros incentivos, que a seu ver, são relevantes para o aumento do interesse pelo RI:

«Considero que é um incentivo é o de promover ações. O RI é usado em alturas muito específicas e ocasionais, de avaliações e assim. Se houvesse um estímulo para que essas plataformas fossem mais utilizadas com mais frequência, poderia ser um incentivo para a pessoa manter e ter esse cuidado. E tornar mais visível esse seu repositório H9. FCUL4 (F)».

«Eu sendo pago por uma Instituição eu sou obrigada a depositar as minhas coisas nessa Instituição. Acho que devia ser uma coisa que deveria ser a instituição a estabelecer. É uma questão de contrato de trabalho. O uso do RI deveria ser visto pela Universidade como um serviço, mas também como uma obrigação dos colaboradores pagos por essa instituição. O incentivo é o que me pagam todos os docentes. Acho que este tipo de coisas. A pressão á publicação em massa. Não exclusivo e o que o copyright me permitir. Seria impensável produzir e não entregar as coisas à empresa, é completamente impensável I9. FEUP5(F)».

«I don't think it really helps promoting. I don't know which kind of researchers I have there. I think it would be better if the University tries to make me aware of the material I have there and resources I can use. O9. FCUL6(M)».

Constata-se que, a maioria dos jovens investigadores considera que existem outro tipo de estímulos, ou ações, a que a Universidade deveria recorrer para incentivar a utilização do RI. Entre estes estão a utilização contínua do Repositório e não apenas pontual, que obrigasse a uma manutenção contínua das publicações; por outro lado, a

mudança de paradigmas relativamente à perspectiva do RI, devendo este ser visto como um serviço e não como uma obrigação.

CONCLUSÃO

Considerando a revisão de literatura e os trabalhos empíricos anteriores, é possível identificar a existência de vários trabalhos sobre o RI, mas nenhum que reflita, de uma forma exploratória e micro, a visão dos jovens investigadores afiliados a duas IES portuguesas.

Nesse sentido, procurámos, após aproximadamente duas décadas do aparecimento do RI em Portugal, analisar de que forma a perceção e os requisitos do jovem investigador condicionam o seu comportamento relativamente ao RI. Através da revisão, foi possível determinar que, embora os bibliotecários e os gestores de repositórios adotem uma atitude positiva face ao RI, existe uma ausência de trabalhos relacionados com as atitudes dos investigadores portugueses sobre esta matéria. Numa altura em que somos “pressionados” a cumprir políticas de Ciência Aberta, nomeadamente o depósito em RI, é crucial perceber se a nova geração de investigadores, por um lado, tem as competências técnicas e teóricas necessárias para tal e, por outro, se está sensibilizada para o fazer num futuro próximo. Esta pesquisa tornou-se ainda mais pertinente, quando verificámos que, embora a tendência fosse para o crescimento do número de RI, o número de documentos depositados ainda não tinha atingido o expectável e que parte destes eram depositados por intermediários, não cumprindo uma das premissas do RI, o auto-arquivo.

As três perguntas de partida versavam sobre a perceção, comportamentos e requisitos dos jovens investigadores e tinham como objetivo principal perceber qual a perspetiva destes. A partir daqui procurámos compreender de que forma o RI funciona como ferramenta de divulgação e preservação para uma comunidade científica em início de carreira. Deste modo, tentámos colmatar um hiato, ajudando ao conhecimento dos requisitos mais valorizados numa camada mais jovem da população académica, auxiliando com isso, os diversos agentes, a potenciar o RI como ferramenta de disseminação e de preservação da propriedade intelectual das IES.

No levantamento de dados para a realização deste estudo empírico, foi utilizado o inquérito por entrevista, recorrendo ao gravador do telefone, para uma futura transcrição em texto dos dados áudio. O guião da entrevista foi contruído em três blocos, o que nos permitiu realizar a entrevista, de forma focada, mantendo o entrevistado concentrado nas questões efetuadas, com pouca margem para a desconcentração e cumprindo, na maioria

dos casos, o tempo de dez minutos a que nos tínhamos proposto, para a aplicação do inquérito. Optámos por um texto semiestruturado, o que possibilitou informação mais detalhada e uma visão mais pessoal por parte do entrevistado, evitando intervirmos durante a realização da entrevista.

Desta forma, procurámos através de uma amostra selecionada com base em determinados critérios, ter indivíduos que representassem a nova geração de investigadores e com uma abrangência geográfica alargada, mas com características semelhantes de infraestrutura de acesso ao repositório. Para tal, fizemos um levantamento de jovens investigadores com perfis semelhantes, abrangendo todos os departamentos de investigação de cada uma das Faculdades, e comparando os perfis *CiênciaVitae*.

Com o primeiro objetivo, pretendia-se compreender o papel dos Repositórios Institucionais, no quotidiano do jovem investigador português. Nesta medida, concluímos que as opiniões divergem quando falamos em diferentes atores do RI. Para a maioria dos inquiridos, o RI não é um elemento fundamental, nem na disseminação da sua produção científica, nem na preservação dos seus trabalhos. Quando questionados sobre conceitos, como o auto arquivo, a maioria consegue identificá-lo, mas não o associa ao RI. Embora não se tenha colocado uma questão sobre a importância do auto-depósito, parte dos investigadores, através dos seus comentários finais, manifestou-se pouco disponível para o fazer, considerando essa uma função da Biblioteca, aliada ao facto de não existir uma política de obrigatoriedade de depósito na sua Instituição. Este resultado é confirmado pela resposta seguinte, sobre a escolha do RI para a preservação e a divulgação do trabalho científico, onde a maioria seleciona outros mecanismos, antes de escolher o RI. O facto de terem outras alternativas, facilmente controláveis por si, nomeadamente, um perfil no *ResearchGate*, uma página ou arquivo pessoal, faz com que estes vejam o RI como algo pouco apelativo e sem importância para a divulgação ou promoção da sua investigação.

Embora estas Faculdades tivessem sido selecionadas pelo número elevado de depósitos, quando comparadas com outras comunidades dentro da mesma Universidade, a conclusão a que chegámos é que, para este número, provavelmente não deve contribuir a nova geração de investigadores. Esta situação também poderá estar relacionada com o facto de ainda terem poucos artigos e experiência de depósito, mas isso seria uma hipótese a verificar em estudos futuros.

Outro dos objetivos era o de perceber o comportamento do investigador face ao RI, nomeadamente, a frequência de utilização do RI. Desse modo, foram dadas quatro hipóteses de resposta, em que procurámos identificar o número de utilizadores ativos e não ativos. Com a maioria a admitir que apenas utiliza o RI uma a duas vezes por ano, concluímos que a cultura do RI junto da geração mais nova tem sido inexistente. Na sequência desta constatação, alguns dos investigadores confirmaram que existe pouca iniciativa institucional para a utilização do RI de forma contínua e que esta se reduz, em grande parte, a métricas no âmbito da avaliação anual. Para tentarmos perceber se existia interesse na pesquisa em outros repositórios, que não o da sua instituição, colocámos uma pergunta sobre a utilização de outros RI. Embora a maioria dos indivíduos conhecesse outros repositórios, a sua utilização era pontual, direcionando a pesquisa para determinado autor ou trabalho. Este interesse deve-se, sobretudo, à pesquisa de determinados trabalhos de colegas, de documentos em que são coautores, ou a repositórios de instituições onde foram estudantes. Por fim, concluímos que, para a maioria não são claras as vantagens do RI. Uma vez que existem outras ferramentas, mais rápidas e fáceis de utilizar, o RI apresenta-se limitado na pesquisa e complexo no depósito.

Os requisitos a longo prazo, para estes investigadores, foram uma das vertentes abordadas no último bloco de questões. Embora a disseminação não tivesse sido, durante anos, a função principal do RI, os investigadores consideraram ser esse o seu papel principal no contexto Institucional. O mesmo se passa com a importância da sincronização, sobretudo com as plataformas de identificação de autores por publicações, que contenham não só a sua produção científica, como o seu percurso académico e profissional. Aqui, estamos a referir-nos ao *ORCID* e ao *Ciênciavita*, em que exista uma validação de conteúdo por parte do investigador. Com a última questão, pretendemos explorar o incentivo financeiro como uma opção para o aumento do auto-arquivo nos RI. Verificou-se que a maioria dos investigadores opta por outra alternativa que não a financeira, nomeadamente ações de formação sobre o objetivo do repositório e as suas contribuições para o meio científico. Aqui, foram mencionadas algumas soluções como a criação de revistas institucionais em acesso aberto e a automação dos depósitos nos Repositórios (algo que já existe em algumas Universidades através dos gestores de produção científica como o *Pure*).

Um dos agentes participativos na mudança é o jovem investigador. Este trabalho procurou ajudar a perceber quais são as suas necessidades relativamente ao RI e como as suas perceções condicionam as suas atitudes e comportamentos. Nesse sentido, através da abordagem realizada, pensamos ser possível ajudar gestores de repositórios, instituições e financiadores, nesse entendimento, visando potenciar a utilização do RI junto da camada mais jovem de investigadores.

Embora o propósito inicial fosse o de ter uma amostra, o mais abrangente possível e representativa dos seus pares, o que se constatou foi a pouca disponibilidade dos investigadores em participar neste tipo de estudos. Essa dificuldade foi, desde logo, sentida na altura do envio do email convite. Embora não se tivesse colocado limite no número de participantes, tendo sido enviados 128 convites à participação, a verdade é que ficou muito abaixo do número pretendido. Isto pode levar a uma baixa representatividade da comunidade estudada. Por outro lado, embora tivéssemos encontrado literatura abundante sobre o tema, não encontramos estudos sobre o RI e os jovens investigadores portugueses. O método escolhido foi o possível, embora pudéssemos ter tido uma taxa de resposta mais elevada se tivéssemos utilizado outra técnica para a recolha de dados, como por exemplo o inquérito por questionário.

Um modelo de marketing dirigido a investigadores sobre o RI, poderia ser uma linha de investigação a explorar. Criando sinergias entre diversos serviços institucionais, de forma a potenciar as vantagens do RI e a sua importância, não só para as Bibliotecas e IES, mas sobretudo, para os investigadores. Uma segunda linha de investigação poderia ser a realização de um estudo sobre as atitudes e os comportamentos dos jovens investigadores sobre o RI, noutros pontos geográficos de Portugal, abrangendo uma amostra mais alargada.

O RI faz parte de um ecossistema para o qual é fulcral integrar todos os participantes. Esta participação deverá ser feita de forma contínua e ativa, evitando que o Repositório caia no esquecimento e que os jovens investigadores percam competências técnicas e teóricas por ausência de utilização. É normal que essa utilização se faça à medida das necessidades individuais de cada um, mas parece ser denominador comum algum desgaste da importância do RI junto da comunidade científica. Pode ser determinante explorar a dimensão do marketing e envolver outros serviços, que não apenas as Bibliotecas, nessa missão. Para tal, é importante criar as condições para uma utilização

mais simples no momento de depositar, adotando modelos semelhantes a outras redes sociais ou mesmo outros serviços que estejam próximos da ciência. Afinal, o RI é um instrumento ao serviço da comunidade científica, mas é importante que esta seja a sua principal impulsionadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amado, J. (2014). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação 2ª edição*. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press.
- Amado, J. (2017). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação 3ª edição*. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press.
- Amaral, J. M. R. (2014). *A Comunicação Científica na Perspetiva da Comunidade Docente do Instituto Politécnico de Coimbra*.
- Arxiv. (2021). <https://arxiv.org/>
- Asadi, S., Abdullah, R., Yah, Y., & Nazir, S. (2019). Understanding Institutional Repository in Higher Learning Institutions: A Systematic Literature Review and Directions for Future Research. *IEEE Access*, 7, 35242–35263. <https://doi.org/10.1109/ACCESS.2019.2897729>
- Berndt, A. E. (2020). Sampling methods. *Journal of Human Lactation*, 36(2), 224–226.
- Bezjak, S., Clyburne-Sherin, A., Conzett, P., Fernandes, P. L., Görögh, E., Helbig, K., Kramer, B., Labastida, I., Niemeyer, K., & Psomopoulos, F. (2018). *The open science training handbook*. [sn].
- Boufarss, M. (2010). *If We Build It, Will They Come?: A Survey of Attitudes Toward Institutional Repositories Among Faculty at the Petroleum Institute*.
- Buehler, M. A. (2013). *Demystifying the Institutional Repository for Success*. Chandos Publishing.
- Callicott, B. B. (2015). *Making Institutional Repositories Work*. 387.
- Carvalho, J., Matas, L., Segundo, W., Graça, P., & Lopes, P. (2021). DOS REPOSITÓRIOS AOS AGREGADORES, O METAMODELO DE RELAÇÕES ENTRE ENTIDADES: O caso LA Referencia e RCAAP. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*, 0(0), 33–37. <http://aleph.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/10244>
- Cassé, A. P. O. M., & Gomes, M. A. (sem data). *GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO EM REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE A UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS E A UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ*.
- Center for Open Science. (2021). <https://www.cos.io/>
- Chatterjee, P., Biswas, T., & Mishra, V. (2013). Open access: The changing face of scientific publishing. *Journal of family medicine and primary care*, 2(2), 128.
- Costa, J. L., & Freitas, J. A. (2016). *Repositórios institucionais: Constrangimentos no processo de disponibilização de conteúdos científicos*.
- Coutinho, C. P. (2014). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas*. Leya.
- Creswell, J. W., & Creswell, J. D. (2018). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (Fifth edition). SAGE.
- Crow, R. (2002). *The case for institutional repositories: A SPARC position paper*.
- Cruz, R., Rodrigues, E., Príncipe, P., Carvalho, J., & Boavida, C. P. (2012). *Acesso Aberto à literatura científica em Portugal: O passado, o presente e o futuro*.
- Dawson, P. H., & Yang, S. Q. (2016). Institutional repositories, open access and copyright: What are the practices and implications? *Science & Technology Libraries*, 35(4), 279–294.
- DODEBEI, V. (2009). Repositórios institucionais: Por uma memória criativa no ciberespaço. *Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação*. Salvador: EDUFBA, 83–106.
- Duranceau, E. F., & Kriegsman, S. (sem data). *Implementing Open Access Policies*

- Using Institutional Repositories. *Institutional Repositories*, 23.
Econpapers (2021) <https://econpapers.repec.org/>
Early Career Researcher (ECR). (2021).
<https://www.academiccareermaps.org/glossary/early-career-researcher-ecr>
ESTUDO GERAL Repositório científico da UC. (2022).
<https://estudogeral.uc.pt/?locale=pt>
*European Open Science Cloud: A new paradigm for Innovation and Technology-
 Brochure | Shaping Europe's digital future*. (2019). <https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/library/european-open-science-cloud-new-paradigm-innovation-and-technology-brochure>
 Ferreira, B. L. B. N. (2020). *Competências para gestores de repositórios institucionais: O caso do repositório científico da Universidade de Coimbra*.
 Freitas, C. C. P. e. C. de. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico - 2ª Edição*. Editora Feevale.
 Gargouri, Y., Hajjem, C., Larivière, V., Gingras, Y., Carr, L., Brody, T., & Harnad, S. (2010). Self-selected or mandated, open access increases citation impact for higher quality research. *PloS one*, 5(10), e13636.
 Gass, S. (2001). Transforming scientific communication for the 21st century. *Science & technology libraries*, 19(3–4), 3–18.
 Gewin, V. (2016). An open mind on open data. *Nature*, 529, 3.
 Gomes, M. J., & Rosa, F. G. M. G. (2010). *Repositórios institucionais: Democratizando o acesso ao conhecimento*.
 Graça, P. D., Moreira, J. M., Ribeiro, F. A., & Carvalho, J. C. (2018). A APLICAÇÃO DO QUADRO NORMATIVO DE PORTUGUESE CURRENT RESEARCH INFORMATION SYSTEM (PTCRIS) AOS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS DO REPOSITÓRIO CIENTÍFICO DE ACESSO ABERTO DE PORTUGAL (RCAAP)-IDENTIFICADORES INDIVIDUAIS ÚNICOS. *PontodeAcesso*, 12(2), 2–17.
 Hockx-Yu, H. (2006). Digital preservation in the context of institutional repositories. *Program*.
 Jabbar, A., Saqib, U., & Muhammad, A. (2020). Accessibility and Use of Institutional Repository among Research Scholars: A Case of COMSATS Institute of Information Technology, Lahore. *Library Philosophy and Practice*, 1–18.
 Jain, P. (2011). New trends and future applications/directions of institutional repositories in academic institutions. *Library Review*.
<https://doi.org/10.1108/00242531111113078>
 Kallio, H., Pietilä, A., Johnson, M., & Kangasniemi, M. (2016). Systematic methodological review: Developing a framework for a qualitative semi-structured interview guide. *Journal of advanced nursing*, 72(12), 2954–2965.
 Kim, Y., & Oh, J. S. (2018). Disciplinary, Institutional, and Individual Factors Affecting Researchers' Depositing Articles in Institutional Repository: An Empirical Analysis. *The Journal of Academic Librarianship*, 44(6), 824–832.
<https://doi.org/10.1016/j.acalib.2018.09.013>
 Laakso, M. (2014). Green open access policies of scholarly journal publishers: A study of what, when, and where self-archiving is allowed. *Scientometrics*, 99(2), 475–494.
 Langley, A., & Li, Yuan. (2016). Creating the IR Culture. Em *Making Institutional Repositories Work* (pp. 281–289). Purdue University Press.
<https://www.jstor.org/stable/j.ctt1wf4drg.25> JSTOR
 Leavy, P. (2017). *Research design: Quantitative, qualitative, mixed methods, arts-*

- based, and community-based participatory research approaches. Guilford Publications.
- Lopes, P., Carvalho, J., Ribeiro, F., & Graça, P. (2020, outubro 7). *Integrar a rede de repositórios RCAAP no ecossistema de gestão de ciência – PTCRIS - depósitos diretos nos repositórios a partir de sistemas CRIS*. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/>
- Luca, E., & Narayan, B. (2016). *Redesigning the open-access institutional repository: A user experience approach*. 275–281.
- Lynch, C. (2016). Foreword: A Few Reflections on the Evolution of Institutional Repositories. Em *Making Institutional Repositories Work*.
- Mayring, P. (2001). *Combination and integration of qualitative and quantitative analysis*. 2(1).
- Markey, R., S. Y., Yakel, E., St Jean, B., & Kim, J. (2007). Perceived values and benefits of institutional repositories: A perspective of digital curation. *An International Symposium on Digital Curation (DigCCurr 2007)*, 1–8. https://ils.unc.edu/digccurr2007/papers/rieh_paper_6-2.pdf
- Marsh, C., Wackerman, D., & Stubbs, J. A. (2017). Creating an Institutional Repository: Elements for Success! *The Serials Librarian*, 72(1–4), 3–6.
- Miguéis, A. E., & Neves, B. (2021). A visão dos gestores de repositórios. O caso da Universidade de Coimbra. *Sob a lente da Ciência Aberta: Olhares de Portugal, Espanha e Brasil*, 273–294. https://doi.org/10.14195/978-989-26-2022-0_10
- Miguéis, A. M. E. (2012). *Atitudes e percepções dos autores depositantes do repositório científico da Universidade de Coimbra*. <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/21116>
- Ministério da Educação e Ciência. (2014). *Política sobre Acesso Aberto a Publicações Científicas resultantes de Projetos de I&D Financiados pela FCT*. <https://www.fct.pt/acessoaberto/index.phtml.pt>
- Portaria n.º 285/2015 de 15 de setembro, (2015) (testimony of Ministério da Educação e Ciência). <https://dre.pt/application/conteudo/70297426>
- Morse, J. M. (2008). Confusing categories and themes. *Qualitative health research*, 18(6), 727–728.
- Narayan, B., & Luca, E. (2017). Issues and challenges in researchers' adoption of open access and institutional repositories: A contextual study of a university repository. *Information Research: an international electronic journal*.
- Nazim, M., & Mukherjee, B. (2011). Status of institutional repositories in Asian countries: A quantitative study. *Library Philosophy & Practice*, Novemb.
- Next & Generation Repository Working Group (COAR). (2017). *Next Generation Repositories Behaviours and Technical Recommendations of the COAR Next Generation Repositories Working Group*. COAR. <https://www.coar-repositories.org/files/NGR-Final-Formatted-Report-cc.pdf>
- Nicholas, D., Boukacem-Zeghmouri, C., Rodríguez-Bravo, B., Xu, J., Watkinson, A., Abrizah, A., Herman, E., & Świgoń, M. (2017). Where and how early career researchers find scholarly information. *Learned Publishing*, 30(1), 19–29.
- Nicholas, D., Jamali, H. R., Herman, E., Watkinson, A., Abrizah, A., Rodríguez-Bravo, B., Boukacem-Zeghmouri, C., Xu, J., Świgoń, M., & Polezhaeva, T. (2020). A global questionnaire survey of the scholarly communication attitudes and behaviours of early career researchers. *Learned Publishing*, 33(3), 198–211. <https://doi.org/10.1002/leap.1286>
- Nobes, A., & Harris, S. (2019). Open Access in low-and middle-income countries: Attitudes and experiences of researchers. *Emerald Open Research*, 1, 17.

- Novak, J., & Day, A. (2018). The IR Has Two Faces: Positioning Institutional Repositories for Success. *New Review of Academic Librarianship*, 24(2), 157–174. <https://doi.org/10.1080/13614533.2018.1425887>
- Nunes, M. J. (2013). *Repositórios institucionais de ensino superior: O caso das instituições descentralizadas* [Dissertação, Universidade Nova de Lisboa]. https://run.unl.pt/bitstream/10362/13794/1/Dissertacao_versao_Final_MJNunes_Out13.pdf
- Ocholla, D. N., & Ocholla, L. (2016). Does open access prevent plagiarism in higher education. *African Journal of Library, Archives and Information Science*, 26(2), 189–202.
- Okpala, H. N. (2018). Access Tools And Services To Open Access: DOAR, ROAR, SHERPA-RoMEO, SPARC AND DOAJ. *Informatics Studies*, 4(3), 05–20.
- Organization for Economic Cooperation and Development. (2015). *Making open science a reality*. OECD.
- Otto, J. J., & Mullen, L. B. (2018). The Rutgers open access policy goes into effect: Faculty reaction and implementation lessons learned. *Library Management*.
- Plutchak, T. S., & Moore, K. B. (2017). Dialectic: The Aims of Institutional Repositories. *The Serials Librarian*, 72(1–4), 27–35. <https://doi.org/10.1080/0361526X.2017.1320868>
- Prem, E., Sanz, F., Lindorfer, M., Lampert, D., & Irran, J. (2016). *Open Digital Science*. Technical report.
- Proudman, V., Sveinsdottir, T., & Davidson, J. (2020). *An Analysis of Open Science Policies in Europe, v6* [Research Reports or Papers]. SPARC Europe. <https://eprints.gla.ac.uk/222719/>
- Quinn, A. M. (2022). Thinking Beyond If You Build It, They Will Come: Increasing Submissions to Campus Institutional Repositories. *New Review of Academic Librarianship*, 1–19.
- Rawat, S., & Meena, S. (2014). Publish or perish: Where are we heading? *Journal of Research in Medical Sciences: The Official Journal of Isfahan University of Medical Sciences*, 19(2), 87. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3999612/>
- RCAAP. (2022). *COMO AUTO-ARQUIVAR DOCUMENTOS*. <http://projeto.rcaap.pt/index.php/lang-pt/como-auto-arquivar-documentos/introducao-3>
- Repositório da Universidade de Lisboa. (2022). <https://repositorio.ul.pt/>
- Ribeiro, L., de Castro, P., & Mennielli, M. (2016). EUNIS – EUROCRIS JOINT SURVEY ON CRIS AND IR. *FINAL REPORT*, 23.
- Rieh, S. Y., & Smith, K. (2009). Topic 1: All universities should have an institutional repository. *Bulletin of the American Society for Information Science and Technology*, 35(4), 12–16. <https://doi.org/10.1002/bult.2009.1720350407>
- Robson, S. G., Baum, M. A., Beaudry, J. L., Beitner, J., Brohmer, H., Chin, J. M., Jasko, K., Kouros, C. D., Laukkonen, R. E., & Moreau, D. (2021). Promoting Open Science: A holistic approach to changing behaviour. *Collabra: Psychology*, 7(1), 30137.
- Rodrigues, E. (2010). *O RepositóriUM – repositório institucional da Universidade do Minho: Da génese à maturidade*.
- Rodrigues, E. (2018). Do RepositóriUM aos repositórios da nova geração. Em *Do RepositóriUM aos repositórios da nova geração*. Universidade Aberta. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/>
- Rodrigues, E., Boavida, C., Carvalho, J., Saraiva, R., & Príncipe, P. (2013). *Os*

- Investigadores em Portugal e a sua Relação com o Acesso Aberto à Produção Científica*. 111. <http://hdl.handle.net/1822/23391>
- Rodrigues, M. E. P., Amante, M. J., Pais, C., Segurado, T., & Lopes, S. (2014). Avaliação de repositórios institucionais: Análise comparativa. *Cadernos BAD*, 15–28.
- Ruiz-Conde, E., & Calderón-Martínez, A. (2014). University institutional repositories: Competitive environment and their role as communication media of scientific knowledge. *Scientometrics*, 98(2), 1283–1299. <https://doi.org/10.1007/s11192-013-1159-5>
- Saini, O. P. (2018). *Understanding the Role of Institutional Repository in Digital Preservation in Academic Libraries: A Review of Literature*. 15.
- Sarabipour, S., Debat, H. J., Emmott, E., Burgess, S. J., Schwessinger, B., & Hensel, Z. (2019). On the value of preprints: An early career researcher perspective. *PLoS biology*, 17(2), e3000151.
- Saraiva, R., & Rodrigues, E. (2009). *Open access in Portugal: A state of the art report*.
- Sarker, F., Davis, H., & Tiropanis, T. (2010). *The Role of Institutional Repositories in addressing Higher Education Challenges*. 8.~
SBE_Robust_and_Reliable_Research_Report.pdf. (2015).
https://nsf.gov/sbe/AC_Materials/SBE_Robust_and_Reliable_Research_Report.pdf
- Schöpfel, J., Prost, H., & Bescond, I. L. (2011). Open Is Not Enough: Grey Literature in Institutional Repositories. *GL 13 : Thirteenth International Conference on Grey Literature : The Grey Circuit*, 23.
https://archivesic.ccsd.cnrs.fr/sic_00908862/document
- Seminar Kepustakawanan Inovasi Kepustakawanan Ke Arah Kecemerlangan Kesarjanaan*. (2011). 17.
- Serrano-Vicente, R., Melero, R., & Abadal, E. (2018). Evaluation of Spanish institutional repositories based on criteria related to technology, procedures, content, marketing and personnel. *Data technologies and applications*.
- Taylor, S. J., Bogdan, R., & DeVault, M. (2015). *Introduction to qualitative research methods: A guidebook and resource*. John Wiley & Sons.
- Ten Holter, C. (2020). The repository, the researcher, and the REF: “It’s just compliance, compliance, compliance”. *The Journal of Academic Librarianship*, 46(1), 102079. <https://doi.org/10.1016/j.acalib.2019.102079>
- Tmava, A. M. (2022). Faculty Perceptions of Open Access Repositories: A Qualitative Analysis. *New Review of Academic Librarianship, just-accepted*, 1–55.
- Turner, M. E., & Sauer, J. (2022). Faculty Awareness and Use of an Institutional Repository at a Master’s Granting University. *Journal of Librarianship and Scholarly Communication*, 10(1).
- Williamson, K., & Johanson, G. (Eds.). (2018). *Research methods: Information, systems, and contexts* (Second edition). Chandos Publishing, an imprint of Elsevier.

APÊNDICES

APÊNDICE A – LEGITIMAÇÃO DA ENTREVISTA

Contextualização: O Investigador foi contactado por email, no qual foi explicado de uma forma genérica o objetivo do estudo e solicitada a sua colaboração para o agendamento de uma entrevista por telefone. Garantimos a confidencialidade do telefonema e deixámos em aberto um dia a agendar durante o mês de abril ou princípios de maio, **estabelecendo, no entanto, horas para a entrevista.**

Introdução: Agradecer a disponibilidade para a entrevista e apresentar-me como aluna de mestrado em ciências da documentação e informação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dar ênfase à importância de dar voz aos investigadores enquanto agentes ativos do repositório institucional. Sublinhar a importância da colaboração dos investigadores nesta breve entrevista, com duração não superior a 10 minutos.

Tema: Levantamento de perceções e comportamentos de jovens investigadores em início de carreira face aos repositórios institucionais.

Objetivo: Perceber qual a perspetiva dos jovens investigadores sobre a forma como o repositório institucional poderá ser uma ferramenta de divulgação e preservação da produção científica.

Confidencialidade: Explicar que esta entrevista será para uso estritamente académico e que caso resulte em qualquer publicação científica, todos os dados serão transcritos e codificados para manter a confidencialidade e anonimato dos participantes.

Procedimento: Após a concordância com a gravação e o consentimento informado do investigador, a entrevista será gravada para memória futura na transcrição dos dados. É composta por três blocos, cada um procurando perceber a forma como o investigador vê o repositório institucional, quais os requisitos que, na sua ótica, deveriam estar presentes e, no fim, tentar perceber de que forma estes requisitos condicionam o seu comportamento no momento de depositar.

Perceber se o entrevistado pretende ler a transcrição da entrevista para corrigir eventuais erros ou mal-entendidos e, se assim o entender, se pretende que a transcrição seja enviada por email ou por correio.

APÊNDICE B – MODELO DE GUIÃO DA ENTREVISTA

Tempo de duração da entrevista: _____

Dia/Hora: _____

Recurso: _____

Repositório institucional do entrevistado:

Nº de anos de utilização do repositório: _____

PARTE- PERCEÇÕES SOBRE O REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL:

De 0 a 100%, em que medida o Repositório Institucional promove a divulgação da sua produção científica?

Em poucas palavras, descreva o que entende por auto depósito.

De todas as ferramentas que utiliza para divulgar e preservar o seu trabalho, o repositório institucional é a mais utilizada? Em caso negativo, qual é a mais utilizada?

PARTE- COMPORTAMENTOS INERENTES À UTILIZAÇÃO DO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL:

Se tivesse que identificar a frequência com que utiliza o RI, quais dos seguintes períodos temporais se adequariam à sua experiência:

- Todos os dias;
- Uma vez por semana;
- Uma vez por mês;
- Uma a duas vezes por ano?

2. Utiliza outros repositórios institucionais para além do seu? Quais?

3. Na hipótese de receber mais ações de formação por parte da sua Faculdade na promoção do RI, quais os temas que consideraria como mais relevantes:

- Auto depósito;
- Vantagens e Desvantagens do Repositório Institucional;
- Copyright.
- Outros. Quais?

III. PARTE- REQUISITOS NA ÓTICA DO INVESTIGADOR

Qual das seguintes funcionalidades considera a mais importante no Repositório Institucional?

- Ter a informação científica num único local?
- A preservação dos *metadados* (informação que acresce aos dados) científicos?
- A difusão online da produção científica da Universidade?
- A promoção de futuras colaborações?

Na possibilidade de poder sincronizar o seu repositório institucional com uma destas ferramentas, qual delas escolheria?

- Página pessoal;
- *Ciênciavita*;
- *ResearchGate*;
- *Orcid*.

Existem Faculdades que promovem o auto depósito através de incentivos financeiros. Considera que este é um estímulo diferenciador para o aumento do depósito nos RI? Ou existem outros Incentivos que a seu ver são mais importantes?

APÊNDICE C – MODELO DE CONVITE ENVIADO POR EMAIL

Entrevista por Telefone

“O repositório institucional e o investigador: perceções, requisitos e comportamentos”

Caro investigador,

O meu nome é Isabel Murta e sou aluna do Mestrado em Ciências da Documentação e Informação na Universidade de Lisboa. No âmbito do meu trabalho final, sob a orientação do Prof. Doutor Jorge Revez, estou a fazer um levantamento do perfil do jovem investigador da comunidade académica portuguesa, na sua relação com os repositórios institucionais.

A seleção da amostra deste estudo foi efetuada tendo como base as duas universidades portuguesas mais bem posicionadas nos Rankings Internacionais. Depois, foram selecionadas as duas Faculdades com maior número de depósitos em cada um dos RI.

Através de um sistema de seleção de investigadores, cheguei ao seu nome. Uma vez que procuro estudar a dinâmica e a opinião dos jovens investigadores a trabalhar em Portugal, gostaria de realizar uma entrevista telefónica consigo, em que iremos abordar o tópico do repositório institucional.

Gostaria de saber qual o seu interesse em participar neste estudo. A entrevista não durará mais do que 10 minutos, sendo que para isso agradeço que me envie um email com o seu contacto telefónico (telefone e/ou telemóvel).

Os dados obtidos serão utilizados exclusivamente para investigação. A informação recolhida de cada participante será combinada e analisada em conjunto com informação de outros participantes. Todos os dados de identificação de cada participante serão mantidos em absoluta confidencialidade. Para o estudo, a cada participante será atribuído um número codificado. A identidade dos participantes nunca será revelada em qualquer relatório ou publicação decorrente do estudo.

A sua participação é essencial!

Agradecia que indicasse qual dos seguintes dias/ horas seria possível para si.

26 de maio	27 de maio	28 de maio	29 de maio	30 de maio	31 de maio	01 de junho	02 de junho	03 de junho
Hora:	Hora:	Hora:	Hora:	Hora:	Hora:	Hora:	Hora:	Hora:

Contactos: Isabel Murta: immurta@edu.ulisboa.pt

Muito obrigada!

Isabel Murta

APÊNDICE D – TEXTO INTEGRAL DA TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

FCUL1(F)

FCUL1(F) Nº anos de experiência: Há 1 ano (desde 2021)

A1. FCUL1(F) Resposta: 20%

A2. FCUL1(F) (Hesitação) terá que ser o investigador a colocar os seus dados, a sua investigação, os seus artigos num local.

A3. FCUL1(F) Não! (Em caso negativo perguntamos qual é a que utiliza mais) Sobretudo bases internacionais, portando o ORCID o PubMed, todo esse tipo de repositórios que acaba por ser, não são, são automáticos, não é? E: Mas utiliza algum repositório de dados, por exemplo? O Bioarxiv ou...R: Já utilizei sim, o bioarxiv.

A4. FCUL1(F) Sim, seria a última opção, uma a duas vezes por ano.

A5. FCUL1(F) Não!

A6. FCUL1(F) Sim, quer dizer, talvez perceber as vantagens e desvantagens do auto depósito.

A7. FCUL1(F) Talvez a difusão na comunidade. E: A difusão online da produção científica? R: Sim.

A8. FCUL1(F) Sim, talvez o CiênciaVitae.

A9. FCUL1(F) (Ri-se) Não. Claro que o financiamento é sempre um incentivo, agora eu para mim, na minha opinião pessoal eu mesmo não percebo o objetivo e importância desse autodeposito nestes repositórios, quando existem repositórios, aliás acho que deviam funcionar ao contrário, estes repositórios deveriam de estar associados ou poder sincronizar eles próprios a outras bases de dados como o *cienciavitae* ou o ORCID e não o contrário.

O conceito de autodeposito, hoje em dia, acho que não faz muito sentido. Como uma coisa geral, claro que esporadicamente podem ser feitos quando há coisas que não sincronizam. E: Mas acha que não fazem muito sentido face às redes sociais, por exemplo? Ou outras ferramentas, é isso? R: Não que existem ferramentas, de código, de pesquisa, como o Ciênciavitae que sincronizam com o ORCID, o ORCID sincroniza diretamente com o SCOPUS e PUMED e, portanto, sincronização é feita por nós, tudo o que está aberto ao público. Claro que é útil ter um repositório que concentra toda essa informação, mas não na forma de autodeposito. Porque isso acaba por ser mais uma coisa que acresce já às várias funções do investigador. E na faculdade de ciências, existem mais do que uma ...agora não me estou a lembrar, mas existe um outro que não sincronizam entre eles. O *biblios* é o principal, mas existe um outro e não sincronizam entre eles.

Pergunta sobre envio dos dados transcritos. R: Não.

(duração da entrevista: 11 minutos)

FCUL2(M)

FCUL2(M) Nº anos de experiência: Não tem experiência. Não tem contacto com o RI. No outro Instituto tinham essa preocupação. Desde 2014, altura em que está na FC nunca lhe pediram. Quando insiro no *biblios* só insiro o doi. O perfil está sempre atualizado. Os Serviços centrais fazem algumas alterações. O *biblios* só tem a referência. Para colocar os dois dos seus artigos.

Possivelmente alguma tese de uma Instituição estrangeira, mas não nacional.

Chateava-me estar à espera das coisas. Trabalhava com aquilo que conseguia arranjar de forma rápida. Tenho consciência que varia de área científica. Estou em engenharia

e mais na *management science*, mas vai ao SCOPUS e à WOS. Verifica sobretudo as citações e ao *Impact Factor*. Procuo artigos que quando não são subscritos pela Fundação recorro à pirataria.

B1. FCUL2(M) 20%

B2. FCUL2(M) O local onde a instituição pode armazenar o nosso trabalho científico, ao nível de artigos, teses, que possa vir a ser útil mais tarde para alguém que possa vir a consultar que não próprio.

B3. FCUL2(M) Claramente Não. São as revistas internacionais com *peer review* para que estejam disponíveis para a maior audiência possível. Para divulgar: Estou à espera que os artigos fiquem disponíveis mas também utilizo o Research Gate e faço o upload dos doi's quando eles não são logo apanhados. Vou ao SCOPUS e Googlescholar e disponibilizo os melhores artigos, senão todos, no LinkIn o LINK para quem quiser ir ver o artigo junto da rede de contactos mais próximo.

B4. FCUL2(M) Uma a duas vezes por ano.

B5. FCUL2(M) Isso é um bocado ambíguo, se considerarmos a internet ou via GoogleScholar em que temos acesso a alguns repositórios de instituições americanas, nesse aspeto sim, utilizamos repositórios de outras instituições. Vou sempre via GoogleScholar e depois este vai aos repositórios das próprias instituições. Vou à procura de trabalhos que citem os meus artigos, dá um alerta que trabalho tal citou o seu artigo

B6. FCUL2(M) Autodepósito. Não vejo grande interesse.

B7. FCUL2(M) A difusão online da produção científica da Universidade e Ter a informação científica num único local.

B8. FCUL2(M) *CiênciaVitae*

(duração da entrevista: 17 minutos)

FEUP1(M)

FEUP1(M) Nº anos de experiência: Não utiliza nenhum RI. (Face a esta resposta perguntámos onde é que o investigador costuma consultar as teses). Neste, quando preciso de alguma em especial, vou ao google, acabo por visitar os repositórios de outras Universidades, mas não vou pelo repositório. Se o aluno ou a pessoa em causa tiver uma página pessoal, vou por aí. E nunca utilizou nenhum RI ? tenho o meu repositório pessoal online, ponho lá tudo o que são os meus trabalhos, artigos, etc e que está disponível para todo o público.

O meu pessoal utilizo desde 2013. Mas não me lembro bem. Talvez há 9 anos.

Fiz o meu doutoramento no técnico e tenho a ideia que cheguei a colocar á algumas coisas. À parte das teses que é automático. Coloquei alguns artigos porque foi solicitado no sistema. Na Instituição de investigação onde estive, cada vez que tínhamos que apresentar um trabalho, enviávamos o artigo e alguém dentro da Instituição tratava de o colocar no repositório. Mas tipicamente nunca foi minha iniciativa, nunca dei esses ponteiros a ninguém, nem nunca fui procurar outros trabalhos lá, mesmo de colegas e isso acabo por ir aos sítios onde os artigos costumam ser publicados.

C1. FEUP1(M) 10%

C2. FEUP1(M) Não sei. É a primeira vez que estou a ouvir isso. Algo que eu faço? Crio um arquivo meu e vou lá colocando as coisas? (Depois de um esclarecimento do conceito) É de minha iniciativa colocar os artigos no repositório.

C3. FEUP1(M) (Depois de um esclarecimento) Informou que faz o depósito do artigo na página e que o artigo é indexado no google scholar. (E se necessitar de fazer a referência de um relatório ou dos dados científicos do artigo?) Normalmente só divulgo os artigos, não é necessário e se for coloco em algum tipo de alojamento

online e disponibilizo ou direciono diretamente para aí. (pergunta de complemento: Nunca precisou de depositar relatórios para nenhum projeto europeu por exemplo?) Não. Nunca trabalhei em nenhum projeto europeu, por acaso.

C4. FEUP1(M) 1 a duas vezes por ano.

C5. FEUP1(M) Só o Repositório pessoal. Não. Por vezes utilizo o ResearchGate. Não sei se pode ser considerado um repositório.

C6. FEUP1(M) As vantagens e desvantagens. Para começar a utilizar um repositório teriam de ser bem evidentes quais as vantagens de fazer isso e como é assegurada a divulgação junto do público. Como é que as pesquisas feitas online, sejam francos, as pesquisas são feitas online. Tenho que ter a certeza de que quando deposito os artigos online estes são indexados por esses motores (google scholar).

C7. FEUP1(M) A difusão online da produção científica.

C8. FEUP1(M) A página pessoal. É a que está mais organizada

C9. FEUP1(M) Existem outros incentivos mais importantes. Não vim para este meio pelo dinheiro. O meu foco é produzir o conhecimento e torná-lo o mais acessível possível. O Repositório tinha que garantir que ao colocarmos lá as coisas iam ter visibilidade e facilmente acessíveis por toda a gente. Que me deem uma boa alternativa à minha página pessoal. Se eu conseguir usar um repositório desses e ter um portal para a minha produção científica por exemplo, que eu possa usar como ponteiro ao invés da minha página pessoal, isso seria um bom incentivo, que fosse mais fácil de manter.

Comentário sobre os repositórios. Também tem a ver com a forma como fazemos a carreira. Tão depressa estamos num lado, como depressa estamos no outro. Ou seja, se estive 10 anos no técnico a fazer o doutoramento e parte do meu pós-doutoramento e depois mudo, eu deixo de ter um sítio centralizado onde ter toda a minha produção. Passo a ter a produção distribuída em repositórios onde fui fazendo carreira e também não é útil para mim. Gosto de ter um sítio que condensa todo o meu trabalho. Deveria ser integrado com os vários repositórios. Por isso dou primazia à minha página, onde tenho tudo integrado, do que estar disperso pelos diversos RI que fui utilizando. Se houvesse alguma forma de estarem ligados centralmente onde houvesse o perfil do investigador que vai beber aos vários. Não sei, depois também vem a questão de quem trabalha lá fora.

(duração da entrevista: 15 minutos)

FCUL3(M)

FCUL3(M) Nº anos de experiência: 10 anos. A utilização é muito esporádica.

Já tinha utilizado o Repositório para ir buscar teses e dissertações. Já utilizei o da Universidade de Coimbra. Conheço a pessoa, sei quem é, sei que fez aquele trabalho e quero ver aquele trabalho. Normalmente é mais esse tipo de pesquisa que faço. Faz uma pesquisa aleatória.

D1. FCUL3(M) 20%

D2. FCUL3(M) A capacidade de eu ir depositar lá qualquer coisa. Apesar de no caso de as teses ser normalmente feito pela própria instituição. No caso dos artigos científicos não tenho feito o depósito porque a grande maioria não é *open access* e portanto existe uma base de dados na Faculdade em que estão todos os links e referências para os artigos mas não estão propriamente os artigos, mas não têm o texto integral dos artigos. Eventualmente o abstract está disponível.

D3. FCUL3(M) Não. Utilizo plataformas como o *ResearchGate* ou o *Twitter* para divulgar o trabalho e a minha página pessoal.

D4. FCUL3(M) Uma a duas vezes por ano.

D5. FCUL3(M) Utiliza o repositório da Universidade de Coimbra para ir buscar umas teses de algumas pessoas que trabalham na mesma área . (Utiliza algum internacional?) Ou se utilizar o Google e vá lá parar. Alguma pessoa que esteja numa determinada Universidade.

D6. FCUL3(M) Copyright e vantagens e desvantagens do repositório institucional. Na minha área não é obvio quais as vantagens. Não é dada importância significativa para estar a depositar aí os trabalhos.

D7. FCUL3 (M) A preservação dos *metadados*. Sobre tudo das teses que até há um tempo atrás não estavam tão visíveis.

D8. FCUL3(M) Todos.

D9. FCUL3(M) Poderia ser interessante essa possibilidade. Na minha área publicamos mais artigos científicos e se quisermos publicar em *open access* temos que pagar o *fee*, se esse *fee* fosse pago pelas faculdades seria fácil disponibilizar os artigos. Seria interessante haver uma participação das Instituições.

(duração da entrevista: 10 minutos)

FEUP2 (M)

Nº anos de experiência: Não uso. Utilizo artigos. Faço o autodepósito no *mendeley*. 8, 9 anos

E1. FEUP2(M) 80%

E2. FEUP2(M) Obter informações de outras fontes criando um autodeposito dessas informações. *Mendeley*, *Endnote*. Depósitos próprios com os temas relevantes da minha área.

E3. FEUP2(M) Sim.

E4. FEUP2(M) Todos os dias.

E5. FEUP2(M) *Scencedirect e Springer*.

E6. FEUP2(M) O meu trabalho não tem desenvolvimento nos RI. Instituto Van Holsen, Universidade de Gent

E6. FEUP2(M) Auto depósito e Copyright

E7. FEUP2(M) A divulgação e promoção de futuras colaborações.

E8. FEUP2(M) *Ciênciavivae*.

E9. FEUP2(M) Existem incentivos mais importantes. Divulgação da minha investigação e reconhecimento do meu trabalho.

(duração da entrevista: 8 minutos)

FEUP3 (M)

Repositório que é público da UP. O repositório aberto ou o repositório fechado.

Repositório temático da UP

Nº anos de experiência: 13 anos de experiência com intervalos. Usei mais durante a minha dissertação de mestrado, com intervalos no meio.

F1. FEUP3(M) Não diria que promove a divulgação. O Repositório está mais do lado do armazenamento e disponibilização dos dados. Isso acaba sempre por caber aos próprios investigadores. Esse não é o papel do Repositório. Daria 10% a 20%

F2. FEUP3(M) O RI deposita aquilo que é entregue às Bibliotecas das Instituições. Aqui não funcionamos assim as teses damos à Biblioteca e eles depositam. (Depois de um breve esclarecimento que essa costuma ser a exceção e que nos estávamos a referir aos artigos e relatórios técnicos). Normalmente nunca aconteceu. A maior publicação que eu tenho é em revistas e atas de conferências e temos algumas regras sobre o copyright pelo que acabo por não colocar no repositório.

F3. FEUP3(M) Não. Acabo por confiar nas próprias publicações científicas. O Repositório institucional é onde está o meu trabalho de dissertação e de

doutoramento, mas em termos de artigos científicos confio isso às próprias revistas, e à organização das conferências que publicam os *proceedings* eu por acesso tenho alguns manuscritos que coloquei no ResearchGate e coloquei no meu próprio site, depois de ter passado algum tempo precisamente por causa do copyright.

F4. FEUP3(M) Uma vez por mês. Depende das alturas.

F5. FEUP3(M) Sim. São repositórios onde acabo de fazer algumas revistas através do *google scholar*, se não estiver para configurar a VPN, sou levado a repositórios estrangeiros que reconheço pela interface, o DSPACE. Uma ou outra nacional, mas normalmente estrangeiras.

F6. FEUP3(M) A parte do auto depósito. Copyright. (acha que existem algumas dúvidas relativamente aos direitos de autor para efetuar o depósito). Penso que sim, vejo isso pelos colegas e estudantes que oriento e que orientei. E vejo que há um certo desconhecimento com os direitos de autor e alguma dúvida.

F7. FEUP3 (M) Não acho que o repositório tenha um papel de promotor ativo. Mais do que a funcionalidade, porque essa está lá. Mais importante é a questão da meta dados. É muitíssimo importante que esteja correta. A consistência dos *metadados*. Ao nível da inconsistência. Se eu quiser saber a produção científica de um colega, os nomes não estão escritos exatamente da mesma maneira, não é? E acaba por falhar esse link no repositório ou coisas... também há uma situação, no repositório temático, como por exemplo o assunto e isso é uma dificuldade. A revisão dos *metadados* é muito complicada, tem vindo a melhorar. Há um trabalho (provavelmente eterno) de rever o que está no repositório para trás e rever para que os dados fiquem mais consistentes. Muita coisa escapa por causa de uma má catalogação. Sou de opinião que estas automatizações de sincronizações é um trabalho para ser feito por pessoas e não por robots.

F8. FEUP3(M) Nenhuma. Gosto de fazer tudo manualmente. A única que poderia considerar seria uma sincronização com uma página pessoal porque aí, à partida, seria eu a programar na minha página pessoal. Portanto aí há uma espécie de esforço para supervisionar atentamente essa sincronização. Mais isso seria uma *nerdisse*. Tenho alguma reserva nestas automações. Quando damos permissão ao ORCID este pode sincronizar e depois poderá haver alterações que alteram as coisas. Há alguma coisa que pode estar errada, quando temos diferentes sistemas que comunicam através de um protocolo, de uma API, mas que na verdade são sistemas totalmente separados. Não sou muito favorável, a não ser em contextos experimentais, de brincadeira, como no caso de uma página pessoal em que existe uma supervisão, não confiaria muito em colocar as plataformas a comunicar umas com as outras. Mas isso sou eu que nem sequer tenho *Facebook*.

F9. FEUP3(M) É novidade para mim. Não acho isso bem. (Depois de uma explicação que poderia ser através de um incentivo por métrica de avaliação) Mas se for na ótica da métrica de avaliação não estou totalmente em desacordo. Pensei que pagavam diretamente às pessoas...acho que aí tem a ver com a política institucional. É uma forma dos investigadores contribuírem para aquele repositório para estarem ali os dados todos. Há todo uma série de deveres institucionais. É um incentivo profissional, não é um incentivo financeiro, claro que depois há um impacto financeiro, isso é um requisito. Tais como ter um Curriculum vitae atualizado na página institucional da Universidade.

Acho que a entrevista está mais ou menos bem estruturada.

(duração da entrevista: 27 minutos)

FEUP4 (F)

Nº anos de experiência: O repositório da Universidade do Porto. Desde a altura do mestrado. Desde 2010.

G1. FEUP4(F) 50%

G2. FEUP4(F) Não costumo fazer auto depósito. A Biblioteca é que costuma fazer essas coisas.

G3. FEUP4(F) Não. Research ou no *Linkedin*. Se bem que não partilho muito porque a maior parte deles é fechada. Depois temos aquele link do autor durante 50 dias, pelo menos na Elsevier é assim, em que o artigo está em *open access*. Nessa altura costumo partilhar. Temos acesso ao texto integral do artigo durante esse período. Depois durante uns anos a revista fica com os direitos de autor.

G4. FEUP4(F) Uma a duas vezes por ano.

G5. FEUP4(F) Não. Muito raramente.

G6. FEUP4(F) Todos têm pertinência. A Biblioteca da Faculdade de engenharia dá muitas formações. Mas a questão do copyright. Sabemos mais ou menos, mas uma formação mais específica.

G7. FEUP4(F) Divulgar mais os trabalhos da Universidade.

G8. FEUP4(F) O Orcid.

G9. FEUP4(F) Sim. Não posso ser eu a fazer isso. Uma pessoa publica qualquer coisa, *webinars*. Se for estar a pôr isso tudo, aquilo exige tanta informação. Já para fazer o *Ciênciavita* a pessoa já perde umas horas. Não vai buscar automaticamente, vai buscar as indexadas. Acho que isso tem que ser delegado a alguém. A própria unidade de investigação recolhe tudo. Se calhar têm que entregar a alguém. Agora nós investigadores estarmos a fazer isso não. São muitos campos.

Propostas de melhoria da entrevista ou comentários sobre o tema: A questão do auto depósito seria importante arranjar um mecanismo. Sugestões de como isso poder-se-ia articular. De alguém ficar no departamento ficar responsável.

(duração da entrevista: 12 minutos)

FCUL2 (F)

Nº anos de experiência: O da Universidade do Porto onde estudei e depois o da Universidade de Lisboa. Desde 1998.

H1. FCUL2 (F) 50%

H2. FCUL2 (F) O meu próprio arquivo. Temos plataformas onde podemos disponibilizar as nossas publicações.

H3. FCUL2 (F) Sim. Se for o *biblios*, onde tenho a produção científica, penso que sim.

H4. FCUL2 (F) Uma a duas vezes por ano.

H5. FCUL2 (F) Estive fora e a Universidade onde estive também tem a minha produção. A universidade de Lencaster.

H6. FCUL2 (F) Problemas de copyright.

H7. FCUL2 (F) Estar tudo no mesmo local e as colaborações.

H8. FCUL2 (F) O ORCID.

H9. FCUL2 (F) Considero que é um incentivo é o de promover ações. O RI é usado em alturas muito específicas e ocasionais, de avaliações e assim. Se houvesse um estímulo para que essas plataformas fossem mais utilizadas com mais frequência, poderia ser um incentivo para a pessoa manter e ter esse cuidado. E tornar mais visível esse seu repositório.

Não em termos de inquérito. Mas gostaria de ver maior informação chegar às pessoas sobre os repositórios. Penso que isso fica um bocadinho escondido e isso também estimulava a utilização.

FEUP5 (F)

Nº anos de experiência: Não costuma ir ao repositório institucional da Universidade. Aparecer também no google scholar. Já nessa altura utilizava os repositórios i3S e ACM. Procurando nessas Instituições que são as mais reputadas na minha área e porque facilitam a encontrar coisas.

I1. FEUP4(F) Só para depósito de teses. Na UP do Porto não há o hábito de depositar os artigos. Gostaria de disponibilizar a copia de autor.

I2. FEUP4(F) É o sítio onde eu coloco os meus artigos. E eventualmente os disponibilizo, a tal cópia pessoal que eu posso disponibilizar.

I3. FEUP4(F) Não. O que é *open source* está disponível no sítio onde foi publicando. Quer pôr os artigos disponíveis a partir da minha página Web, não tenho disponível, mas é uma coisa que eu quero fazer. É a minha página Web não é um repositório institucional. Porque não existe ... não tem política de auto arquivo na Universidade do Porto? Nunca ouvi falar disso aqui.

I4. FEUP4(F) Uma vez por mês ou uma vez por ano. Eu não procuro no institucional porque acho limitado.

I5. FEUP4(F) Eu utilizo o das associações profissionais que publicam nos ACM e 3ES. Não utilizo nenhum de uma universidade estrangeira.

I6. FEUP4(F) O auto depósito e o copyright.

I7. FEUP4(F) A difusão online da produção da Universidade.

I8. FEUP4(F) O Orcid

I9. FEUP4(F) Eu sendo pago por uma Instituição eu sou obrigada a depositar as minhas coisas nessa Instituição. Acho que devia ser uma coisa que deveria ser a instituição a estabelecer. É uma questão de contrato de trabalho. O uso do RI deveria ser visto pela Universidade como um serviço, mas também como uma obrigação dos colaboradores pagos por essa instituição. O incentivo é o que me pagam todos os docentes. Acho que este tipo de coisas. A pressão á publicação em massa. Não exclusivo e o que o copyright me permitir. Seria impensável produzir e não entregar as coisas à empresa, é completamente impensável.

Comentários adicionais: A questão do repositório acho que é uma coisa muito dependente das áreas científicas. Na minha área as melhores revistas e as melhores conferências são de instituições profissionais, financiadas pelo *fee* dos membros. E portando são situações muito diferentes de outras áreas, como editoras comerciais. Os métodos são diferentes. A relação institucional na procura não é um fator determinante. Já na disponibilização dos textos considero que é diferente.

(duração da entrevista: 14 minutos)

FCUL3 (F)

Nº anos de experiência: Não costumo fazer pesquisa no Repositório Institucional. Só quando é uma coisa específica e nesse caso vou procurar naquele que acho quer dever ter uma tese de mestrado ou doutoramento que tenha interesse. Não tem que ser especificamente no repositório da Universidade de Lisboa ou na Universidade Nova de Lisboa.

Há uns 10 anos que utilizo o repositório institucional.

J1. FCUL3(F) 80%

J2. FCUL3(F) Quando a pessoa que fez a sua divulgação do seu trabalho o coloca no repositório ou envia às entidades no repositório.

J3. FCUL3(F) Não. Divulgação dos nossos artigos que estão difundidos nas plataformas. Tentamos divulgá-lo nas redes sociais como o *Linkedin*

J4. FCUL3(F) Uma ou duas vezes por ano.

-
- J5. FCUL3(F) Base de dados da *Pubmed*. Além da Faculdade de Ciências, universidade de Coimbra ou da Nova.
-
- J6. FCUL3(F) Vantagens e Desvantagens do Repositório. Principalmente a parte das vantagens.
-
- J7. FCUL3(F) A difusão online da produção das Universidades.
-
- J8. FCUL3(F) Orcid
-
- J9. FCUL3(F) Uma melhor divulgação do que tem o repositório para promover a divulgação do investigador na Instituição para pôs lá as suas coisas. Uma maior aprendizagem do Investigador sobre o repositório do que qualquer valor monetário. (duração da entrevista: 9 minutos)
-
- K1. FEUP5(F)**
- Nº anos de experiência: Na Universidade do Porto tem um Repositório aberto onde depositamos as teses e dissertações. Depois temos uma plataforma chamada *authenticus* que é um repositório que tem as referências dos artigos que sincroniza com outras plataformas como o ORCID e o SCOPUS. Só faço a sincronização, não faço o autodepósito.
-
- Utilizo o ri para procura de teses e trabalhos de dissertação. Não utilizo regularmente para artigos.
-
- K1. FEUP5(F) 10%
-
- K2. FEUP5(F) Eu remeter o PDF do meu trabalho ao responsável e fornecer todos os detalhes da publicação coo o doi
-
- K3. FEUP5(F) Uma plataforma como o *ResearchGate* em que utilizo e faço a sua gestão. Do que coloco lá. Escolho as publicações como mais importantes. Depois há outras plataformas que contribuem mais para a difusão do meu trabalho, que não o RI, que não sou eu que giro como é o caso do SCOPUS e de outras plataformas de indexação das minhas publicações. O ORCID, embora ache que utilize mais como uma ferramenta a anexar ao *Curriculum Vitae*.
-
- K4. FEUP5(F) Uma a duas vezes por ano.
-
- K5. FEUP5(F) Não. Mas por vezes quando pesquiso por teses, que só estão disponíveis nos RI acabo por ter algum contacto com outros repositórios. Eu diria que contato, mas não é muito regularmente.
-
- K6. FEUP5(F) Vantagens e Desvantagens do RI. Embora também o autodepósito para saber como interagir. Mas sobretudo saber porque é que o repositório institucional é tão importante como é que se pode fomentar o RI como uma ferramenta de divulgação quando já existem tantas outras ferramentas mais divulgadas, mais comuns para este efeito.
-
- K7. FEUP5(F) Ter a produção científica num único lugar. Que é a razão pela qual eu utilizo plataformas como é o caso do *ResearchGate*. Sendo que a difusão das atividades da universidade também é bastante importante.
-
- K8. FEUP5(F) Com o ORCID penso que já fazem. Se calhar escolheria o *ResearchGate*, porque é uma plataforma que uso bastante e valorizaria mais. Embora essas plataformas sejam muito úteis por vezes questionamos a sua credibilidade e se tivessem associadas ao RI dar-lhes-ia mais credibilidade.
-
- K9. FEUP5(F) Acho que é um bom incentivo. A falta de financiamento é um problema grande para muitos investigadores. A falta de conhecimento sobre as vantagens do RI é uma lacuna que sendo colmatada. Porque o incentivo financeiro sairia muito pesado para a Universidade. A maior dos Investigadores querem divulgar o seu trabalho. Um obstáculo ao depósito ao regime aberto é também as informações sobre onde e como podemos depositar, que é também um bocadinho confuso. Acabo por divulgar menos do que é que poderia fazer, porque tenho receio de estar a violar
-

alguma regra do copyright e, portanto, precisaria de ter mais acompanhamento nesse sentido.

Acho que são questões pertinentes e bem colocadas. Não sei varia de Universidade para Universidade, mas acho que é um primeiro passo para ver quais as lacunas existentes e é um primeiro passo para depois intervir.

(duração da entrevista: 16 minutos)

L1. FEUP6(F)

Nº anos de experiência: Há 20 anos. Comecei como estudante.

L1. FEUP6(F) 80%

L2. FEUP6(F) Um sítio a própria pessoa pode guardar os documentos.

L3. FEUP6(F) Sim

L4. FEUP6(F) Todas as semanas.

L5. FEUP6(F) Utilizo de outras instituições na República Checa.

L6. FEUP6(F) Vantagens e desvantagens do RI e Copyright.

L7. FEUP6(F) Ter tudo no mesmo sítio e difusão online da produção científica da Universidade.

L8. FEUP6(F) O *ResearchGate*

L9. FEUP6(F) Acho que não. Mais relevantes para a questão profissional e aulas neste conceito.

Acho que as perguntas e questões mais relevantes.

(duração da entrevista: 5 minutos)

M1. FEUP7(F)

Nº anos de experiência: Nunca utilizei. Sempre utilizei o *google scholar*

M1. FEUP7(F) 50%

M2. FEUP7(F) Eu guardar os meus próprios documentos num arquivo privado. Ou eu enviar para lá os documentos...

M3. FEUP7(F) *ResearchGate*

M4. FEUP7(F) Uma a duas vezes por ano.

M5. FEUP7(F) Não.

M6. FEUP7(F) Vantagens e Desvantagens e Copyright.

M7. FEUP7(F) A difusão online e promoção de futuras colaborações.

M8. FEUP7(F) *CienciaVitae*, *ResearchGate* e *Orcid*.

M9. FEUP7(F) Não sei. Nunca pensei sobre isso. Penso que sim.

(duração da entrevista: 11 minutos)

N1. FEUP4(M)

Nº anos de experiência: Repositório Aberto da Universidade do Porto. 1 ano.

N1. FEUP4(M) 20%

N2. FEUP4(M) Possibilidade que o investigador tem de arquivar de forma pública os seus documentos escritos, publicados.

N3. FEUP4(M) Não. O próprio computador. Guarda os trabalhos no disco.

N4. FEUP4(M) Uma vez por mês.

N5. FEUP4(M) Não.

N6. FEUP4(M) Vantagens e Desvantagens.

N7. FEUP4(M) A difusão científica.

N8. FEUP4(M) *Cienciavitae*.

N9. FEUP4(M) Há outros incentivos mais importantes. O documento ser depositado no Repositório Aberto.

Ainda é pouco claro as vantagens e colocar os resultados no repositório aberto.

Apenas se coloca no repositório aberto quando se é obrigado. Obrigarem a colocar no

Repositório aberto o que está publicado, tenho sérias dúvidas. A questão é que a Faculdade de engenharia não obrigada a depositar o trabalho e eu não vejo necessidade de arquivar o trabalho. Mas o trabalho é publico, pode não estar acessível é verdade. Tem que ter outro interesse, não é só dar trabalho ao investigador. Para isso é preferível proibir os investigadores de publicarem em revistas não abertas. É preferível terem revistas em acesso aberto, como a revista de engenharia da UP. O que eu acho que faz falta é avaliando melhor a publicação dos trabalhos ou dos relatórios. A partir do momento em que tem uma revista em que qualquer pessoa pode publicar em pagar. O porquê de termos que colocar no repositório. Se contassem os trabalhos ou o relatório, mas até são sigilosos, por isso nem podemos colocar em repositório aberto. Percebo que a FCT queira obrigar a colocar em repositórios abertos, mas para isso bastava que dissesse que deveríamos publicar em revistas abertas ou então obrigar a pagar APC. Tem que ser *open access* mas não dá dinheiro para a revista. O que se quer é a partilha gratuita da ciência, a divulgação da ciência não é a mesma coisa quando está indexada no SCOPUS. No Repositório tem várias dúvidas se faz sentido. Para as avaliações contarem apenas revistas em *open access*. O que está em cima da mesa é estar em *Open Access*. Não aceitar qualquer publicação que não está em *Open Access*. Revistas não pagas. O Repositório deveria de funcionar como uma revista *Open Access*. Assim como a questão do *peer reviewers* e não deveria ser obrigatório. A responsabilidade dos artigos é sempre do autor não dos *peer reviewers*. Que rompesse com os dogmas das revistas pagas. São repositórios na forma de revistas.

(duração da entrevista: 17 minutos)

O1. FCUL4(M)

Nº anos de experiência: 13 years.

O1. FCUL4(M) 10%

O2. FCUL4(M) Store and download papers online mine or from others.

O3. FCUL4(M) No. Concerning promotion, social media. Commercial, ResearchGate, Academia, are must useful for dissemination. For Storage, I am complete but I never use it.

O4. FCUL4(M) One or two times per year.

O5. FCUL4(M) No.

O6. FCUL4(M) Advantages and Disadvantages.

O7. FCUL4(M) Having the Scientific information in one spot.

O8. FCUL4(M) *Orcid*

O9. FCUL4(M) I don't think it really helps promoting. I don't know which kind of researchers I have there. I think it would be better if the University makes an effort to make me aware of the material I have there and resources I can use.

It's fine and complete set of questions.

(duração da entrevista: 12 minutos)

P1. FCUL5(M)

PERCEÇÕES SOBRE O REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL: *Biblios*.

Nº anos de experiência: 3 anos.

P1. FCUL5(M) 0%

P2. FCUL5(M) Eu próprio pegar as minhas publicações e adicioná-las ao repositório. O repositório poderia adicionar automaticamente.

P3. FCUL5(M) Não. ResearchGate, Orcid, *Google scholar*. São as que me preocupe em ter atualizadas. Os Repositórios apenas servem para as métricas mas para a partilha internacional é zero.

P4. FCUL5(M) Uma a duas vezes por ano.

P5. FCUL5(M) Não.

P6. FCUL5(M) Vantagens e desvantagens do repositório institucional.

P7. FCUL5(M) A difusão online da produção científica da Universidade.

P8. FCUL5(M) *ResearchGate, Orcid, Google scholar*. Este último é o que mais rapidamente encontra as nossas publicações. Mas ao nível institucional pedem mais o ORCID e o research gate para partilha entre os investigadores do que o ORCID. O google scholar é o que tem melhor motor de busca e o que faz mais sentido ser associado a isso.

P9. FCUL5(M) Os incentivos financeiros são ao nível do departamento, por isso são pouco eficazes ou os departamentos se juntam. Por exemplo os departamentos de biologia da FC conseguiram receber conjuntamente 30% do financiamento da Faculdade inteira, precisamente porque se uniram e perceberam que vinha daí dinheiro. Mas a questão é ou existe uma mentalidade de cooperação e de equipa dos departamentos ou isso não traz grandes vantagens. Ou basta umas pessoas se esforçarem e outras não. A recompensa só existe se toda a gente cooperar.

A automação do sistema. É difícil compreender nos dias de hoje. E eu compreendo a necessidade de ter o repositório da Universidade. Mas não se compreende que a Universidade com a dimensão que tem não contrate recursos para automatizar isso. Há colegas que têm muitos artigos ou que estão a publicar muito, e não é possível chegar ao final do ano e colocar todos os artigos. E quando existem parâmetros que são subjetivos O *Biblios* pede qual é o artigo da quartil da revista e isso é o investigador que tem que ir buscar essas métricas. Até porque em certos campos pode ser quartil 1 ou quartil 2, quem é que faz esta avaliação? Existem pessoas honestos ou não. É mau haver esta necessidade de incluir estes quartis. Acho que não há meios de isto ser feito pelo departamento ou pelo centro. Não há secretariado que tenha capacidade em fazer esta verificação. Um sistema que permita resolver estas possíveis más intenções de algumas partes. Isto tem implicações financeiras.

As questões foram boas. Fiquei surpreendido com esta questão dos incentivos. Não sabia que esta era uma estratégia geral.

(duração da entrevista: 14 minutos)
